



MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EXERCÍCIO 1972
ADMINISTRAÇÃO ENG. EUCLIDES TRICHES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Of. GG/AEG-187-73

1º de março de 1973

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento à norma do artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual, Mensagem expositiva sobre a situação dos negócios do Estado, para conhecimento dos Senhores Membros do Poder Legislativo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Quando encaminhei Mensagem, a essa Egrégia Casa, dando conhecimento a Vossas Excelências da situação dos negócios do Estado, existente no primeiro ano de meu Governo, afirmei minha convicção quanto às promissoras expectativas para o desempenho dinâmico da economia sul-rio-grandense no ano de 1972. Para tanto, apontava como fator decisivo o cumprimento das diretrizes estabelecidas no PROJETO GRANDE RIO GRANDE.

.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FERNANDO GONÇALVES
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha

Nesta Capital



Of. GG/AEG-187-73

Hoje, passado mais um ano, apesar de ocorrências aleatórias, de origem climática, que incidiram sobre a produção agrícola, e cujos reflexos sobrevieram no conjunto da economia, já se pode vislumbrar irrefutáveis indícios de ter o Rio Grande do Sul ingressado em um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido, Senhores Parlamentares, seja-me permitido chamar a atenção de Vossas Excelências para dois eventos de mais alta importância. Em primeiro lugar, o fato de, nos dois últimos anos, grandes somas terem sido despendidas em programas de governo, uma vez que, em 1972, o Rio Grande do Sul foi o segundo maior investidor público dentre as unidades da Federação. Foram diretamente beneficiadas, com esses investimentos, as áreas de Educação, Energia Elétrica, Transportes, Telecomunicações, Saneamento, Armazenagem e Aços Especiais, entre outras, cujos resultados se farão sentir ainda no ano de 1973. A entrada em funcionamento das usinas de Passo Real, Passo Fundo e Candiota II; as novas rodovias; a expansão do sistema de telecomunicações; a ampliação da rede de abastecimento de água; o aumento da capacidade dos silos e armazéns para produtos agrícolas e a produção de aços especiais pela Aços Finos Piratini, constituem exemplos, apenas, de projetos de infra-estrutura beneficiados. A par disso, o volume de investimentos e reinvestimentos que vêm sendo realizados, pelo setor privado, nestes dois últimos anos, consentâneos com as expectativas dos empresários, permite que seja esperado, nos próximos anos, um surto de progresso dificilmente alcançado, em qualquer época, no Rio Grande do Sul.

Para atingir essa nova etapa de progresso, todos, de alguma forma, vêm participando do esforço comum. Poder-se-ia dizer que o Rio Grande do Sul de hoje se constitui numa imensa escola, com milhões de crianças tendo oportunidades de formação nem sempre obtidas, em outros tempos, pelos seus próprios pais, e numa grande e febricitante oficina de trabalho.



Of. GG/AEG-187-73

É o Rio Grande do Sul, no contexto de um Brasil dotado de irre^ucusável vocação de grandeza e, acreditar nisto, é muito mais do que ter apenas esperanças.

Convicto dos resultados decorrentes da atual Fase de Transformação do Rio Grande do Sul, tenho orientado o Governo no sentido de constante aperfeiçoamento de seus instru^umentos político-administrativos, seguindo, sempre, as diretri^uzes do PROJETO GRANDE RIO GRANDE, como pode ser observado.

AÇÃO DO GOVERNO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

1. Educação

No decorrer do ano de 1972, o esforço maior das autoridades educacionais se dirigiu, principalmente, para o ensino de 1º grau, ora em processo de reforma nas escolas públi^ucas e privadas, sempre tendo em vista os efeitos da escolariza^ução sobre a produtividade da força-de-trabalho e a valorização pessoal, dirigida para a comunidade e para as mudanças sociais.

A expansão quantitativa da rede escolar e a elevação qualitativa do ensino foram equacionadas através de:

- utilização da capacidade subutilizada das escolas particulares, concretizada pela instituição do critério de compra de vagas, que dá oportunidade ao atendimento do prin^ucípio democrático de iguais direitos para todos, ao mesmo tempo em que estimula a iniciativa privada na Educação e favorece a integração da rede particular no Sistema de Ensino Estadual; e
- treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento do magistério de 1º grau e de pessoal téc^unico-administrativo, com vistas à efetiva



4

Of.GG/AEG-187-73

produtividade do Sistema.

O resultado quantitativo deste atendimento se expressa nos seguintes números:

- foram adquiridas 121.593 vagas no ensino de 1º grau, abrangendo 637 estabelecimentos particulares de ensino;
- em uma estimativa aproximada, foram realizados 1.700 cursos diversos, atendendo a 43.000 pessoas; e
- a rede escolar do ensino de 1º grau foi a crescida de 147.798 alunos.

Por outro lado, dando cumprimento às determinações do novo regime de ensino estabelecido pela Lei 5.692/71, foram elaborados dois importantes documentos:

- Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino, consubstanciando e unificando as diretrizes que dão continuidade à implantação da nova Lei; e
- Documento Preliminar, que apresenta a Proposta para a Carreira e a Reformulação do Estatuto do Magistério Público Estadual, com o qual, pela primeira vez, procura-se marcar o magistério como profissão, caracterizando um processo de valorização do professor.

Registre-se, ainda, a continuidade do processo de Reforma Administrativa e o estabelecimento de mecanismos operacionais básicos para a implantação da Reforma do Ensino de 2º grau.

Para o atendimento de 783.885 alunos de 1º e 2º graus, pertencentes ao universo de 1.697.438 alunos do Siste



Of. GG/AEG-187-73

ma Estadual de Ensino, o Estado despendeu Cr\$ 510.866.850,00, e equivalentes a cerca de 26% do Orçamento do Estado, índice este que será elevado para 28% em 1973.

2. Agricultura e Pecuária

A despeito de fatores climáticos adversos, em consequência de excessivas precipitações pluviométricas, prosseguiu, sem esmorecimento, a política de dinamização da atividade agropecuária no Estado.

O soja firma-se entre os produtos agrícolas de grandes potencialidades para o Rio Grande do Sul. Na safra 1971/1972 foi alcançada e, mesmo, superada a campanha dos 2 milhões de toneladas, tendo a produção (em torno de 2.021 mil toneladas) ultrapassado a do período anterior em 34,5%. O evento constituiu motivação para o lançamento da campanha dos 3 milhões de toneladas para a safra 1972/1973, que já prenuncia êxito e para a qual foram mobilizados todos os instrumentos de ação disponíveis.

A cultura do trigo, na safra de 1972, ressentiu-se ponderavelmente com a incidência de vários fatores negativos, principalmente os climáticos, determinando prejuízos acima de 70% na produção. A área cultivada foi, em números redondos, de 1,8 milhões de hectares.

A vitivinicultura continuou a receber atenção especial, dentro da campanha de renovação e incremento do cultivo de castas finas de viníferas, além da intensificação da fiscalização e do cadastramento geral da cultura. A instituição da Central Vitivinícola do Sul S.A., sociedade de economia mista, cujo propósito é funcionar como elemento disciplinador da área sócio-econômica da vitivinicultura, aparece como um novo e importante passo dado pelo Governo para dinamizar e aprimorar a atividade do setor. As Concentradoras de Mosto de Bento Gonçal



6

Of. GG/AEG-187-73

ves e Caxias do Sul entraram em funcionamento em 1972 e deverão, neste exercício, contar com moderno equipamento auxiliar que propiciará a produção de suco de uva concentrado, permitindo, desta forma, condições plenas de conservação do produto final.

No setor da produção animal foi realizada, com êxito, a I Exposição Internacional de Animais, levada a efeito de 23 a 29 de agosto, no Parque de Esteio, ocasião em que a representação do Rio Grande do Sul obteve 5 lauréis em 11 competições com países participantes. No mesmo parque de Esteio foi construída a Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial, visando ao aumento da produtividade pelo emprego de reprodutores de alta linhagem. Ainda no setor de produção animal, o alto nível dos serviços sanitários motivou a escolha, pela Organização Mundial de Saúde, do Rio Grande do Sul como área piloto para toda a América Latina.

Na área de atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis surgiu, como decorrência da implantação da modernização administrativa, o Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis. Foram dinamizadas as atividades dos Parques Florestais do Estado e dos setores de Fixação de Dunas. O programa lançado tem características modernas, originando a primeira promoção intitulada Campanha de Arborização do Litoral Gaúcho. Para esta campanha, a produção de mudas florestais e ornamentais alcançou a 2,5 milhões de unidades.

Em apoio à atividade agrícola, foram incrementadas a construção de estradas coloniais, barragens e açudes e a perfuração de poços pela Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura.

De sua parte, o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca concluiu o projeto do Porto Pesqueiro de Rio Grande, que terá sua implantação assegurada pela Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul, ora em



Of. GG/AEG-187-73

11-12-1972

constituição.

A Central de Abastecimento S.A., destinada a regularizar o sistema de abastecimento em especial o da Grande Porto Alegre, recebeu recursos do Estado, por ordem de Cr\$ 6.885.000,00 que, desta forma, integralizou sua parcela de capital.

Finalmente, a assistência direta ao pequeno produtor mereceu atenção especial do Governo. Neste sentido foi firmado acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura que assumiu o encargo de contratação do pessoal técnico de nível médio, mediante colaboração financeira do Estado.

3. Indústria

Em fins de outubro de 1972 os indicadores econômicos do setor industrial do Rio Grande do Sul já revelavam taxa de crescimento 22% superior a dos dez primeiros meses do ano anterior. Este índice colocou o Rio Grande do Sul em primeiro lugar, dentre os demais Estados brasileiros, em crescimento industrial, indicando, demais, semelhante desempenho no que concerne à absorção de mão-de-obra.

Nesta área o Governo desenvolveu produtivo trabalho de estímulo e promoção, destacando-se a criação do Fundo Operação Empresa, antiga aspiração da classe empresarial, destinado a financiar a instalação e a modernização de indústrias no Rio Grande do Sul, e considerado um dos mais poderosos instrumentos para o desenvolvimento do parque fabril do Rio Grande do Sul.

De outra parte, ênfase foi concedida à atração de novos investimentos - esforço este que equivale a preparar o setor para o futuro - para isto estabelecendo-se um sistema de contatos com investidores, prestando-lhes informações



8

OF. GG/AEG-187-73

técnicas indispensáveis.

Cabe destacar a instituição da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial, já aprovada pela Assembleia Legislativa e, ainda, a participação do Estado em duas empresas de caráter dinâmico, as quais irão contribuir positivamente para acelerar o desenvolvimento integrado dos setores secundário e terciário da economia riograndense: a Companhia Industrial Petroquímica Riograndense e a Brasileira de Navegação S.A. - Empreendimentos Navais.

Por outro lado cabe destacar, ainda, o promissor desempenho de órgãos diretamente vinculados ao Estado, tanto da área industrial como do setor de comercialização: Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, Açúcar Gaúcho S.A., Produtos Gaúchos S.A., Instituto Riograndense do Arroz e Instituto Sul Riograndense de Carnes. Neste quadro merece registro especial a Aços Finos Piratini S.A., cujo projeto de implantação decorre normalmente, sendo prevista sua inauguração para meados de 1973. O aço da usina de Charqueadas apresentará alto padrão de qualidade e não será necessário enfatizar o quanto a produção da Aços Finos Piratini vai contribuir para o desenvolvimento da indústria mecânico-metalúrgica e outros setores do parque industrial gaúcho.

Finalmente, no ano de 1972, foi instituída a Fundação de Ciência e Tecnologia, resultante da transformação do antigo Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul. A nova fundação destina-se a atuar como laboratório e consultoria oficiais do Estado, na área da tecnologia e no atendimento aos problemas do setor industrial.

AÇÃO DO GOVERNO EM OUTRAS ÁREAS

1. Economia e Planejamento

Dentro da concepção segundo a qual age o Go



Of. GG/AEG-187-73

verno do Estado - de forma planejada, racionalizando seus instrumentos de políticas econômica e financeira - foram aprimorados, em 1972, os meios de atuação das administrações direta e indireta nos setores da economia: agropecuário, industrial, comercial, turístico, fazendário, de infra-estrutura e de coordenação geral dos planos de Governo.

Em consequência, a par do desempenho dos órgãos do governo nos campos da Agricultura, Pecuária e Indústria, já referidos anteriormente, cabe registro da ação institucional que o Governo vem desenvolvendo no sentido de integrar a Administração Pública para o melhor equacionamento dos temas econômicos e financeiros.

Tendo como base a delegação de competência estabelecida no Decreto 21.425/71 foram examinadas, em função de prioridades estabelecidas, as solicitações para liberação de recursos referentes às despesas de capital do Orçamento Plurianual de Investimentos 1972/1974, bem como a abertura de créditos adicionais mantendo-se, assim, um sistema de acompanhamento e controle da execução de programas de investimentos, o que permite um adequado "feed-back" para a projeção de valores futuros, a curto e médio prazos, para os projetos em implantação. Os primeiros resultados do sistema de acompanhamento permitiram a elaboração da proposta orçamentária, para as inversões públicas, bem como a montagem de um documento auxiliar e complementar ao PROJETO GRANDE RIO GRANDE, denominado Plano de Ação, o qual contém um conjunto de informações físicas e financeiras dos diversos projetos do Governo do Estado.

Por sua vez a Junta de Coordenação Financeira, dentro de sua atribuição de formular diretrizes para a política financeira e creditícia dos organismos membros do Sistema Financeiro Estadual, aprovou novas linhas de crédito destinadas à concessão de financiamentos aos municípios, tanto para investimentos como para operações de antecipação de receita: a cria



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10

Of. GG/AEG-187-73

ção de uma carteira de crédito rural para a Caixa Econômica Estadual e o aumento de financiamentos concedidos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e por aquela entidade à Administração Estadual. Por outro lado, outras medidas foram tomadas para a captação de recursos no mercado de capitais, bem como para a adequação dos títulos públicos às condições exigidas pelo mercado. Cabe ainda salientar que os resultados dos órgãos integrantes do Sistema Financeiro Estadual - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Caixa Econômica Estadual e Mobilizadora de Capital S.A. - englobadamente, apresentaram crescimento de 80,9% nos empréstimos em geral e 97,9% nos resultados operacionais.

No que diz respeito ao Orçamento Geral do Estado, a receita efetivamente realizada alcançou a soma de Cr\$ 2.495.146.803,46, em confronto com uma despesa de Cr\$ 2.578.598.919,24.

Finalmente, dentre os órgãos colegiados, com atribuições institucionais, é de salientar-se, ainda, a atuação, em 1972, da Junta Coordenadora da Reforma Administrativa, que promoveu a reestruturação de quatro Secretarias de Estado e de diversos órgãos das administrações direta e indireta, tendo o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Administração Estadual desenvolvido 24 projetos de treinamento de servidores estaduais, totalizando 98 turmas, sendo 74 na capital e 24 nas principais cidades do interior, quando foram treinados 2.003 servidores, num total de 5.574 horas/aula.

No campo do turismo pode-se dizer que, em 1972, foi definitivamente implantada a estrutura estadual destinada a valorizar e a ativar ao máximo os recursos disponíveis. A programação do setor ganhou repercussão nacional. Foram levados a termo vários projetos, dentre estes: desapropriação do Parque de Torres, postos de informações turísticas, bem como melhoramentos nos parques do Caracol e do Taimbezinho. Demais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

II

Of. GG/AEG-187-73

foram iniciados os seguintes projetos a serem implantados: Complexo Turístico de Torres, Ruínas de São Miguel, Centro Folclórico de Porto Alegre e Complexo Turístico de Tramandaí.

No setor de infra-estrutura econômica o montante dos investimentos públicos realizados permite, a partir de 1973, marcar a maioria do Rio Grande do Sul em matéria de energia.

Já no primeiro trimestre estarão em efetiva operação a Hidrelétrica do Rio Passo Fundo, 220 mil kw, e a primeira fase de Passo Real, 126 mil kw, o que dará, de imediato, uma potência disponível de 973.220 kw ao Estado. Com a conclusão da primeira etapa da Termelétrica de Candiota II, com 126 mil kw, estará superada amplamente a meta de um milhão de kw disponíveis, o que representará um acréscimo aproximado de 47% em relação à potência hoje instalada. Acresça-se a isto o funcionamento de Itaúba, previsto para 1976, e as programadas ampliações de Candiota II e de outras obras, podendo-se reafirmar que, ao final desta década, ter-se-á instalado no Estado um potencial energético de dois milhões de kw, objetivo que vem sendo alcançado celeremente, em virtude dos programas e projetos em execução por parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

No setor das telecomunicações, cujos projetos tem sua execução a cargo da Companhia Riograndense de Telecomunicações, os acontecimentos mais significativos foram o plano de expansão, denominado Projeto Integração, e o contrato de financiamento no valor de US\$ 35 milhões, o maior financiamento unitário deste gênero no Rio Grande do Sul, que assegurará sua execução. Terá o Estado mais 18 centrais automáticas e quadruplicará o número de quilômetros de seus canais de conversação. Durante o ano foram investidos Cr\$ 100.000.000,00 no setor, inauguradas centrais automáticas em Bagé, Santa Maria, São Marcos e Torres; centrais de trânsito em Pelotas e Santa Maria e, ainda, o sistema DDD com Pelotas. Neste início de ano



12

Of.GG/AEG-187-73

deverão ser inauguradas cinco novas centrais automáticas: Alegre, Uruguaiana, Livramento, São Leopoldo e Nonoai.

No setor de transportes, em estreito entrosamento com organismos federais que atuam nesse campo, os órgãos estaduais - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Departamento Aeroaviário do Estado, Companhia Estadual de Silos e Armazéns e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - lançaram-se na corporificação de novos projetos, não cuidando apenas de programas já estabelecidos, o que já é tarefa ampla. Cabe registro, neste sentido, dos programas, dentre outros, referentes ao Complexo dos Corredores de Exportação, à ligação Serra-Mar, ao entroncamento Rodo-Hidroferroviário do Rio Taquari, além de projetos de redução de custos de pavimentação, cujas experiências vêm sendo executadas no trecho Independência-Horizontina.

No campo rodoviário, destaque-se:

- implantação de 238 km de rodovias; pavimentação asfáltica de 126 km; construção de 23 pontes e viadutos (1615 m de extensão total) e conservação permanente de uma rede de estradas com 9.639 km;
- principais rodovias pavimentadas concluídas: Caí - Farroupilha, 44 km; Tapes - BR. 116,15 km; e
- principais pavimentações em andamento: Via mão - Cidreira; Mariante - Santa Cruz do Sul; Passo Fundo - Getúlio Vargas; Cruz Alta - Ijuí; Muçum - Cruzeiro do Sul; Santa Rosa - Santo Ângelo; Santa Maria - São Sepé; Santa Maria - São Vicente - Santiago; Canguçu - São Sepé; São Vendelino - Adolarata e Veranópolis - Nova Araçá.



Of. GG/AEG-187-73

Em relação ao setor portuário, hidrovias e canais:

- dragagem de 1.026,862 m³ nos canais de acesso aos portos e bacia do porto de Rio Grande e 162.262 m³ nos rios Jacuí, Taquari e Guaíba com participação de recursos federais; e
- diversos melhoramentos concluídos e outros iniciados nos três principais portos gaúchos, destacando-se a instalação de dois novos elevadores no Frigorífico João Mascarenhas, em Rio Grande, e continuação da ponte rodo-ferroviária sobre o Saco da Mangueira, também naquele Município.

Relativamente ao setor de armazenagem:

- principais obras concluídas: graneleiro de Nova Prata; granelização do armazém de Júlio de Castilhos; melhoramentos no armazém de Ibaré e silos de Carazinho, São Gabriel e Santa Bárbara; e
- principais projetos em andamento: ampliação dos silos de Cruz Alta, 35.000 t, e Rio Grande, 35.000 t; construção de graneleiros conjugados aos silos de Santa Rosa, 30.000 t, e Bagé, 15.000 t; construção do silo de São Luiz Gonzaga, 40.000 t, e do graneleiro de São Gabriel, 10.000 t, e novo silo de Porto Alegre, 60.000 t, na doca nº 6 do porto da Capital, ora em projeto.

Finalmente, no setor aeroviário:

- conclusão da terraplenagem da pista de pouso de Nonoai; melhoramentos nas pistas



14

Of. GG/AEG-187-73

de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Santa Vitória do Palmar; e

- foram terraplenados 360.000 m³, recuperados 9 prédios, construídos 400 m² de novos e mobiliadas 5 estações de passageiros.

Ainda no que se refere à área econômica de infra-estrutura, cabe referência aos trabalhos da Companhia Rio grandense de Saneamento que, em 1972, deu continuidade ao plano de abastecimento de água com vistas a atender 80% da população urbana. Para isso, foram beneficiados 124 municípios, em um montante de investimentos da ordem de Cr\$ 42,5 milhões.

2. Trabalho, Ação Social e Saúde Pública

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Governo do Estado, diretamente vinculadas ao público em geral, além das referentes ao campo educacional, já mencionadas, destacam-se as do trabalho, assistência social, habitação popular e saúde pública.

Durante o ano de 1972, diversos acordos foram efetuados, através da Fundação Gaúcha do Trabalho, com sindicatos de trabalhadores, visando à execução de cursos de treinamento e qualificação da mão-de-obra que beneficiaram cerca de 24.600 operários de 100 municípios. Para o corrente ano, a meta a ser perseguida deverá beneficiar, aproximadamente, 40.000 trabalhadores em 150 municípios gaúchos, além da implantação de diversos projetos de centros de atendimento social para a juventude operária.

A atenção do Governo também esteve voltada para a questão do menor carente de oportunidades sociais. Para



Of. GG/AEG-187-73

isso, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor firmou convênios com 91 instituições especializadas, atendendo cerca de vinte mil menores.

A Companhia de Habitação do Estado, independentemente de atuar na administração de núcleos habitacionais na construção de obras de infra-estrutura e de unidades de conjuntos residenciais, já aderiu ao Plano Nacional de Habitação Popular, lançado neste ano, prevendo-se a construção de mais de 130.000 habitações populares no período de 10 anos, no Rio Grande do Sul.

No setor da saúde pública foram realizados programas, principalmente no que se refere a:

- Saúde mental, visando à melhoria e à adaptação da infra-estrutura de serviços, em especial no que tange ao Hospital Psiquiátrico São Pedro;
- Combate ao câncer, objetivando a instalação de ambulatórios para a prevenção do câncer ginecológico, bem como a formação de especialistas; e
- Mortalidade infantil, dando prosseguimento ao combate às doenças infecto-contagiosas e ultimando os esforços para a elaboração dos programas de saúde nas escolas.

Por outro lado destaque-se, ainda, expressivo incremento da produção de medicamentos pelo Estado, para distribuição gratuita nas unidades sanitárias.

Tem sido, ainda, preocupação do Estado os problemas referentes à poluição do meio ambiente. Para isso vêm sendo realizadas, de forma permanente, avaliações de material coletado em diversos postos, a efetivação de reuniões de comissões técnicas, a vinda de especialistas internacionais, além de



16

OE.GG/AEG-187-73

pesquisas de laboratório visando, principalmente, a uma atuação de caráter preventivo nesta área.

3. Administração Pública e Funcionalismo

Em fins de 1972 foi instalada a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, devidamente autorizada pela Assembléia Legislativa. Trata-se de importante passo na área administrativa, fato este que permitirá maior racionalização dos serviços públicos em geral, fortalecendo o ingresso do Estado numa fase de mais avançada tecnologia.

Ainda no que se refere à Administração Pública, cabe mencionar a conclusão de projetos referentes ao futuro Centro Administrativo do Estado, cujas obras foram iniciadas recentemente. O Centro faz parte do processo de modernização da administração estadual.

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul teve reformulada sua estrutura básica para serviços assistenciais, notadamente os do Plano de Assistência Médico-Hospitalar, programa sem similar no País. A atuação desta entidade pode ser vista pela aplicação, no ano de 1972, de Cr\$ 2.440.000,00 em benefícios; Cr\$ 18.469.998,22 em assistência médico-hospitalar; Cr\$ 15.099.000,00 em empréstimos e Cr\$ 25.350.000,00 em pensões, além de outros programas de menor significado financeiro.

Os programas de atendimento ao funcionalismo público estadual - incluindo os de treinamento, já mencionados - visam, sobretudo, à valorização destes agentes promotores do desenvolvimento, para os quais, ainda este ano serão iniciados os estudos concernentes à reclassificação geral de cargos.

4. Interior e Justiça

Prosseguiram, em 1972, as atividades do Go

1972



Of.GG/AEG-187-73

verno do Estado referentes à coordenação da assistência técnica-administrativa aos municípios.

No que se refere ao sistema penitenciário, tem-se a registrar a iniciativa levada a efeito no sentido de sensibilizar a opinião pública para os aspectos da recuperação dos apenados. A resposta da sociedade manifestou-se, especialmente, através do oferecimento, por parte da indústria rio-grandense, de vagas para trabalho externo dos apenados. Da mesma forma, a atividade educacional proporcionada aos detentos passou a atingir a mais de 60% da população carcerária média, em cursos desde a alfabetização até os supletivos de 2º grau.

5. Segurança Pública

Dentro do pressuposto de que o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul é diretamente condicionado pela existência de um clima de ordem, os organismos estaduais de Segurança Pública - Brigada Militar e Polícia Civil - não mediram esforços no cumprimento desta importante função do Estado. Para esse objetivo, o Governo do Estado vem procurando dotar essas entidades de maiores recursos humanos e moderna tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esquadrinhados que foram os mais expressivos eventos atinentes à situação geral dos negócios do Estado, durante o ano de 1972 - cujos detalhes estão contidos em Anexos a esta Mensagem - gostaria ainda, Senhores Parlamentares, de reafirmar, sem que este gesto se torne tautológico, minha inquebrantável crença de que, a esta Terra e a este Povo, lhes está reservada, para um futuro bem próximo, uma era de progresso nunca antes conhecida no Rio Grande do Sul.



18

Of. GG/AEG-187-73

Para isso, os fatos aí estão: clima de ordem social, investimentos maciços na economia, confiança dos empresários e dos trabalhadores, tudo soma no Rio Grande do Sul, e não serão acontecimentos fortuitos que irão fragmentar os velhos e acalentados sonhos de grandeza de nossos antepassados.

O Rio Grande do Sul acompanha, a passos largos, os caminhos que estão levando o Brasil à condição de Nação forte, livre, independente e democrática, como querem Sua Excelência, o insigne Presidente Emílio Garrastazu Médici, e todos os brasileiros.

Manifesto, finalmente, meus cumprimentos aos Senhores Deputados pelo profícuo trabalho legislativo desenvolvido no ano findo, apreciando e aprimorando a gama de proposições submetidas pelo Poder Executivo a essa Egrégia Casa, a qual, sem dúvida, honra o Povo rio-grandense.

Na oportunidade, Senhor Presidente, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração

EUCLIDES TRICHES
Governador do Estado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR
- II - CASA CIVIL - CHEFIA: Deputado VICTOR FACCIANI
Secretário de Estado Extraordinário Para Assuntos da Casa Civil
- III - CASA MILITAR - CHEFIA: Tenente Coronel ODILON CAMARGO
- IV - CONSULTORIA GERAL DO ESTADO: Bacharel ORLANDO GIRALDI VANNIN - Consultor Geral
- V - ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNADOR - CHEFIA: Economista GUILHERME SOCIAS VILDELA
Secretário de Estado Extraordinário

A estruturação interna dos órgãos componentes do Gabinete do Governador mereceu atenção especial a fim de que, obedecendo aos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa, pudessem responder às necessidades de assessoramento e apoio técnico-administrativo, indispensáveis ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais.

Na Casa Civil, destaca-se o desdobramento das atribuições de Subchefe, decorrente do excesso de atribuições executivas concentradas na pessoa do Chefe da Casa Civil ou na do Subchefe.

Com a criação de mais dois cargos de Subchefe da Casa Civil - Lei nº 6.290, de 4 de novembro de 1971 - foi possível estabelecer uma estrutura responsável pela execução das atividades grupadas segundo critério de homogeneidade e funcionalidade, atribuindo-se a cada Subchefe a supervisão e coordenação de uma dessas áreas, a saber:

- Assuntos Administrativos;
- Assuntos Jurídicos e Legislativos;
- Assuntos do Interior do Estado.

Embora a Reforma não se reduza ao aspecto orgânico-formal, durante esses dois últimos anos os órgãos do Gabinete do Governador têm passado por processo permanente de revisão, correção, e atualização de métodos e instrumentos de trabalho, a fim de adequar os mesmos ao melhor desempenho de suas funções.

Convém salientar que, nesse sentido, compatibilizando recursos humanos e financeiros, algumas medidas de real proveito foram postas em execução, tais como:

- Atualização de equipamentos, destacando-se a aquisição de fichários eletro-mecânicos e outros, modernos e racionais;
- Adoção de sistema de microfilmagem para processos, correspondência e outros documentos;
- Tombamento e registro patrimonial do material permanente;
- Treinamento da pessoal, em diversas atividades do Gabinete;
- Ampliação e reorganização das atividades da Biblioteca, com sua transformação em Núcleo de Documentação e Informática;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2

- Instalação e reorganização de serviços: informações e contato, protocolo, pessoal, administração financeira, contabilidade, material, expediente, concessão de auxílios e serviços gerais.

Sendo uma das preocupações do Governo dar atendimento condizente e tempestivo aos Municípios Rio-Grandenses, procurou a Casa Civil propiciar o conhecimento da realidade de seus problemas particulares e da visão global da situação político-administrativa em toda a dimensão espacial do Estado.

Nessa área, foi desenvolvida intensa atividade de recepção, audiência, correspondência e contatos com órgãos da Capital e do Interior do Estado.

Merece, também, destaque o relacionamento que vem sendo mantido, através dos órgãos próprios, com os Poderes Legislativo e Judiciário, o que concorre para que a ação governamental se desenvolva de forma integrada, visando à consecução dos altos objetivos do Estado.

Dando ênfase ao relacionamento entre o Poder Executivo e outros órgãos governamentais ou da administração indireta e o público em geral, a Assessoria de Comunicação Social (ACS) atuou em realizações de caráter cívico-social, proporcionando através da Campanha "É Tempo de Rio Grande" e de outras atividades pertinentes, um enfoque especial à participação do indivíduo no desenvolvimento do Estado e da Nação.

Nessa área, em atendimento à orientação governamental, merece também referência a abertura do Palácio Piratini à visitação pública, sob a coordenação da ACS, salientando-se o acompanhamento a visitantes ilustres, a jornalistas estrangeiros e de outros Estados da União e a estudantes.

A Casa Militar, ao início desse período governamental, teve sua estrutura orgânica e funcional atualizada em consonância com os princípios preconizados pela Reforma Administrativa do Estado e com vistas à efetiva articulação dos órgãos que integram o Gabinete do Governador.

Com funções de relacionamento com autoridades da área militar, responsável pela execução dos serviços de transportes e comunicações do Gabinete do Governador e pela organização, direção e fiscalização dos serviços de segurança pessoal do Governador e pela Segurança do Palácio Piratini, cuidou a Casa Militar da consolidação de forma dinâmica e efetiva, de sua nova organização estrutural, destacando-se, entre as atividades desenvolvidas, a racionalização dos trabalhos burocráticos que a mesma estão afetos e o treinamento constante do pessoal, de modo a permitir, em obediência às suas funções específicas, o eficiente acompanhamento das realizações governamentais.

São atribuições da Consultoria Geral do Estado prestar assessoramento jurídico aos órgãos da Administração do Estado e aos Municípios, uniformizando a jurisprudência administrativa; defesa dos interesses do Estado em juízo e dos funcionários processados em virtude de ato praticado no exercício das respectivas funções; apuração de irregularidades funcionais e patrocínio judicial dos necessitados (art. 87 da Constituição do Estado). É Órgão Central do sistema de assistência jurídica e de Defesa Judicial (art. REFORMA ADMINISTRATIVA, Decreto nº 19.801, de 08 de agosto de 1969).



- Assessoramento Jurídico

A Consultoria Geral do Estado (CGE), durante o ano de 1972, desenvolveu suas atividades específicas por meio das diversas unidades que a compõem, de um lado - através do Gabinete de Assessoramento Jurídico e/ou do próprio Consultor-Geral e Unidade de Assistência Jurídica -, emitindo pareceres escritos, fundamentados, e, de outro, prestando assessoramento direto, verbal, antes ou durante a execução dos trabalhos das diversas Secretarias e Departamentos do Estado e dos municípios rio-grandenses.

Nesse setor, foram emitidos, em números redondos, entre pareceres e ofícios, pareceres ou ofícios e despachos de encaminhamentos de pareceres, 600 pronunciamentos, devidamente fundamentados no direito positivo, doutrina e jurisprudência.

Durante o exercício, ainda nesse setor de orientação, foram expedidos nove ofícios-circulares, orientando os dirigentes das repartições estaduais ou municipais sobre o aspecto legal de assuntos do maior interesse.

- Defesa Judicial

Foram patrocinados os interesses do Estado por intermédio da Unidade de Defesa Judicial, que, além do ajuizamento ou contestação das demandas - 569 ações acompanhou, atentamente, todos os processos, intervindo a todo tempo, apresentando memoriais, sustentando oralmente nas instâncias superiores, até mesmo perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal.

No ano recém-fimido, o Estado recebeu 3.546 intimações e, em cada caso, todos os atos correspondentes foram praticados para ativar o andamento dos feitos, isto sem falar nas ações trabalhistas, o que, por si só, basta para uma amostragem da movimentação do setor, que é atendido por menos de 10 homens, que têm, em média, de 500 a 600 processos em curso nas diversas instâncias. Em muitos casos, a matéria é complexa e os patrocinadores das causas contra o Estado são profissionais de porte. Seja somada, ao lado de tudo isso, a extrema dificuldade que, muitas vezes, existe para se obter, a tempo, as necessárias informações de parte dos Órgãos da Administração, já que os prazos são relativamente curtos e fatais.

- Patrocínio Judicial aos Necessitados

Os desprotegidos da fortuna, através da Unidade de Assistência Judiciária, têm encontrado refúgio certo e seguro para deduzir ou defender seus direitos. Nada menos de 116.590 pessoas foram atendidas nesse setor, distribuindo-se entre os serviços de assistência judiciária cível, penal, triagem e interior do Estado. Esse serviço realizou mais de 10.000 audiências, sem falar nas soluções amigáveis, com ou sem a participação do Egrégio Poder Judiciário. Em números redondos, e para dar uma idéia do volume de trabalho, registra-se que, sob os cuidados da assistência judiciária, tramitam presentemente nada menos de 3.530 processos de natureza cível, de 8.898 ações penais, sem contar as que puderam ser encerradas no ano.

- Serviços de Infra-Estrutura

A Unidade de Administração e Unidade de Serviços Especiais, que, de um lado, suprem as deficiências e necessidades dos outros setores, de outro, servem de elemento de ligação entre as diversas unidades de trabalho e do próprio Gabinete do Consu-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4

tor-Geral, cuidaram de, a tempo, responder às solicitações que se lhes faziam; assim, por exemplo, ingressaram, na Casa, 3.635 processos, dos quais foram restituídos, com solução, 2.312 e outros 1.400, também solucionados, terminaram no arquivo.

O Serviço de Pessoal, Orçamento e Comunicações e Arquivo foi todo reaparelhado no ano de 1971, não tendo, em função disso, ocorrido maiores dificuldades, e, assim, nada menos de 1.500 ofícios e outras comunicações foram prontamente expedidos.

Em face da deficiência de pessoal, especialmente na infra-estrutura, foi providenciada a convocação de três datilógrafos para horário integral e a biblioteca, gabinete, unidade de assistência judiciária, plantões etc., além de reforçados com a designação de mais advogados, passaram a trabalhar em dois turnos, praticamente sem interrupção.

Finalmente, foi intensificada a realização de periódicas reuniões entre os coordenadores e o Consultor-Geral, e dentro das respectivas unidades de trabalho, do coordenador com os dirigentes de Equipe, assim como a visita aos serviços, tanto os localizados na Capital quanto no interior do Estado.

A Revista da CGE, para maior e melhor divulgação das suas atividades, que obteve excelente receptividade na Administração e nos meios jurídicos e, de logo, se pode afirmar que alcançou plenamente suas finalidades, continuou sendo publicada com regularidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria de educação e cultura



- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)
- II - SECRETÁRIO: Tenente Coronel MAURO COSTA RODRIGUES
- III - Sede: Rua Carlos Chagas
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: - FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
- FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (OSPA)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A produtividade em Educação é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social da coletividade riograndense.

No que diz respeito à Secretaria da Educação e Cultura, essa produtividade é resultante de uma estratégia de ação fundamentada em planificação ampla e funcional. O ano de 1972 representou um passo seguro nesta direção, deixando definitivamente de lado soluções parciais e descoordenadas.

Assim sendo, a grande preocupação com problemas vitais relativos à implantação do ensino de 1º grau e à criação de bases para implantar, em 1973, o ensino de 2º grau revestiu os instrumentos de ação das proporções adequadas para atender às exigências de transpor para a realidade concreta uma determinação legal: a Lei 5692/71.

A par dessa problemática, os registros dos diferentes organismos-fontes evidenciaram que, embora os esforços dispendidos e as medidas adotadas pela Administração Central, persiste a relativa e sempre crescente carência de recursos humanos e materiais nos setores que constituem a SEC.

A racionalização dos serviços técnico-administrativos permitiu a comunicação com aqueles que procuraram a SEC, trazendo questões que lhe eram afetas. Esse relacionamento com o público possibilitou atender, na singularidade de cada caso, a 577.374 pessoas, num expressivo acréscimo em relação a 1971, quando esse atendimento foi de 86.388 pessoas.

A produtividade do Sistema Educacional buscou a relação custo-rentabilidade social - pela fixação de prioridades, pelo aproveitamento da capacidade ociosa, pela racionalização das construções e equipamentos escolares e pela valorização do magistério - procurando ser, antes de mais nada, um sistema de educação compatível com o desenvolvimento e em constante revisão.

Em harmonia com as exigências de vida atual, essencialmente comunitária, a operacionalidade da SEC teve como característica ser um chamado à participação. Portanto, as linhas diretivas da ação da SEC não apenas se articularam, mas se integraram para o desenvolvimento das formas de cooperação instituídas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/2

- RECURSOS HUMANOS

- Professores Estaduais

Com a implantação da Reforma do Ensino, foi verificado um acréscimo considerável no quadro de professores das Escolas de 1º e 2º graus, atingindo um total de, aproximadamente, 50.000 professores em todo o Estado.

Nas Escolas de ensino de 1º grau, apesar de ainda se fazer notar o número de professores que não possuem a titulação necessária, crescente é a parcela dos que se apresentam portadores de licenciatura em nível superior.

Já nas Escolas de ensino de 2º grau, a situação é bastante expressiva, onde somente 635 professores, em todo o Estado, não possuem curso de nível superior.

RECURSOS FINANCEIROS

A operacionalidade da SEC foi assegurada por um plano de recursos financeiros, com uma despesa fixada em Cr\$ 510.866.850,00, equivalente a cerca de 26% do Orçamento do Estado.

- REALIZAÇÕES

Sendo a preparação de recursos humanos - tanto na área administrativa como na técnico-pedagógica - a preocupação precípua da SEC, foi promovida uma série de cursos, seminários, encontros, conferências, palestras, reuniões e sessões de estudo, num total de 19.102, com 129.492 participantes.

Foram, por outro lado, realizadas 2.635 entrevistas de diversos tipos, envolvendo imprensa, pais de excepcionais, pais dos demais alunos, funcionários da SEC, professores, estudantes, diretores, escritores e elementos do setor artístico.

Cabe registrar também que, no decorrer do ano de 1972, houve:

- 318 recuperações de prédios;
- 12 ampliações;
- 22 suplementações;
- 42 conclusões;
- 1 obra nova,

em um total de 395 escolas atingidas, sendo 311 da zona urbana e 84, na zona rural.

Cumpre salientar que, entre essas realizações, consta a ampliação da rede escolar em 185 salas de aula, para o que foram empregados Cr\$ 5.346.624,52, sempre em perfeita consonância com as atividades da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.



- ATIVIDADES

A própria problemática do serviço exigiu - a par do que foi provido pela SEC, visando à capacitação gradual dos seus recursos humanos - um programa de preparação e desenvolvimento do magistério e de funcionários, no que diz respeito às Reformas Administrativas e do Ensino.

Foram realizados, entre cursos, seminários, encontros, conferências e palestras, um total de 2.990, com 14.622 participantes.

- INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Para garantir ao Sistema de Ensino do Estado uma linha de ação unificadora, capaz de favorecer a otimização do processo educacional, foram criados instrumentos operacionais que avançam no tempo, sem ficar limitados ao ano de 1972.

Desse modo, foi elaborado e posto em execução um elenco de:

- Programas: 45
- Subprogramas: 11
- Projetos: 123
- Subprojetos: 90,

beneficiando a uma classe heterogênea que inclui:

- 4.757.683 alunos de 1º e 2º graus;
- 66.351 adolescentes e adultos;
- 11.125 professores;
- 706 regentes;
- 1.077 diretores, coordenadores e supervisores;
- 70.105 funcionários;
- 2.307 supervisores e monitores de TVE.

O valor global desses programas e projetos foi de Cr\$ 127.037.073,58, tendo sido desembolsado, até o final de 1972, Cr\$ 63.279.284,55.

Cabe frisar que alguns programas beneficiaram mais de uma vez a alunos, professores e funcionários.

A população estudantil do Estado, de 1º e 2º graus, alcança a 1.697.438 alunos, sendo 783.885 de responsabilidade do Estado.

- Planos : 158, dos quais
 - 113 já foram executados;
 - 45 encontram-se em execução.

Entre esses planos, destaca-se o relativo à compra de vagas.



- Contratos e Convênios: 79, com um custo total de Cr\$ 15.759.048,00.

Esses contratos e convênios envolveram, além da SEC, Prefeituras Municipais, instituições particulares e comunidades em geral, tendo, entre outros, os seguintes objetivos:

- Cumprimento da obrigatoriedade escolar;
 - Compra de vagas;
 - Educação especial;
 - Educação supletiva;
 - Assistência odontológica;
 - Recursos humanos e materiais;
 - Auxílio a escolas assistenciais;
 - Instalação de Delegacias de Educação;
 - Locação e construção de prédios;
 - Instalação, manutenção e ampliação de Centros de Artes, Ciências e Tecnologia;
 - Conservação de obras raras;
 - Pesquisas paleoindígenas;
 - Estudo da flora e fauna da fronteira.
- Normas e Manuais de Serviço: 43, assim classificados:
 - De organização - 21
 - De padronização - 3
 - De procedimento - 19

- OUTRAS REALIZAÇÕES E ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS

Considerando a estratégia de ação adotada no período relativo ao ano de 1972, cumpre ressaltar, ainda, algumas realizações e atividades marcantes na operacionalidade do Sistema da SEC:

- Projeto de Divulgação e Documentação da Reforma do Sistema Educacional do Rio Grande do Sul

Ao procurar fixar as bases doutrinárias necessárias ao processo de implantação da Reforma do Sistema de Ensino, foram usadas modernas técnicas de comunicação, de maneira a atingir todos os níveis de pessoal, tanto administrativo, como técnico e docente. Com esse objetivo foram elaboradas diversas publicações, abordando os seguintes assuntos:

- Introdução à Reforma do Sistema Educacional do Estado
 - Documento preliminar;
- Sistema de Planejamento da SEC
 - Documento básico,
 - Manual de treinamento;
- Ensino de 1º grau no Estado
 - Caracterização de currículo;
 - Currículos das 1ª, 2ª e 3ª séries,
 - Currículos por área.
- Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/71) do Estado



- Doutrina e interpretação (1 e 2).
- Roteiro para Elaboração de Projetos Educacionais,
- Plano Estadual de Implantação.

- REVISTA DO ENSINO

Ainda que existindo há mais de vinte anos, assumiu a Revista do Ensino no ano de 1972 uma nova dimensão. Dirige-se, atualmente, para o ensino de 1º e 2º graus, o que representa uma valiosa ampliação de sua área de ação.

Sua tiragem de 52.000 exemplares, em cada um de seus 8 números anuais, atinge diversos países da comunidade internacional, tais como: Estados Unidos da América do Norte, França, Portugal, Argentina, Venezuela, Chile, Uruguai, Suíça, Bolívia, México, Peru e Espanha.

- CURSOS INTENSIVOS DE FÉRIAS

Foram realizados em Faculdades de Educação, para titulação de professores leigos, em licenciatura de curta duração.

- CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

- A fim de descentralizar a execução das atividades da 1ª Delegacia de Educação, foram criadas quatro áreas educacionais, estabelecendo um efetivo mecanismo de controle, para o aperfeiçoamento do sistema educacional;
- Instalação, em Canoas, do núcleo de implantação da 27ª Delegacia de Educação, com a finalidade de atender às necessidades da fase inicial de criação da referida DEL;
- Construção de Parque Esportivo, no bairro Menino Deus;
- Constituindo uma primeira experiência do Departamento de Educação Física e Desportos, foram instaladas "Colônias de Ar e Sol", em colaboração com a ACISO/72, do Exército Nacional;
- Em alguns municípios do Estado, foram instalados Centros de Artes, Ciências e Tecnologia;
- Dando andamento às prioridades estabelecidas, ocorreu a implantação de 20 Unidades Integradas de Ensino;
- Organização do I Salão Internacional de Arte Infante-Juvenil que, por seus objetivos e estratégia de execução, promoveu uma efetiva aproximação entre muitos países, irmanando-os pela mensagem criadora de suas crianças e jovens.



- PARTICIPAÇÃO

A SEC estendeu sua ação, participando de:

- II Jornada de Integração Uruguai-Brasil Sul que visou a incrementar o intercâmbio esportivo entre Uruguai e os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná;
- Conferência Internacional de Física, realizada em Córdoba, Argentina;
- I Congresso Brasileiro de Cibernética e Sistemas Gerais, - cujas atividades se desenvolveram nesta Capital;
- Comissão Executiva Estadual para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

- RELATIVAS AO ENSINO DE 2º GRAU

A partir da conceituação e da caracterização das Unidades Escolares do Ensino de 2º grau, foi possível estabelecer:

- Diretrizes para adaptação do Ensino Secundário, do 2º ciclo e das Escolas Técnicas e Normais, à Lei 5.692/71;
- Currículo para escolas de 2º grau;
- Sistema de bolsas de estudo.

- ELABORAÇÃO

Foram elaborados subsídios para a Montagem do Sistema de Educação Especial do Infra-dotado.

ÓRGÃOS VINCULADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

II - Diretor: *Professor URLANDO RAZBERA*

III - Sede: Rua Inconfidentes, 395, Novo Hamburgo

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- REALIZAÇÕES

- Cursos Promovidos

A Fundação vem promovendo Cursos Técnicos de nível médio, com duração de 4 anos, que incluem: Química, Eletrônica e Mecânica, num total de 3.360 horas/aula cada um.



Patrocinou um curso de especialização Técnico-Pedagógica para 16 professores.

A Escola promoveu, também, reuniões, conferências e entrevistas, num total de 197, das quais participaram mais de 580 pessoas.

- Instrumentos de Ação

- Programas e Projetos

Encontram-se em fase de elaboração os programas de urbanização e reflorestamento das áreas externas, assim como pesquisa para fornecimento de água subterrânea, conclusão de obras da Escola e construção da área de esportes.

- Planos

Já estão concluídos 2 planos: Plano Pedagógico para 1973; Novos Currículos e Programas.

- OUTRAS REALIZAÇÕES E ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS

A Fundação está empenhada em adaptar-se à Reforma do Ensino, merecendo destaque as seguintes atividades:

- Participação dos professores na Reciclagem promovida pela 2ª Delegacia de Ensino e Prefeitura de Novo Hamburgo;
- Reformulação dos quadros curriculares e organização de novos currículos;
- Racionalização do sistema de supervisão de estágio de alunos nas empresas;
- Encontra-se em fase de execução, uma pesquisa para prever as necessidades do mercado de trabalho nos ramos da química, eletrônica e mecânica, nos próximos três anos.

- PREVISÕES

O número de 47 técnicos químicos, formados pela Escola em 1972, elevar-se-á para 132, em 1973, quando se formarão também técnicos em Eletrônica e Mecânica.

Realização, em 1973, de treinamento para pessoal administrativo e estudo do quadro de carreira, avaliação de cargos, promoções etc.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/8

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (OSPA)

II - Presidente: *Professor JORGE ALBERTO FURTADO*

III - Sede: Rua Desembargador André da Rocha, 50, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- RECURSOS HUMANOS

A OSPA conta com 197 servidores.

- REALIZAÇÕES

A Temporada Oficial de 1972 foi das mais expressivas, sendo realizadas 83 apresentações orquestrais.

Foram apresentadas 8 óperas, destacando-se "As Bodas de Fígaro", de W.A. Mozart, e "La Bohème", de Puccini.

Foram convidados ou contratados, tanto no país como no exterior, 53 regentes, solistas e cantores.

Atendendo a convites, a OSPA apresentou-se, em cinco ocasiões, em cidades do interior do Estado.

A preocupação de educar através da música levou a Presidência da Fundação a:

- Intensificar o atendimento ao escolar antes de cada audição dos Grandes Concertos para a Juventude, objetivando o despertar orientado da sensibilidade às audições;
- Criar a Escola de Aperfeiçoamento Instrumental para integrantes da OSPA e a Escola Experimental de Ópera, visando a aumentar o número de artistas locais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da agricultura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA AGRICULTURA (SAG)

II - SECRETÁRIO: Economista EDGAR IRIÓ SIMM

III - Sede: Avenida Júlio de Castilhos, 585

IV - ÓRGÃO RELACIONADO: CENTRAL DE ABASTECIMENTO S.A. (CEASA-RS)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A Agropecuária, como atividade prioritária do Governo, teve intensificados o interesse e a preocupação da SAG pelo cumprimento de suas metas.

O melhor desfrute dos rebanhos e a sistemática perseguição de maiores índices de produtividade, aliás, acompanhando a política federal para o aumento racional da produção, foram propósitos constantes da SAG.

Dai ter pontado a preocupação dos órgãos de pesquisa em estudar novas técnicas, obter novas variedades mais produtivas e acentuar o cerco sanitário com o encontro de novos processos e produtos mais atuantes e eficientes para garantia dessas conquistas.

- SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

- Defesa Sanitária

- Combate à febre aftosa:	
- Animais vacinados por etapa	11.627.672
- Doses aplicadas	34.884.015
- Combate à raiva canina:	
- Cães imunizados	105.063
- Casos constatados	101
- Proprietários atendidos	71.151
- Combate à peste suína clássica:	
- Suínos vacinados	329.198
- Municípios trabalhados	65
- Focos constatados	22
- Animais mortos e doentes	341
- Prejuízos decorrentes	Cr\$ 34.150
- Combate à tuberculose (bovina):	
- Tuberculinizações realizadas	36.952
- Combate à brucelose:	
- Bovina - Vacinações de terneiros - 3/8 meses	532.530
- Provas diagnósticas	64.587
- Suína - Provas diagnósticas	5.755



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/2

- Combate à pulrose aviária:	
- Provas diagnósticas	65.764
- Combate à sarna e piolheira ovinas:	
- Revisão de ovinos	41.425.212
- Combate às helmintoses:	
- Deselmintizações em bovinos, ovinos, suínos, eqüinos, aves e coelhos	3.816.373
- Combate ao carrapato:	
- Foi dado continuidade ao projeto denominado "Pesquisa para controle de carrapato e avaliação de carrapaticidas", objetivando o controle de estirpes resistentes ao referido combate e avaliação da eficiência do produto químico.	
- Outras atividades:	
- Inspeções sanitárias	892.043
- Criadores atendidos	325.728
- Outras vacinações:	
Produção de vacinas contra aftosa, brucelose e raiva bovina, peste suína, paratifo suíno	2.957.650
- <u>Extensão Zootécnica</u>	
- Animais inspecionados	92.495
- Cursos práticos:	
- Realizados	10
- Candidatos inscritos	206
aprovados	175
percentagem de aprovação	85%
- Seleção animal:	
- Bovinos selecionados	6.920
- Ovinos selecionados	59.824
- Avaliação de bovinos de corte:	
- Animais inscritos	658
- Animais que concluíram o teste	209
- Animais certificados	132
- <u>Outras Atividades</u>	
- 1. ^a Exposição Internacional de Animais	
- Animais inscritos:	
- Nacionais	2.869
- Estrangeiros	256
	<hr/>
	3.125
- Países participantes	8
- Vendas (*)	
- Animais nacionais	Cr\$ 3.986,525,00
- Animais estrangeiros	Cr\$ 837.500,00
	<hr/>
	Cr\$ 4.824.025,00

(*) Nos valores não constam vendas realizadas para o Ministério da Agricultura e para a SAG.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/3

- SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

- Conclusão do diagnóstico e análise dos resultados da real situação da vitivinicultura;
- Prosseguimento da "Campanha de Renovação da Vitivinicultura Gaúcha", incrementando-se a cultura de castas finas;
- Início do funcionamento das Concentradoras de mosto de Caxias do Sul e Bento Gonçalves;
- Consolidação da atividade de fiscalização volante do vinho;
- Lançamento da Campanha para alcançar, na safra de 1973, 3 milhões de toneladas de soja;
- Semanas Ruralistas:
 - Municípios atingidos 33
 - Localidades abrangidas 214
 - Agricultores e familiares participantes 31.376
- Aviação agrícola:
 - Controle aéreo de pragas e doenças:
 - Pulverização em ha 6.441
 - Semeadura
 - Em pastagens (ha) 3.699
 - Adubação
 - Em lavouras de arroz (ha) 6.134
 - Em lavouras de trigo (ha) 1.699
- Crédito rural:
 - Bancos participantes 6
 - Valor do financiamento Cr\$ 131.133.667,00
 - Agricultores beneficiados 3.277
- Cursos:
 - Total ministrado 28
 - Aradores tratoristas 23
 - Citricultura 1
 - Para agrônomos regionais 1
 - Para viveiristas 1
 - De apicultura 1
 - De viticultura 1
- Assistência à lavoura:
 - Propriedades visitadas 29.147
 - Informações (escritas) 37.915
 - Palestras radiofônicas 588
 - Artigos em jornais 215
 - Mudas inspecionadas 11.163.092
 - Análises
 - de sementes (*) 26.656
 - amostras 11.883

(*) - Corresponde a 69.259 toneladas, ou seja, 1.154.317 sacos de 60 kg, preponderando Trigo, Soja, Forrageiras, Milho e Arroz.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/4

- de adubos - Entre certificados de registros de análises, atestados de misturas e determinações químicas e físicas gerais, o total de operações foi de 1.935
- Dados agronometeorológicos analisados 630.000
- Pesquisas e experimentação:
 - Linhagens Promissoras
 - Trigo
 - Precoces
 - Estação Experimental Fitotécnica de Bagé B15 e B20
 - Estação Experimental Fitotécnica de Veranópolis C32 - C33 - C34 - C35 - C50
 - Estação Experimental Fitotécnica de Júlio de Castilhos S42 - S43 - S45 - S46 - S53 - S55 - S56 - S61 - S62 - S63 - S76
 - Tardias
 - Estação Experimental Fitotécnica de Veranópolis C48
 - Estação Experimental Fitotécnica de Encruzilhada do Sul E61
 - Estação Experimental Fitotécnica de Júlio de Castilhos S40 S69 - S70 - S71
 - Milho
 - Híbrido duplo experimental (Estação Experimental Fitotécnica de Veranópolis) SAVE 239
 - Soja
 - II - 3165; LC69 - 417; SC 68-607; LC 69-416; SC 68 611; II/64 - I; II - 6/64; II - 2/65 - 1.
 - Estudo da biologia do pulgão da espiga do trigo (*Macrosiphum avenae*) Fabrícicus.

- SUPERVISÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

- Levantamento semidetalhado de solos e de capacidade de uso das Estações Experimentais de Santa Maria, Encruzilhada do Sul e Santana do Livramento;
- Instalação, em cooperação com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) da Agência Conservacionista de São Luiz Gonzaga;
- Recebimento de parte da Supervisão da Produção Vegetal da Estação Experimental de Encruzilhada do Sul, a qual objetivará trabalhos de pesquisas florestais na área do escudo rio-grandense;
- Reequipamento de sete Agências Conservacionistas;
- Assistência a agricultores 3.680
- Área atendida (ha) 83.169
- Terraceamento (km) 19.673
- Canais escoadores 4.631
- Manutenção de terraços (km) 1.026



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/5

- No litoral:
 - Esteiras colocadas (m) 135.232
 - Fixação por coberturas (m²) 1.787.120
 - Ensaios lançados 14
 - Produção de Mudas 2.500.000
 - Fornecimento de mudas 1.500.000

- SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO
 - Estudo para a comprovação da viabilidade da 1^a Feira do Carneiro Rio-Grandense;
 - Diagnóstico e projeto de comercialização da vitivinicultura do Estado;
 - Estudo e pesquisa sobre as condições de produção e comercialização da mandioca, no município de Sapiranga;
 - Reunião de dados e subsídios sobre:
 - Viabilidade econômica da drenagem do Banhado Chico Lomã, no município de Santo Antônio da Patrulha - em andamento,
 - Setor de laticínios, no Estado, solicitado pela Divisão Agrícola da "Comissão Econômica para a América Latina" - Grupo Conjunto CEPAL/FAO,
 - Economia do Rio Grande do Sul, solicitado pelo Banco de Londres e pela Fundação Getúlio Vargas,
 - Citricultura no Estado, solicitado pelo Centro Interamericano de Capacitação em Comercialização (CICOM) e Fundação Getúlio Vargas;
 - Participação na elaboração do sistema organizacional, de co-participação institucional e do plano de atividades técnicas do Projeto Sudoeste - 1;
 - Participação na elaboração do "Plano Estadual de Aplicação de Crédito Rural para 1972";
 - Elaboração de exposição de motivos visando a uma política governamental para subsidiar a aquisição de insumos por parte do produtor;
 - Levantamentos estatísticos dos principais produtos da agropecuária rio-grandense, e de preços dos insumos utilizados pelos agricultores;
 - Informação e Divulgação Agrícolas:
 - Impressos de diferentes espécies 3.347.390
 - Publicações distribuídas 118.519
 - Publicações impressas para distribuição 45.000
 - Acervo da Biblioteca Central - volumes 13.344

- CENTRAL DE COMANDOS MECANIZADOS DE APOIO À AGRICULTURA (CEMAPA)
 - Levantamento de outras cinco jazidas de calcário;
 - Perfuração de 210 poços;
 - Construção de 131 barragens, com 795.490 m³ de terra compactada, drenada área de 7.100 ha e realizado o pré-estudo de bacias hidrográficas com 775 km²;
 - Construção de 217.732 km de estradas coloniais e reconstruídos 149.682 km com 36 m de pontes; 82 m de pontilhões e 5.494 m de bueiros;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/6

- Execução de 81 análises de águas com 275 dosagens;
- Conclusão de demarcação de limites municipais;
- Publicação do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul - nºs 14 e 15
- Conclusão dos estudos de ligação da Ilha dos Marinheiros, no município de Rio Grande, ao continente;
- Execução de Mapas dos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão.

- GRUPO EXECUTIVO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA PESCA (GEDIP)

- Conclusão da 2ª etapa do projeto do planejamento integrado da pesca rio-grandense;
- Elaboração do projeto básico e de engenharia de execução do novo porto pesqueiro de Rio Grande;
- Organização administrativa e operacional do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul;
- Conclusão da 2ª Pesquisa Oceanográfica no litoral gaúcho, de Torres à foz do Rio da Prata.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

- SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO ANIMAL

- Implantação:
 - De grande campanha de combate à helmintose bovina e suína em todas as pequenas propriedades do Rio Grande do Sul,
 - Do sistema de computação eletrônica sobre dados da constituição do rebanho bovino, na frequência quadrimestral, possibilitando verificar-se variações de categorias e previsões do rebanho para abate,
 - Da campanha da brucelose, em mais 25 municípios;
- Início do estudo de implantação de uma área-piloto para combate à hidatidose;
- Intensificação e aperfeiçoamento das campanhas sanitárias em andamento, visando à erradicação da febre aftosa, da brucelose, da peste suína, da sarna e da piolheira dos ovinos.

- SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO VEGETAL

- Ampliação da assistência aos agricultores através do convênio SAG-FETAG, mediante a admissão de até 100 técnicos agrícolas para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, enfatizando, no mesmo setor, os trabalhos de crédito rural orientado, reformulando e dinamizando os Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola;
- Desenvolvimento do plano de assistência à apicultura;
- Intensificação dos trabalhos de orientação, fomento e defesa das principais culturas do Estado; dos estudos biológicos e levantamentos das diferentes pragas e mo-



léstias, assim como sobre a influência dos fatores meteorológicos e climáticos nas culturas; da inspeção fitossanitária dos viveiros de mudas frutíferas; da fiscalização do comércio de sementes e mudas; da fiscalização de vinhos e derivados, com a renovação compulsória de todos os registros vitivinícolas das firmas do ramo;

- Ênfase dos trabalhos de levantamento de dados estatísticos agrícolas. Implantação e execução dos projetos do Plano Nacional de Sementes (Convênio MA-BID-SAG). Aumento da produção de sementes genéticas e básicas, pelas Estações Experimentais;
- Finalmente, intensificação dos trabalhos de pesquisa e experimentação do soja e do trigo, com viabilidade de lançamento de novas variedades; do milho e feijão, mandioca e sorgo, citrus e cebola, abacaxi e rosáceas, enfatizando-se os trabalhos de experimentação e pesquisa com defensivos agrícolas.

- SUPERVISÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

- Reequipamento de 7 Agências Conservacionistas já instaladas e instalação de 4 novas em Santa Rosa, Camaquã, São Borja e Caxias do Sul;
- Instalação do Horto Florestal no município de Planalto, para reflorestamento dos Parques Estaduais e fornecimento de mudas e produtores do Alto Uruguai; reequipamento da Estação Experimental de Encruzilhada do Sul, visando a pesquisas e ensaios com essências florestais e ornamentais, nativas e exóticas, na serra do sudoeste, início do levantamento de essências florestais nativas, na região norte do Estado, estudando-se sua importância econômica e o estabelecimento de bases para seu zoneamento, incremento da campanha de arborização do litoral, produção de 6 milhões de mudas de essências visando a intensificar a campanha de reflorestamento do Estado;
- Recebimento da Estação Experimental de Santana do Livramento, levando à fronteira o incremento à pesquisa e ensaios de recursos naturais renováveis, instalação de reservas biológicas, em área de campo, para preservação e estudo da fauna campestre;
- Incremento aos trabalhos de contenção e fixação de areias na área litorânea do Estado face à importância turística e também visando ao aproveitamento dos solos.

- SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO

- Programação global da SAG. Implantação definitiva da Unidade de Economia Agrícola;
- Projetos específicos. Implantação do sistema de coleta de dados estatísticos e previsões de safras;
- Trabalho integrado em planejamento e estatística com outros órgãos ligados ao setor.

- CENTRAL MECANIZADA DE APOIO À AGRICULTURA (CEMAPA)

- Construção e reconstrução de estradas coloniais, na extensão de 500 km, construção de 200 barragens, com mobilização de 1,2 milhões de m³ de terra e perfuração de 300 poços artesianos, perfazendo 18.000 m;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/8

- Drenagem de 20.000 ha, com mobilização de 150.000 m³ de terra e prosseguimento dos trabalhos de mapeamento sistemático do Estado, na escala de 1:100.000.
- Legalização de terras públicas, através de 3.200 contratos e concessões de lotes rurais, assim como pela expedição de 3.000 títulos de propriedade;
- Desmatamento, destocamento e limpeza de 3.000 ha de terras para lavoura.

- GRUPO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DA PESCA (GEDIP)

- Administração e desenvolvimento da programação setorial da pesca, abrangendo o triênio que ora se inicia;
- Organização do atual complexo pesqueiro de Rio Grande, abrangendo o biênio 1973/1974;
- Pesquisa pesqueira, no triênio 1973/1975;
- Capacitação e assistência aos recursos humanos;
- Desenvolvimento da pesca em Tramandaí.

ÓRGÃO RELACIONADO COM A SECRETARIA DA AGRICULTURA

I - ÓRGÃO: CENTRAL DE ABASTECIMENTO S.A. (CEASA-RS)

II - Diretor-Presidente: Engenheiro LUIZ ANTÃO ROSSI

III - Sede: Avenida Fernando Ferrari, 1001, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A CEASA-RS, constituída em 31 de agosto de 1970, com capital inicial de Cr\$ 30.000.000,00, recebeu, em 1972, um investimento do Estado de Cr\$ 6.885.000,00, que, desta forma, integralizou sua parcela de capital.

Até 31 de dezembro de 1972, já havia sido investido, na CEASA-RS, valor superior a Cr\$ 36.000.000,00, pelos governos Federal e Estadual e Prefeitura de Porto Alegre.

Quando concluída, a CEASA-RS operará visando aos seguintes objetivos:

- Redução de custos da comercialização de produtos hortigrangeiros, na área da Grande Porto Alegre;
- Melhoramento da qualidade dos produtos e intensificação de sua classificação e padronização;
- Racionalização do mecanismo de preços e melhoria da renda do produtor;
- Redução dos agentes de comercialização, garantindo melhor qualidade dos produtos, proporcionando acesso direto aos mesmos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria
da indústria e comércio





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/1

I - ORGÃO: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

II - SECRETÁRIO: Economista RÓBERTO PIRES PACHECO

III - Sede: Rua Caldas Júnior, 120, 15º andar

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: - INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)
- INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)
- AÇOS FINOS PIRATINI S/A
- AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)
- PRODUTOS GAÚCHOS S/A (PROGASA)
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

Dentre as múltiplas realizações desenvolvidas nos vários setores que compõem a SIC, indubitavelmente maior ênfase coube à prioridade concedida à atração de novos investidores bem como à preservação dos interesses econômicos do Estado perante a Conferência das Partes Contratantes, no decorrer do 12º Período de Sessões Ordinárias, realizada pela Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), na cidade de Montevideu.

Com respeito a novos investidores, o grande elemento de atração dos empresários estrangeiros que visitaram o Estado foram as jornadas de prospecção realizadas na Europa e Estados Unidos, que apresentaram como resultado imediato a vinda de número superior a meia centena de homens de negócio daquelas áreas, os quais estão desenvolvendo os mais variados tipos de contato com o Estado, com vistas a estabelecerem-se aqui, ou buscando maior conhecimento de produtos locais, objetivando colocar estes últimos em seus mercados consumidores.

O 12º Período de Sessões Ordinárias, levado a efeito pela ALALC, realizou uma análise detalhada das listas de produtos oferecidos pelos países que compõem a Associação. Como o Rio Grande do Sul apresenta um mercado potencial em condições muito especiais para a Argentina, Uruguai e Paraguai, tornou-se imperiosa muita cautela a fim de que fossem evitados futuros problemas de concorrência para os setores industrial, agrícola e pecuário do Estado.

A indispensabilidade de uma infra-estrutura de informações que correspondesse quantitativa e qualitativamente às necessidades da SIC, determinou a criação do Banco de Informações. Foram instaladas, também, suas primeiras filiais nos municípios de Ijuí, Carazinho e Lajeado, como desdobramento inicial de um plano mais amplo que prevê sejam dotadas de filiais do referido banco as sedes das microrregiões em que se divide o Estado, a fim de que tal estrutura sirva de apoio a estudos, projetos e orientação sobre localização industrial.

Destaque especial deve ser dado à instituição, já aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), que será o módulo operacional da SIC.



Atuando como elemento catalizador de potenciais investidores ainda não mobilizados, a ação da SIC propiciou a criação de duas empresas que, por sua importância, representam marcos históricos na evolução econômica do Estado, que são a Companhia Industrial Petroquímica Riograndense (CIPERGS) e a BRANAVE S/A - Brasileira de Navegação S/A - Empreendimentos Navais, organizações pioneiras em seus respectivos setores.

No exercício de 1972, o Conselho da Comercialização (CONDEC) e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CONDEI) do Estado, passaram a operar em termos efetivos. O CONDEC encarou com objetividade os assuntos envolvidos na área que lhe é pertinente, estabelecendo, finalmente, como estratégia a seguir, a hierarquização da problemática da Comercialização, a nível municipal. Visando a alcançar os objetivos estabelecidos, foram criadas, nos municípios de Uruguaiana, Santana do Livramento, São Borja, Bagé, Rio Grande e Lajeado, Juntas Técnicas Empresariais.

No que diz respeito ao CONDEI, foram estabelecidas programações para viabilizar a concretização das sugestões apresentadas pelo 1º Congresso sobre Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul. Entre outros assuntos que, igualmente, obtiveram especial atenção do CONDEI, merecem registro: cadastramento industrial do Estado, cobrindo 300 empresas; levantamento global, com apreciação individual, objetivando a efetivação de cursos voltados ao Preparo do Dirigente Industrial; apreciação do problema de normas técnicas para indústria, tais como borracha e derivados, couro e afins, indústria de autopeças e indústria naval.

As atividades de implantação da Aços Finos Piratini S/A desenvolveram-se de acordo com o programa estabelecido para o exercício. As instalações no porto de Rio Grande para recebimento e movimentação de minério foram concluídas e testadas. No que se refere às obras civis, 86,3% achavam-se concluídas ao término de 1972, enquanto 9,2% se encontravam em andamento, com conclusão programada para o primeiro trimestre do ano em curso.

Na Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, foi remodelado o parque fabril, objetivando um maior aperfeiçoamento para o alto padrão qualitativo de seus produtos. Para aplicação em crédito rural educativo especificamente orientado à produção e criação de gado leiteiro, bem como no sentido de controlar doenças infecto-contagiosas, como a mastite e a parasitária, foram firmados convênios com o Banco do Brasil S/A e o Ministério da Agricultura.

O investimento público realizado na Açúcar Gaúcho S/A vem alcançando, plenamente, o objetivo social que lhe deu origem. Número superior a 1.600 produtores, disseminados nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres, Rolante e Taquara, alimentam regularmente, com seus canaviais, a AGASA.

No decurso de 1972, foi concluída a implantação definitiva da empresa de economia mista Produtos Gaúchos S/A (PROGASA), bem como deu-se início à sua fase industrial, produzindo cebola desidratada em pó, flocos e fatias.

Cuidou, ainda, a Empresa, no referido exercício, de proporcionar vigoroso impulso à diversificação de novas culturas, tendo, nesse sentido, distribuído na área adubos e sementes de produtos hortigranjeiros.

O Instituto Riograndense do Arroz deu ênfase especial ao setor da produção, tanto através da pesquisa e experimentação, como pela assistência técnica à lavoura, com vistas a conduzir esta a uma maior produtividade.



No setor da economia em que atua, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes pautou suas atividades por definições técnicas, através da assistência especializada de natureza industrial a instalações, elaboração de produtos, transporte e comercialização.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I - ÓRGÃO: INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

II - Presidente: *Bacharel UBIRAJARA DE JESUS PEREIRA*

III - Sede: Avenida Júlio de Castilhos, 585, 19 andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

No decorrer do ano de 1972, o IRGA cumpriu os objetivos programados para o exercício, sobressaindo-se as atividades no setor da produção, tanto através da pesquisa e experimentação, como pela assistência técnica à lavoura, visando ao continuado empenho de conduzir esta à maior produtividade.

Dando maior dinamização às atividades do IRGA, através de uma programação definida para os diversos setores, foi criada a Assessoria de Planejamento, órgão ligado diretamente à Presidência e que tem por finalidade estudar e planejar o aprimoramento de todas as atividades do IRGA. Visando a aprofundar os conhecimentos sobre a política internacional do arroz, a Presidência do IRGA compareceu, em 1972, pela segunda vez, à Reunião Internacional da FAO, na condição de Delegado do Governo Brasileiro.

- OBRAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Pesquisa e Experimentação

Nos trabalhos sobre experimentação, foi efetuado convênio com o BNDE, no montante de Cr\$ 261.185,00, através do Ministério da Agricultura, dentro do Programa Nacional de Pesquisa com Arroz. Foi implantada, na Fronteira Oeste do Estado, uma subunidade da Estação Experimental com a finalidade de executar ensaios de interesse daquela região. Participou, ainda, o IRGA, como co-executor do convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e organismos financeiros internacionais, visando ao aprimoramento das pesquisas com sementes, dentro do Programa AGIPLAN, o que faz carrear para o IRGA valores ponderáveis de recursos, possibilitando o desenvolvimento das atividades técnicas daquele importante setor.

Quanto à obtenção de novas variedades de arroz, adaptadas às condições mesológicas do Estado, estão recebendo trabalhos seletivos 5.627 linhagens, incluindo as trazidas do exterior e as criadas na Estação Experimental do Arroz. Foi instalado o laboratório de Química Agrícola em novo prédio e ampliadas as instalações, tendo capacidade para realização de análises em número superior a 10.000 amostras, ou seja, 500% a mais do que era possível obter. Em decorrência da integração do IRGA no propósito do Ministério



3/4

da Agricultura, de coordenar a pesquisa agropecuária no plano nacional, o IRGA participou de seminários sobre Tipologia de Mão-de-Obra, Análises de Sementes, Armazenamento de Grão e Cereais. Fez-se presente também na Reunião Geral do Arroz, Comissão Nacional de Sementes, Comissão Nacional do Arroz, Coordenadoria do AGIPLAN para Zona Sul, Sociedade de Botânica e Fitopatologia, Herbicidas e Ervas Daninhas e Conferência de Investigadores - Colômbia.

- Serviço de Assistência e Extensão Orizícola

A promoção de importação direta, em colaboração com o Ministério da Agricultura e Banco do Brasil, de expressiva quantidade de herbicida, fez rebaixar em 7,68% o custo ponderado desse insumo nas lavouras de arroz do Estado, em relação ao ano anterior, não obstante a majoração verificada nos preços dos produtos similares, em oferta no mercado.

- Colônias e Barragens - Colônia Rizícola nº 1

Com a nova orientação que vem sendo adotada para esta Unidade, a média de produtividade das lavouras da Colônia aumentou de 60 sacos por quadra em 1968 para 168 sacos em 1972. O IRGA vem participando, com recursos financeiros, para a implantação definitiva da estrada que liga a Granja Sônia à RS-1, dando perfeitas condições de trânsito para o escoamento da produção. Com esta finalidade, foram contratados serviços com a CEMAPA, CINTEA e Prefeitura de Osório.

- Barragem do Capanê

Participa na qualidade de maior consumidor da Cooperativa de Eletrificação Rural, tendo sido feita ligação da rede interna de energia elétrica à CEBE. Forneceu água para 1.612,11 quadras quadradas de lavoura, atendendo a 77 lavoureiros.

- Serviço de Estatística

Procedeu à publicação de seis edições da Revista Lavoura Arrozeira e do 26º Anuário Estatístico. Foi feito ainda o levantamento completo de todas as lavouras de arroz do Estado, com a formação de elementos, que estão sendo compilados em fichas individuais para cada produtor, podendo-se, desta forma, destacar aqueles cuja produção é antieconômica ou marginalizada.

- Comércio e Indústria

Em contraste com as atividades de 1970 e de 1971, quando o IRGA comercializou quantidades de arroz jamais alcançadas anteriormente, as condições de mercado impuseram, em 1972, uma quase paralização no setor comercial e industrial. Mesmo assim, foram adquiridos para a CACEX 228.969 sacos de arroz beneficiado, procedeu-se à secagem de 112.189 volumes com 5.501.124 quilos, e foram beneficiados, para terceiros, 45.876 volumes com 2.157.124 quilos.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

- Estação Experimental do Arroz

- Ampliação dos trabalhos fitotécnicos, tendentes à criação de novas variedades de alto rendimento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/5

- Implantação de subunidade no Norte para acelerar a homozigose das linhagens em seleção;
 - Implantação do laboratório de qualidade do grão de arroz;
 - Ampliação substancial das instalações da Estação Experimental;
 - Implantação de Estação Meteorológica;
 - Implantação de unidade de beneficiamento de sementes.
- Serviço de Assistência e Extensão Orizícola
- Desdobramento das Zonas de Assistência e Extensão pela criação de mais dez zonas;
 - Ampliação dos setores de apoio técnico, tais como material de divulgação, serviços de laboratórios, programação de atividades extensionistas a nível de fazendas.
- Serviço de Estatística e Divulgação - Seção de Estatística
- Levantamento da estrutura da indústria do arroz;
 - Técnicas modernas em uso nas lavouras;
 - Previsão de safras por amostragem;
 - Levantamento estatístico de exportações de arroz no Estado;
 - Entrosamento com a Superintendência de Estatística e Informática do Estado (SEI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para oficialização dos levantamentos estatísticos.
- Superintendência das Administrações de Colônias e Barragens

A Colônia Rizícola nº 1 prosseguirá sua recuperação, com ampliação de seu parque de máquinas, instalações para movimentação de arroz a granel, construção de um armazém para instalação de uma unidade de beneficiamento de sementes, implantação de um projeto de reflorestamento e exploração de pecuária em larga escala. Na Barragem do Capané, serão feitos melhoramentos no maciço da barragem, reconstruídos os aliviadores de superfície e de profundidade, completado o talude de jusante e construída a rede de esgoto cloacal no núcleo residencial.

- Comércio e Indústria

Será projetada e iniciada a construção de um engenho modelo, em Porto Alegre, bem como de um armazém-silo de manipulação de arroz no Superporto de Rio Grande.

I - ÓRGÃO: INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)

II - Presidente: Bacharel ALBERTO SEVERO

III - Sede: Rua dos Andradas, 1234, 109 andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O ISRC, entidade pública autônoma, tem como finalidade primordial assessorar a indústria de carnes do Estado através de prestação de serviços técnicos especializados no que tange ao transporte, comercialização e industrialização de seus produtos e subprodutos.



Desta forma, vem desenvolvendo um sistema de informação sobre mercados, além de levantamento estatístico de abates e comercialização interna e externa de carne bovina. No aspecto de consulta técnica, o ISRC mantém freqüentes contatos com delegações nacionais e internacionais, destacando-se as procedentes do Egito, Israel, Kuwait, Portugal e Espanha, bem como de áreas creditícias e entidades privadas que atuam no setor.

A implantação do Serviço Federal de inspeção higiênico-sanitária dos animais destinados ao consumo, a cargo da DIPOA, do Ministério da Agricultura, aliada ao Plano da Carne, determinam uma mudança radical na estrutura de abate e comercialização de gados e de carnes no Estado.

O ISRC, analisando a profundidade da medida e suas repercussões em todas as áreas, promoveu a realização de um Simpósio, com o título "Carne - Abastecer e Exportar".

As conclusões do Simpósio foram entregues ao Ministério da Agricultura. Entre as mesmas, constou a recomendação de instituir uma Comissão de Coordenação do Abastecimento de Carnes da Grande Porto Alegre.

Ocorreram, ainda durante o exercício de 1972, diversas reuniões em que a direção do ISRC se fez presente. Dentre estas, destacam-se:

- Reunião, em Brasília, em que foi comunicado o Plano da Carne para 1972;
- 2ª Reunião Intergovernamental de carnes, da FAO, em Roma;
- Conferência Internacional do Zebu, em Caracas;
- 5ª Reunião do Grupo Misto de carnes dos países membros da ALALC, em Assunção;
- Reunião do Comitê Empresarial Internacional, no Uruguai.

- SAFRA DE 1972

Em uma estimativa do desfrute de safra de 1.200.000 bovinos, a Indústria Frigorífica abateu, até 15 de dezembro último, 837.075 cabeças, com produção aparente de 117.047.294 quilos de carne. Desta, até 30 de novembro, foram exportados 67.389.338 quilos, que produziram US\$ 74.124.753,45.

Daquela produção industrial de carnes frigorificadas, foram entregues ao consumo local 49.657.784 quilos.

A participação da indústria exportadora no abastecimento do mercado local, fixada em 50% de seu abate pelo "Plano da Carne de 1973", no exercício de 1972, atingiu o índice de 17,97% sobre o total.



I - ÓRGÃO: AÇOS FINOS PIRATINI S/A

II - Diretor-Presidente: Professor BERNARDO GEISEL

III - Sede: Rua Cância Gomes, 127, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

As atividades de implantação da usina de aços especiais da AÇOS FINOS PIRATINI S/A realizaram-se de acordo com o programa estabelecido para o exercício, permitindo que a produção de lingotes se desenvolva a partir de maio de 1973 e que a inauguração da usina se faça na data prevista, 29 de junho de 1973.

Das obras civis, achavam-se concluídas, no fim do ano de 1972, 86,3%, enquanto 9,2% se encontravam em andamento, com conclusão programada para o primeiro trimestre de 1973. Entre as obras a iniciar, no montante de 4,5%, avultam a construção do porto definitivo, relegada para etapa posterior, e o prédio da Administração, a ser iniciado após a conclusão das unidades industriais.

Os equipamentos importados, à exceção de lote recebido com atraso, chegaram com regularidade, num total de 15.400 t, representando 92% das encomendas. De modo geral, os equipamentos nacionais também vêm sendo fornecidos satisfatoriamente.

Os trabalhos de montagem dos equipamentos se processam em ritmo acelerado, a cargo de empreiteiras nacionais e sob a supervisão de técnicos das empresas fornecedoras, encontrando-se em plena atividade, na área, 16 especialistas estrangeiros, número que crescerá acentuadamente no decorrer do semestre vindouro.

As instalações construídas no porto de Rio Grande, para recebimento e movimentação de minério, foram concluídas e testadas, estando em condições de atender ao abastecimento normal de minério.

Concluídos os estágios no exterior, dispõe agora a Empresa de 20 engenheiros e 50 técnicos perfeitamente treinados e especializados para a operação de sua usina. O referido pessoal já se encontra enquadrado em suas funções, preparando a fase operacional de seus setores, ao mesmo tempo que participa da supervisão e fiscalização dos serviços de montagem, entrosado com a empresa incumbida da coordenação geral do empreendimento.

Está montada a estrutura organizacional da Empresa, a qual vem sendo implantada progressivamente, à medida que evoluem os serviços.

A assistência ao pessoal vem sendo desenvolvida normalmente e, no que se refere ao problema da habitação, já foram concluídas as 95 residências que constituem a primeira etapa do plano financiado pelo BNH para o Núcleo Residencial da Empresa.

Em cooperação com o Conselho Nacional de Siderurgia, foi feita, em meados do ano, a atualização do estudo econômico-financeiro da Empresa, resultando um esquema que mereceu a aprovação do Ministério da Indústria e Comércio e do Governo Estadual, esquema esse que cobre os recursos necessários para a ultimateção da implantação do empreendimento e a primeira fase operacional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/8

No tocante aos investimentos realizados no exercício de 1972, estes somaram, com recursos de capital e financiamento interno, Cr\$ 155.137.100,00, totalizando, com os exercícios anteriores, um valor histórico de Cr\$ 274.610.100,00, correspondente a um valor real de Cr\$ 346.962.000,00.

O investimento na compra de equipamentos importados, com financiamento externo, alcançou, no exercício, o valor de Cr\$ 137.051.000,00, totalizando, com os exercícios anteriores, Cr\$ 223.360.000,00, ao câmbio de dezembro de 1972.

Em relação ao capital da Empresa, o aumento de Cr\$ 215.000.000,00 foi totalmente subscrito, tendo sido o novo capital de Cr\$ 225.000.000,00, homologado em Assembléia Geral Extraordinária, de 28 de dezembro de 1972.

Até essa data, foram realizados Cr\$ 170.095.953,23, dos quais Cr\$ 123.208.386,85 pela União, Cr\$ 45.290.298,20 pelo Estado e Cr\$ 1.597.268,18 pelos acionistas particulares.

O aporte de recursos estaduais no exercício findo, no montante de Cr\$ 21.000.000,00, foi significativo, permitindo o atendimento das necessidades reclamadas pelo cronograma de implantação da Empresa. Além disso, o Governo do Estado subscreveu a parcela dos acionistas particulares, não subscrita pelos mesmos.

O capital a realizar é de Cr\$ 54.904.046,77, assim distribuído:

- União	- Cr\$ 5.291.613,15
- Estado	- Cr\$ 49.283.131,80
- Particulares	- Cr\$ 329.301,82

A integralização se fará até junho de 1973, quando deverá ser lançado um novo aumento, no montante de Cr\$ 118.000.000,00, como etapa do esquema antes mencionado, elevando o capital social da Empresa para Cr\$ 343.000.000,00.

I - ÓRGÃO: AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)

II - Diretor-Presidente: *Coronel TISIANO FELIPE DE LEONI*

III - Sede: Km 97 da RS/17, Santo Antônio da Patrulha

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A iniciativa do Governo de instalar uma usina de açúcar, visando ao aproveitamento da cana produzida nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório e limítrofes, objetivou proporcionar aos canavieiros condições seguras para a colocação de sua produção.

O investimento público realizado vem alcançando o objetivo social que deu origem ao mesmo, pois cerca de 1.700 produtores carregaram para a AGASA as toneladas, a seguir enumeradas, no período 1966/1972:



- 1966	-	57.700 t
- 1967	-	72.600 t
- 1968	-	21.400 t
- 1969	-	73.273 t
- 1970	-	135.013 t
- 1971	-	180.299 t
- 1972	-	117.159 t (até 31 de dezembro)

A moagem se desenvolve no período de agosto a fins de janeiro, isto é, 180 dias corridos de safra, faltando, na cifra acima, a produção de 30 dias.

A completa reforma por que passou a usina condicionou-se a que esta moesse, ininterruptamente, 1.500 toneladas de cana por dia: entretanto, a média de cana moída foi de 780 t/dia, sendo também truncado o objetivo de se alcançar a produção de 253.000 sacos de açúcar. Apontam-se como causas:

- Constantes e fortes chuvas;
- Falta de mão-de-obra para cortar a cana produzida, condicionada à fraquíssima produtividade do homem litorâneo;
- Redução da matéria-prima, por fatores preponderantes:
 - Áreas impróprias ao cultivo racional de cana-de-açúcar - morros, onde todo o serviço tem que ser feito à mão,
 - falta de tempo para manejo adequado das áreas em produção, face à fraca produtividade do homem da região.

- MATÉRIA-PRIMA

Os canaviais dos produtores que abastecem a AGASA proporcionaram, até 31 de dezembro de 1972, 117.159.272 quilos de cana, oriundos dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres, Rolante e Taquara.

- PRODUÇÃO EFETIVA

Foram produzidos, até 31 de dezembro de 1972, 181.910 sacos de açúcar - 3,6% do consumo do Estado - e 5.614.778 quilos de melaço.

- RENDIMENTO

Não obstante as condições adversas, o rendimento, até 31 de dezembro de 1972, foi de 93,16 kg por tonelada de cana. A meta era 100 kg. Ainda assim, em anos anteriores, o rendimento não conseguiu superar 87,78 kg/t.

- LUCRO

Só o balanço, a ser feito depois de 28 de fevereiro de 1973, quan-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/10

do do encerramento do ano social, poderá traduzir o resultado operacional da Empresa.

- ATIVIDADES

- Assistência à Produção

- Financiamentos bancários encaminhados pela Empresa:
 - Cr\$ 552.636,00,
 - 463 produtores - 1.681,5 ha de área beneficiada;
- Adubos e calcário fornecidos:
 - Cr\$ 261.732,48,
 - 611,8 toneladas - desse total, 223,9 t foram financiadas diretamente pela AGASA, no valor de Cr\$ 104.305,88;
- Inseticidas:
 - 251 kg - Cr\$ 732,70;
- Estradas construídas:
 - 46,9 km,
 - 192 propriedades beneficiadas;
- Mudas de cana fornecidas:
 - a 83 agricultores - pequena quantidade a cada um - de três variedades precoces;
- Preço da matéria-prima:
 - Fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool em Cr\$ 29,17 por tonelada de cana. A AGASA pagou Cr\$ 31,00 a tonelada;
- Transporte de cana:
 - 108 caminhões,
 - 117.486.000 kg,
 - 1.087.833 kg em média, por caminhão.

- INVESTIMENTOS

No ano de 1972, foram investidos Cr\$ 1.626.206,40 em equipamentos, aquisição de terras para canavial próprio e obras de infra-estrutura, além de Cr\$ 58.283,27 em assistência aos 207 empregados que atuaram durante a safra.

I - ÓRGÃO: PRODUTOS GAÚCHOS S/A (PROGASA)

II - Diretor-Presidente: *Bacharel MARIUS JACOBS*

III - Sede: Rua Marçílio Dias, 1056, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

As atividades de implantação da indústria de desidratação de cebola foram concluídas no decorrer de 1972. Após a indispensável fase de testes e regulagem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/11

do equipamento, foi dado início à produção, em grande escala, de cebola desidratada, em pó, flocos e fatias, que está sendo comercializada com grandes organizações.

Foi promovido o fabrico e o lançamento de dois novos produtos, que vêm tendo excelente aceitação, além de ter sido ampliada a produção no setor de conservas, ao mesmo tempo em que continuava a comercialização "in natura" de considerável parcela da safra de cebola.

Deu a PROGASA vigoroso impulso para a diversificação de culturas entre os agricultores da região, através da distribuição de sementes de outros produtos hortigranjeiros, adubos etc., bem como pela criação de indústrias secundárias que propiciem o aproveitamento de tais produtos.

Já há alguns anos vem sendo constatado e acompanhado com sérias preocupações o decréscimo, qualitativo e quantitativo, das safras ceboleiras da Região Sul. O índice de produção obtido, por hectare, em São José do Norte, é baixíssimo: cerca de 6,5 t. Sabe-se que mesmo sem o emprego de técnicas excepcionais, a produtividade, por hectare, pode chegar a 20/25 t. Visando a capacitar os agricultores desse fato, desenvolveu a PROGASA um projeto de plantio demonstrativo e de experimento, em convênio com a Secretaria da Agricultura, através da Estação Experimental Fitotécnica de Domingos Petrolina. Tal providência objetiva, primordialmente, difundir entre os produtores, através da visualização e comprovação diretas, o uso de moderna e acessível tecnologia, sem onerar o custo, para a obtenção de consideráveis volumes de produção.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

- Lançamento do produto "cebola desidratada para uso doméstico";
- Ingresso na industrialização do pescado;
- Execução do projeto de industrialização de outros produtos hortigranjeiros.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

II - Diretor-Presidente: *Economista* CARLOS LUIZ KRETZMANN

III - Sede: Rua Carlos Von Koseritz, 200, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- REMODELAÇÃO DO PARQUE FABRIL

Com o objetivo de manter e aperfeiçoar ainda mais o alto padrão de qualidade dos produtos CORLAC, registraram-se, durante o ano de 1972, os seguintes investimentos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/12

Importação de máquinas e equipamentos	Cr\$ 1.029.231,95	
Benefícios fiscais do MIC	<u>Cr\$ 348.569,78</u>	Cr\$ 1.377.801,73
Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais		Cr\$ 828.871,30
Compra de veículos		<u>Cr\$ 208.200,38</u>
T O T A L		Cr\$ 2.414.873,41

- PRODUTORES DE LEITE

Visando à melhor assistência ao fornecedor de leite, a CORLAC firmou os seguintes convênios:

- Banco do Brasil S/A - convênio para aplicação de crédito rural educativo e orientado, especificamente para produção leiteira e criação de gado leiteiro;
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - concessão de créditos para projetos integrados visando, principalmente, à orientação na implantação de técnicas modernas de exploração agropecuária e administração da empresa rural;
- Ministério da Agricultura - no sentido de desempenhar atividades de controle das doenças infecto-contagiosas.

Os financiamentos a produtores atingiram a significativa importância de Cr\$ 1.704.337,00, encontrando-se em estudos e fase de conclusão a concessão de mais Cr\$ 1.667.668,00.

- NOVAS MATRIZES NA BACIA LEITEIRA

No decorrer de 1972, foram financiados aos produtores de leite 1.063 cabeças de gado leiteiro, de alta qualidade, com recursos dos convênios mantidos com estabelecimentos de crédito e, também, com recursos da própria CORLAC.

- ESTOCAGEM DE LEITE EM PÓ

A crise existente na produção de leite in natura continuou acentuada no ano de 1972, obrigando a Companhia a adquirir, em outros Estados da Federação, leite em pó, em quantidades elevadas. No ano em apreço, foram hidratados 8.868.900 litros de leite, o que garantiu o abastecimento de Porto Alegre e outras localidades atendidas pela CORLAC.

- BALANÇO DE CAPITAIS E DE RESULTADOS

A situação econômica da CORLAC, em dois períodos consecutivos - 30.06.1971 e 30.06.1972, assim se apresenta:



- Patrimônio líquido - 30.06.1971	Cr\$ 13.733.059,85
- Patrimônio líquido - 30.06.1972	<u>Cr\$ 16.452.851,97</u>
- Crescimento anual	Cr\$ 2.719.792,12

ou seja, da ordem de 19,8%.

Quanto à situação financeira, a CORLAC apresentou, como resultado positivo do exercício, a quantia de Cr\$ 2.933.518,60.

Vale ressaltar também que o Balanço de Capitais da CORLAC, encerrado em 30.06.1972, apresentou um saldo à disposição da Assembléia na importância de Cr\$ 4.857.030,39, o que representa 44,15% do capital emitido.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

Visando sempre ao aumento e melhoria da produção, bem como reduzir, o mais possível, os custos operacionais através do emprego de máquinas modernas, a CORLAC tem como perspectivas para 1973:

- Melhorar o atendimento e assistência aos produtores - fornecedores de leite;
- Ampliação dos atuais convênios com estabelecimentos de crédito;
- Duplicação da colocação de matrizes na bacia leiteira;
- Aquisição de novas máquinas e equipamentos; e
- Novas instalações e ampliação das atuas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria
de coordenação e planejamento



I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

II - SECRETÁRIO: Professor CARLOS VERÍSSIMO DE ALMEIDA AMARAL

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1044, 3º andar

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS E RELACIONADOS:

- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)
- FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS - criada pela Lei nº 6.464, de 15 de dezembro de 1972, em organização
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE) - Autarquia Interestadual - RELACIONADO

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- GENÉRICAS

- Atuação indireta na coordenação entre os diversos órgãos estaduais.

- ESPECÍFICAS

- Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) 73/75

No decorrer do exercício, foi realizada uma análise crítica dos anteriores Orçamentos Plurianuais de Investimentos, buscando incentivar a proposição de novos projetos e/ou a ampliação de outros já existentes, o que permitiu antecipar a elaboração do OPI 73/75, com a obtenção de um maior equilíbrio do nível dos investimentos em cada um dos anos do triênio.

A proposta do OPI 73/75, como o de 72/74, teve como norma principal a sua compatibilização com o "Projeto Grande Rio Grande", e foi acrescido do "Programa de Ação", o qual contém o conjunto de informações complementares necessárias ao esclarecimento dos detalhes físicos e financeiros dos projetos integrantes do OPI.

- Sistema de Controle e Acompanhamento do OPI

Através do Decreto nº 21.587, de 5 de janeiro de 1972, foi instituído o Sistema de Acompanhamento e Controle da Execução do OPI, com o objetivo de conhecer a situação atual dos projetos e programas, fornecendo um adequado *feed-back* e facilitando a atualização e projeção de valores futuros, a curto e médio prazos, dos projetos em execução, permitindo sua permanente avaliação e a inclusão de eventuais alterações que se venham mostrar necessárias.



- Comissão Técnica Permanente RS/SC

Em decorrência do Protocolo de Chapecó, firmado pelos Governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi criada a Comissão Técnica Permanente RS/SC, sob a supervisão dos respectivos Secretários do Desenvolvimento Econômico e de Coordenação e Planejamento, para estudar os problemas comuns aos dois Estados na faixa da fronteira.

Durante o exercício, foram efetuadas três reuniões da Comissão, uma em Porto Alegre e duas em Florianópolis, nas quais foram tratados assuntos referentes a Transportes, Agricultura, Educação, Saúde, Turismo, Comunicações, Energia e Indústria e Comércio.

- Programa de Investimentos Integrados Para o Setor Agropecuário do Estado

Objetivando maximizar a utilização dos recursos disponíveis nos diversos órgãos existentes no Estado, para o atendimento do setor agropecuário, foram desenvolvidos estudos dos quais resultou um Programa de Investimentos Integrados, compreendendo uma atividade central de planejamento agropecuário e de projetos e estudos específicos complementares, como sejam:

- Projeto de crédito rural;
- Projeto de pesquisa e experimentação;
- Projeto de assistência técnica;
- Estudos de pré-viabilidade de investimentos em canais de comercialização;
- Elaboração de perfis de agro-indústrias.

Esse Programa foi institucionalizado através de Convênio firmado em 16 de novembro de 1972, entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que prevê uma Junta de Administração do Programa, constituída do Secretário de Coordenação e Planejamento, Presidente, Secretário da Agricultura, Representante do Ministério da Agricultura, do IICA e do BRDE e uma Coordenação Executiva que já iniciou as suas atividades.

A 18 de dezembro de 1972, foi realizada a primeira reunião da Junta de Administração, quando foi aprovado o Regimento Interno do Programa, o Programa de Trabalho, o Orçamento para a formulação do Programa e a participação financeira para 1973 do Ministério da Agricultura e Governo do Estado, cada um com uma parcela de Cr\$ 1.000.000,00.

- Superintendência de Estatística e Informática (SBI)

O Decreto nº 21.749, de 29 de maio de 1972, criou a Superintendência de Estatística e Informática e extinguiu o Departamento Estadual de Estatística, de acordo com a orientação imprimida no Estado para a modernização de seus serviços. No término do período, são destacadas, entre outras, as seguintes atividades:

- Publicações com dados de 1971: Produção Agrícola, Assistência Médico-Sanitária, Demografia, Pecuária, Produção Industrial, Óleos e Gorduras Vegetais, Zonas Elétricas e Bibliotecas do Rio Grande do Sul, estando em processamento os dados referentes à Fruticultura e Finanças Públicas;
- Edição do Anuário Estatístico do RS, Atualidades Estatísticas do RS-72 e o Guia das Repartições Públicas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/4

- Criação e instalação de Comissões Técnicas de Estatísticas Agrícola, Pecuária, Indústria e Comércio e Serviços, integradas de representantes dos diversos órgãos da Administração direta e indireta do Estado, com a finalidade de iniciar um efetivo Sistema de Informações Técnicas;

- Cooperação Para Projetos Municipais e Comunitários

Este programa, de responsabilidade da SCP, alcançou um total de Cr\$ 20.974.252,00, empenhado em Contribuições Diversas - Cooperação Para Projetos Municipais e Comunitários - correspondendo a 586 complementações de projetos destinados à Eletrificação Rural, Expansão Agrícola, Construção e Recuperação de Pontes, Escolas e Hospitais.

No que se refere a pessoal, é de se registrar que a SCP contou, para atender aos seus serviços, com 65 servidores do quadro próprio, 52 de outros órgãos colocados à disposição da SCP e 23 estudantes estagiários, trabalhando em decorrência de acordo com o Centro de Integração Empresa-Escola.

- Junta Coordenadora da Reforma Administrativa

A Junta Coordenadora da Reforma Administrativa, cujo Conselho Diretor é integrado pelos Secretários de Coordenação e Planejamento, que a preside, da Fazenda e da Administração, deu continuidade aos trabalhos de modernização da administração pública estadual, buscando dar-lhe características empresariais.

Durante o período, atendendo à solicitação dos respectivos Secretários de Estado, a Junta deliberou sobre os seguintes projetos:

- Nova estrutura básica para as Secretarias da Agricultura, de Educação e Cultura, de Coordenação e Planejamento, e do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas;
- Criação da Superintendência de Estatística e Informática, extinguindo-se, conseqüentemente, o Departamento Estadual de Estatística;
- Reorganização da Divisão de Relações Públicas da Secretaria de Segurança Pública, do Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado e da Junta Comercial;
- Subordinação do Departamento Estadual de Compras;
- Igualmente, foram examinados e aprovados os projetos de lei autorizando o Poder Executivo a instituir a Fundação de Ciência e Tecnologia e extinguir o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, a Fundação Zoobotânica do RGS, Fundação de Recursos Humanos, Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul (COTEPE), Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) e Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC).

- Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Administração Estadual (CEDRHAE)

Este órgão é vinculado à Junta Coordenadora da Reforma Administrativa e se dedica ao aprimoramento das capacidades dos funcionários e à elevação do nível funcional. Desenvolveu 24 projetos de treinamento, totalizando 98 turmas, sendo 74 na Capital e 24 nas principais cidades do Interior, nas quais treinou 2.003 servidores, num total de 5.574 horas/aula. Atualmente, o CEDRHAE encontra-se em fase de transformação devendo ser substituído, em 1973, pela Fundação de Recursos Humanos.

- Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI)

O CEPEDI, coordenado pelo Secretário de Coordenação e Planejamento, é composto pelos Secretários da Indústria e Comércio, dos Transportes, de Energia, Minas e Comunicações, da Agricultura e do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, e dispõe de uma Assessoria Técnica desenvolvendo seus serviços junto à SCP que, no período, apresentou as seguintes atividades:

- Promoções de coordenação e a integração das ações setoriais dos diversos órgãos estaduais com atuação prevista na implantação do Distrito Industrial de Rio Grande;
- Levantamento de disponibilidade e apoio técnico para seus trabalhos, com destaque a um programa de cooperação técnica proporcionado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI);
- Avaliação dos recursos humanos da região Pelotas/Rio Grande, voltada ao aproveitamento de mão-de-obra no Distrito Industrial de Rio Grande, sendo parte da pesquisa de campo realizada pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA), da Universidade Católica de Pelotas, através de recursos consignados em programas do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL);
- Levantamento de oportunidades industriais para o Distrito Industrial de Rio Grande, tendo, numa primeira etapa, apontados alguns setores prioritários;
- Detalhamento do programa de oportunidades industriais para o Distrito Industrial de Rio Grande, através da Fundação de Ciência e Tecnologia;
- Fixação, em conjunto com o DNPVN e Secretaria dos Transportes, do termo do Protocolo firmado entre o Governo do Estado e o Ministério dos Transportes, para a execução do estudo global do Complexo Portuário Industrial e implantação das instalações e facilidades portuárias na área de expansão do Porto de Rio Grande;
- Acompanhamento dos trabalhos do consórcio que projetou o Porto pesqueiro de Rio Grande;
- Programa de implantação do Distrito Industrial de Rio Grande detalhando projetos setoriais segundo as etapas de ocupação;
- Atendimento e estudo de metodologia para selecionamento de outras áreas industriais no Estado.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

Dentre as diversas metas a alcançar no ano de 1973, pela Secretaria, são destacadas:

- Montagem de um sistema sinalizador da conjuntura econômica do Estado, com base em alguns indicadores mais importantes;
- Completa reformulação do funcionamento do atual órgão de estatística da SCP;
- Conclusão dos trabalhos para formulação do Programa de Investimentos Integrados na Agropecuária, objeto do Convênio firmado entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), da OEA, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE);



- Início de urbanização da área do Distrito Industrial de Rio Grande;
- Preparação da organização e funcionamento dos órgãos da Administração Direta no Centro Administrativo, em construção;
- Implantação efetiva do Sistema de Planejamento do Estado, enfatizando o acompanhamento da execução das metas do Governo e compatibilizando programas estaduais com os federais e municipais.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

II - Diretor-Presidente do Conselho Técnico Administrativo: *Professor JOSÉ WILLIBALDO THOMÉ*

III - Sede: Rua Vigário José Inácio, 371, 14º andar, salas 1415/21; Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O Conselho Superior, constituído de doze membros, reuniu-se sete vezes.

O Conselho Técnico-Administrativo, com dois diretores em exercício, reuniu-se vinte vezes, apreciando 195 processos.

- Auxílios Concedidos

Foram concedidos 67 auxílios, no valor de Cr\$ 851.566,22, para desenvolvimento de projetos de pesquisa, representando quase 50% do orçamento geral.

Destaca-se a área agro-veterinária que absorveu cerca de 60% da verba despendida.

- Bolsas Concedidas

Elevaram-se a 83, com dispêndio de Cr\$ 598.278,00, o que representa 1/3 do orçamento da Fundação.

- Convênios e Contratos

Permaneceu em pleno vigor o convênio que a FAPERGS possui com a Secretaria da Agricultura e referente ao projeto "estudo do ciclo evolutivo e ecologia do "serrador" da acácia negra", tendo sido aprovados mais três auxílios suplementares para a continuação do referido projeto.

Já no final do ano, firmou a FAPERGS um contrato com a Companhia Riograndense de Adubos (CRA), pelo qual esta última fez doação à FAPERGS do valor inicial de Cr\$ 32.505,00, com a finalidade de custear projeto de pesquisa sobre aproveitamento de



adubos. O projeto em questão deverá ser apresentado no início de 1973.

Cumpra-se seja destacado este contrato, não tanto pelo seu valor financeiro, mas pelo mérito que apresenta e pelo exemplo em que se constitui: uma indústria local lança mão da FAPERGS para, através desta, desenvolver as pesquisas de que necessita. Espera-se que, durante 1973, muitos contratos deste tipo possam ser firmados, resultando da necessidade de investir em pesquisas e realizando as mesmas o mais economicamente possível, além de utilizar órgãos que possam fornecer o apoio logístico indispensável.

Contrato de grande significado foi também assinado pela FAPERGS para desenvolver projetos de pesquisa na piscicultura, de interesse do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca (GEDIP). O contrato, no valor inicial de Cr\$ 400.000,00, deverá entrar em vigor e execução no início de 1973.

- Divulgação

Foi lançado, em agosto, com edição bimestral, um Boletim Informativo da FAPERGS, tendo sido expedidos três números às autoridades, instituições públicas e privadas, pesquisadores e outros interessados, com tiragem de 1.500 exemplares, totalmente esgotados.

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

II - Presidente: *Economista MAIER AVRUCH*

III - Sede: Rua Washington Luiz, 675, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O ano de 1972 foi assinalado de forma marcante para a CIENTEC, pela extinção da Autarquia Estadual Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul e instituição, pela Lei 6.370, de 6 de junho de 1972, da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), que não só recebeu as atribuições daquele, como também o encargo de intensificar e ampliar as pesquisas tecnológicas de interesse do desenvolvimento do Estado.

A CIENTEC teve seus Estatutos aprovados por meio do Decreto 21.847, de 20 de julho do mesmo ano, sendo registrada no Cartório de Registro Especial, sob o número 6.337, folhas 249, livro A, nº 9.

Tanto a extinção da Autarquia como a instituição da CIENTEC foram efetivadas em 8 de setembro, data em que assumiu a Presidência seu titular, indicado pelo Governo do Estado.

- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- Quanto a Recursos Humanos

A Lei que institui a CIENTEC estabelece que seu quadro de pessoal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/8

deve ser constituído conforme os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando, entretanto, que funcionários do Estado sejam colocados à disposição da CIENTEC, sem ônus para os cofres públicos e sem prejuízos de qualquer natureza para os servidores cedidos.

Assim sendo, foram colocados à disposição da CIENTEC 15 funcionários de nível técnico e 69 funcionários de nível auxiliar técnico.

Este efetivo, somado ao de servidores regidos pela CLT já existente no ITERS e aos que foram admitidos pela CIENTEC, permitiu um quadro de pessoal com 53 técnicos e 151 auxiliares técnicos, no final de 1972.

Foram feitos, também, os primeiros estudos visando à elaboração do projeto do Quadro Geral de Pessoal Permanente.

- Quanto a Recursos Materiais

A CIENTEC passou o ano de 1972 carente de equipamentos, não só por obsolescência de muitos dos existentes como também por falta de outros, necessários à intensificação e ampliação dos serviços. As necessidades mais prementes levaram à aquisição de veículos, máquinas de escritório, rede de comunicações PABX e ao levantamento circunstanciado dos equipamentos de laboratório mais prioritários, cuja aquisição deva ser feita em 1973.

No que diz respeito a obras, foi concluído um pavilhão de 715 m² e foi feita uma concorrência visando a obter, por empreitada, os serviços de uma firma que concluísse, em curto prazo, os pavilhões cujas obras estavam em andamento, num total de 1.200 m².

- Quanto a Recursos Financeiros

A Lei nº 2.939 orçou a receita e fixou a despesa em Cr\$ 10.400.000,00 para o exercício de 1972.

- Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as cifras seguintes:

Despesa Realizada		
Créditos Orçamentários:		
- ITERS	Cr\$ 4.370.270,56	
- CIENTEC	<u>Cr\$ 2.483.174,87</u>	Cr\$ 6.853.445,43
Despesa Autorizada		<u>Cr\$ 10.400.000,00</u>
Despesa Menor		Cr\$ 3.546.554,57
Receita Prevista		
Receita Arrecadada:		
- ITERS	Cr\$ 5.589.036,68	
- CIENTEC	<u>Cr\$ 5.020.573,28</u>	<u>Cr\$ 10.609.609,96</u>
Receita a Maior		<u>Cr\$ 209.609,96</u>
Superavit de Execução		<u>Cr\$ 3.756.164,53</u>



- ATIVIDADES TÉCNICAS

- Da Assessoria

Após a instituição da CIENTEC e conseqüente início de funcionamento de sua Assessoria, tiveram início, e assumiram até posição de destaque, os trabalhos desenvolvidos por esta última. Estes trabalhos relacionaram-se, na sua maioria, com contratos de certo vulto celebrados, particularmente, com órgãos públicos da administração federal e estadual. Especial evidência poderia ser dada aos trabalhos contratados de assessoria e complementação técnica com o DNPVN, CEPEDI, CIPERGS e CODESUL.

Relevantes são, também, os programas iniciados pela assessoria no que se refere a:

- Programa 1 - Aumento da produtividade dos laboratórios de ensaio mediante a adequação funcional e redução de ociosidade, agregação de novos mercados, melhoria do padrão de atendimento e aumento da comunicação com os usuários;
- Programa 2 - Prestação de serviços de consultoria técnica mediante a definição de programas e projetos específicos;
- Programa 3 - Identificação de novas oportunidades industriais, adequação tecnológica e expansão do parque fabril do Rio Grande do Sul mediante estudos setoriais, perfis industriais e outros mecanismos de extensão industrial;
- Programa 4 - Execução de pesquisa tecnológica de topo mediante a identificação de projetos úteis e compatíveis com os recursos mobilizáveis;
- Programa 5 - Elaboração de programas de aperfeiçoamento técnico de recursos humanos onde já foram definidos os projetos:
 - elaboração do manual do curtidor,
 - curso de artesãos em vidro, e
 - curso de laboratoristas,além de um programa para estagiários de nível médio e universitário;
- Programa 6 - Pesquisa básica e/ou sistemática mediante a identificação de áreas com perspectiva de aproveitamento pragmático.

- Do Departamento Técnico

O resumo das atividades do Departamento Técnico pode ser feito através dos dados numéricos que se seguem:

- Documentos expedidos (certificados, relatórios, pareceres, cartas explicativas)	4.112
- Amostras analisadas	15.616
- Determinações executadas	27.611
- Empresas privadas atendidas	1.597



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/10

- Repartições públicas atendidas	313
- Acordos, convênios e contratos de trabalho	73
- Assistência técnica	196
- Estudos e pesquisas	39
- Estágios concedidos	40

I - ÓRGÃO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)
- Agência de Porto Alegre

II - Presidente: *Doutor ORLANDO DA CUNHA CARLOS*

Diretor Representante do Estado do Rio Grande do Sul: *Economista MAURO KNISNIK*

III - Sede: Rua Uruguaí, 155, 4º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

As medidas indicadas no relatório de 1971 e tomadas com o fim de fazer frente ao crescente aumento de pedidos de financiamento das empresas gaúchas surtiram amplo efeito.

Assim, para os Cr\$ 64.000.000,00 contratados em 1970 e que atingiram a expressiva cifra de Cr\$ 120.300.000,00 em 1971, o ano de 1972 conheceu o maior montante contratado desde a fundação do BRDE, Cr\$ 403.000.000,00, ou 234% a mais que no exercício anterior.

A colaboração do BRDE com as entidades públicas ampliou-se sobremaneira, não só pela participação ativa nas diversas comissões a que tem sido convidado a participar, como também por apreciável canalização de recursos. É de citar-se o contrato, no valor de Cr\$ 80.000.000,00, realizado com a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), o que possibilitará à Companhia continuar o grandioso plano de armazenamentos de safras em andamento.

- ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS

- Financiamentos ao Setor Industrial e Público

- Montante

A contratação de financiamentos para o Setor Industrial e Público, o de maior peso nas operações do BRDE, ascendeu ao expressivo valor de Cr\$ 365.232.149,73m distribuídos por 513 contratos.

A importância destas cifras pode bem ser avaliada se for observado que, no exercício anterior, os montantes haviam sido de Cr\$ 93.580.716,00 e 342 contratos, os maiores até então alcançados.



É de ressaltar-se que os projetos vindos ao BRDE têm apresentado ponderável aumento em seus valores. Assim, destacaram-se, entre os mesmos, os projetos encaminhados por Fertilizantes União (Cr\$ 23.043.000,00 - Fundo Nacional Para Agricultura e Indústria - FUNAGRI), Indústrias Luchsinger Madbrin (Cr\$ 110.000.000,00 - Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento/Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - PEB/BRDE), Anapá do Sul (Cr\$ 12.000.000,00 - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa - FIPEME), Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA (Cr\$ 80.000.000,00 - Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - PEB/BNDE), Albarus (Cr\$ 13.083.000,00 - Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e Cr\$ 16.722.000,00 - Export-Import Bank of the United States - EXIMBANK) e Construção Eletro-Mecânica S/A - COEMSA (Cr\$ 13.030.000,00 - Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento ou Programa de Integração Social - PEB ou PIS).

- Destino dos Financiamentos

Os financiamentos concedidos pelo BRDE tiveram a seguinte destinação:

- Para investimentos fixos	Cr\$ 219.424.649,70
- Para capital de giro	Cr\$ 58.935.171,03
- Para outros fins (*)	<u>Cr\$ 86.872.329,00</u>
T O T A L	Cr\$ 365.232.149,73

NOTA: (*) - Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) e Prefeituras Municipais.

- Distribuição por Ramos Industriais

Para aquilatar-se o dinamismo dos diversos ramos industriais, expresso na solicitação de recursos, observe-se o quadro seguinte, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/12

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Nº	VALOR - Cr\$
<u>Setor Industrial</u>		
00 - Produtos Minerais	-	-
10 - Minerais Não Metálicos	24	9.398.960,00
11 - Metalúrgica	37	21.614.707,00
12 - Mecânica	44	13.488.759,60
13 - Material Elétrico e de Comunicações	12	6.061.092,00
14 - Material de Transporte	17	4.488.740,00
15 - Madeira	17	2.478.570,00
16 - Mobiliário	13	3.277.000,00
17 - Papel e Papelão	5	2.586.255,00
18 - Borracha	7	3.954.466,00
19 - Couros e Peles e Produtos Similares	23	6.201.900,00
20 - Química	18	122.551.856,00
21 - Produtos Farmacêuticos e Medicinais	3	674.000,00
22 - Produtos de Perfumaria, Sabões/Velas	1	140.090,00
23 - Produtos de Matérias Plásticas	12	5.019.321,00
24 - Têxtil	11	1.664.892,00
25 - Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	44	9.659.660,00
26 - Produtos Alimentares	53	20.159.703,03
27 - Bebidas	8	1.687.595,00
28 - Fumo	3	656.643,00
29 - Editorial e Gráfica	5	1.015.000,00
30 - Diversos	20	7.955.768,00
31 - Prestação de Serviços	115	36.636.565,10
TOTAL - Setor Industrial	492	281.371.542,73
TOTAL - Setor Público	21	83.860.607,00
T O T A L G E R A L	513	365.232.149,73

- Comparação com Anos Anteriores

O montante recorde de financiamentos concedidos no último exercício fica bem visível na comparação abaixo feita:

A N O S	VALOR - Cr\$ 1.000,00	ÍNDICES
1967	10.404	100
1968	22.417	215
1969	31.075	299
1970	48.811	469
1971	93.580	899
1972	365.232	3.510

Como se constata, o crescimento dos valores financiados foi da ordem de 290% em relação ao ano imediatamente anterior e de 3.410%, se tomado em relação ao primeiro ano do quadro.



- Financiamentos ao Setor Rural

- Montante

Os financiamentos contratados com o Setor Rural alcançaram a Cr\$ 37.858.918,00, ou seja, 41,5% a mais em relação a 1971. Foram efetuados 214 contratos, contra 326 no ano anterior, mas com sensível acréscimo no montante médio dos financiamentos. O movimento verificado no 2º semestre de 1972 foi equivalente ao de todo o ano de 1971.

- Destino dos Financiamentos

As atividades mais financiadas foram as culturas de trigo e soja, com 65,9% dos financiamentos e a bovinocultura, com 19,2% do total. Seguiram-se bastante distanciadas, avicultura (5,1%), rizicultura (3,7%) e suinocultura (0,5%). Outras atividades perfizeram os 5,6% restantes financiados.

- Comparação com os Anos Anteriores

Nos últimos seis anos, foi o seguinte o comportamento do Setor Rural, cuja expressividade das cifras e índices dispensa maiores apreciações.

A N O S	V A L O R EM Cr\$	ÍNDICES	ÍNDICES EM CADEIA
1967	2.157.027,00	100	-
1968	4.738.136,49	220	220
1969	5.913.970,31	274	124
1970	15.168.225,85	703	256
1971	26.650.295,05	1.235	175
1972	37.858.918,00	1.755	142

Em 1972, as maiores aplicações tiveram como contratantes as Cooperativas, 30 operações no montante de Cr\$ 20.171.736,00 tendo em vista o crescimento das produções de trigo e soja e a conseqüente necessidade de armazenamento.

Para o ano de 1973, já existem em análise 47 pedidos de financiamento, no valor de Cr\$ 22.000.000,00.

O BRDE pretende enfatizar, através de seu Departamento especializado, o apoio às cooperativas de trigo, soja, sorgo, arroz e carnes, além de contemplar a eletrificação rural, a pesca e as iniciativas ligadas à agro-indústria, para as quais abrem-se boas perspectivas no Rio Grande do Sul.

- Operações Especiais

- Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)

O Departamento de Operações Especiais (DBOE) apenas efetuou a análise econômico-financeira de projetos para a captação de incentivos fiscais, os quais montaram a Cr\$ 15.598.922,00, num total de sete empreendimentos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/14

- Prestação de Aval e Fiança

Apreciaram-se cinco solicitações, num montante de Cr\$ 14.413.741,00, sendo apenas uma indeferida.

- Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC)

O BRDE recebeu onze pedidos de financiamentos dentro do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização, somando Cr\$ 56.600.000,00.

Destes, Cr\$ 2.000.000,00 foram contratados, Cr\$ 25.500.000,00 estão sendo analisados, Cr\$ 13.100.000,00 foram negados ou desistiram e Cr\$ 16.000.000,00 aguardam enquadramento ou projeto definitivo.

- Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)

A passagem das operações FINAME para o DEOE, em maio de 1972, possibilitou a dinamização dos financiamentos os quais ascendem à expressiva cifra de Cr\$ 68.131.783,00.

- Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

No decorrer do ano, foram analisados e aprovados seis pedidos de financiamento, num total de Cr\$ 1.289.250,00, estando previstos mais quatro pedidos, no valor de Cr\$ 1.800.000,00, nos primeiros meses de 1973.

- Estudos Especiais

Foram as seguintes as principais atividades ligadas aos Estudos Especiais:

- Participação no Programa de Corredores de Exportação, através da coordenação de diversos órgãos públicos;
- Formulação do Programa de Investimentos em Agro-Indústrias;
- Coordenação das visitas das missões da Agência de Cooperação Técnica Ultramarina (OTCA) - Japão, e Banco Mundial;
- Estudos para o estabelecimento de uma linha de crédito junto ao EXIMBANK;
- Estudos sobre normas de enquadramento, lista de prioridades e critérios de aprovação do Fundo Operação Empresa FUNDOPÊM/RS;
- Estudos para a implantação de Depósitos a Prazo Fixo no BRDE.

- ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA AGÊNCIA

- Considerações Gerais

Os recursos externos (capital mais reservas) efetivamente aplicados na Agência Porto Alegre (AGPOA), até 31 de dezembro de 1972, somaram a Cr\$ 82.880.118,24, o que significa um acréscimo de 52,7% em relação ao ano anterior (Cr\$ 52.900.000,00, em 31 de dezembro de 1971).



- Resultados

O ano de 1972 foi excepcional na vida do BRDE, tendo sido alcançado o maior lucro desde a sua fundação. O lucro líquido do exercício ascendeu a Cr\$ 13.467.898,57, ou seja, 224% do auferido em 1971.

Outra constatação assaz significativa - decorrência direta das contratações e liberações de financiamentos em 1972 - é que as despesas administrativas, despesas de amortização de móveis, utensílios, imóveis, veículos e sistemas de comunicações, custeio da Direção Geral têm decrescido em comparação com o montante de financiamentos contratados, bem como quanto aos saldos de financiamentos em vigor.

- ACONTECIMENTOS EXPRESSIVOS

Durante o ano de 1972, o BRDE marcou, com sua presença, importantes eventos na vida do Estado, tendo sido cada vez mais solicitada a sua colaboração na área do desenvolvimento econômico.

Assim, pode-se mencionar a destacada participação na criação, regulamentação e estabelecimento das prioridades que irão nortear o Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS), o qual destina-se a apoiar financeiramente aqueles empreendimentos de especial importância para a nossa economia.

Igualmente, em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco participou da criação do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS), entidade sem fins lucrativos e cujos objetivos são o desenvolvimento sócio-econômico da região, através de estudos de problemas regionais, promoção de atividades que visem ao fortalecimento empresarial, treinamento de executivos e dirigentes, assistência técnica, sistema de informações estatísticas, integração escola-empresa, cooperação tecnológica etc.

Constituiu para o BRDE, também, uma honra a delegação recebida do Banco Central do Brasil para a coordenação dos trabalhos realizados por diversos órgãos públicos referentes ao Programa de Corredores de Exportação a implantar no Estado.

Esta delegação teve continuidade quando do acompanhamento e assessoria da Missão Japonesa que se deslocou ao Estado, dentro daquele Programa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da fazenda





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/1

I - ORGÃO: SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

II - SECRETÁRIO: *Economista* JOSÉ HYPÓLITO MACHADO DE CAMPOS

III - Sede: Avenida Mauá

IV - ORGÃOS VINCULADOS: - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (BERGS)
- DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO (DLE)
- CAIXA ECONÔMICA ESTAJUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE)
- TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (TARF)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1972

- Despesa Autorizada e Cobertura Financeira

A Lei nº 6.330, de 9 de dezembro de 1971, que aprovou o orçamento para o exercício de 1972, fixou a despesa em Cr\$ 2.569.134.429,00 e estimou a receita em igual quantia.

No decorrer do mencionado ano, o orçamento foi ajustado às necessidades da Administração, tendo-se verificado a abertura de créditos suplementares no valor de Cr\$ 540.269.160,84 e canceladas dotações num total de Cr\$ 328.467.690,37. Em consequência dessas alterações, a despesa fixada pelo orçamento elevou-se a Cr\$ 2.780.935.899,47.

Em 1972, foram abertos créditos especiais no valor de Cr\$ 115.939.435,15 que, somados aos que foram transferidos de 1971, no valor de Cr\$ 4.010.962,48, totalizam Cr\$ 119.950.397,63.

Com as alterações do orçamento e a transferência de créditos especiais de 1971 e a abertura desses adicionais, a despesa autorizada para 1972 passou a apresentar-se na seguinte forma:

- Créditos ordinários	Cr\$ 2.780.935.899,47
- Créditos especiais	Cr\$ 119.950.397,63
	Cr\$ 2.900.886.297,10

Os recursos financeiros que deram cobertura à despesa fixada desdobram-se como segue:

- Receita prevista pelo orçamento	Cr\$ 2.569.134.429,00
- Maior arrecadação prevista	Cr\$ 173.571.499,35
- Recursos de operações de crédito	Cr\$ 146.159.734,94
- Recursos de exercícios anteriores	Cr\$ 12.020.633,81
	Cr\$ 2.900.886.297,10



Como se vê, os montantes da despesa fixada e dos recursos financeiros a mesma vinculados são idênticos, havendo, portanto, equilíbrio de previsão.

- Execução Orçamentária

A execução orçamentária foi deficitária conforme se demonstra através da confrontação sintética da despesa e da receita realizada, a saber:

- Despesa Realizada	Cr\$ 2.578.598.919,24
- Receita Realizada	<u>Cr\$ 2.495.146.803,46</u>
- Deficit Financeiro	Cr\$ 83.452.115,78

O deficit financeiro pode ser demonstrado também da seguinte forma:

- Recursos financeiros previstos	Cr\$ 2.900.886.297,10
- Menos: Receita Realizada	<u>Cr\$ 2.495.146.803,46</u>
- Menor Receita	Cr\$ 405.739.493,64
- Despesa Fixada	Cr\$ 2.900.886.297,10
- Menos: Despesa Realizada	<u>Cr\$ 2.578.598.919,24</u>
- Menor Despesa	Cr\$ 322.287.377,86
- Menor Receita	Cr\$ 405.739.493,64
- Menos: Menor Despesa	<u>Cr\$ 322.287.377,86</u>
- Deficit financeiro	Cr\$ 83.452.115,78

Cabe frisar que este deficit financeiro corresponde a cerca de 3,34% da despesa realizada.

Além das atribuições normais de execução orçamentária, a SF, no decorrer do exercício de 1972, concentrou esforços na implantação de medidas inovadoras, concluindo algumas já iniciadas no ano anterior e iniciando outras, visando a uma progressiva e contínua racionalização dos serviços e obtenção de melhores resultados na área da administração financeira e orçamentária.

Por órgão integrante, as atividades desenvolvidas, em síntese, foram as seguintes:

- GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (GOF)

O GOF vem atuando permanentemente na elaboração das propostas e na execução do Orçamento Geral do Estado, bem como na coordenação das propostas orçamentárias das entidades autárquicas do Estado.

Dentro de suas atribuições, tem o GOF consagrado especial atenção ao problema do aperfeiçoamento do sistema, do processo e dos padrões orçamentários do Estado. Dentro dessa área, cumpre salientar a implantação do Orçamento da administração direta em um sistema de processamento eletrônico de dados, permitindo, já a partir de ja-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/3

- PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1973

O ano em curso se apresenta promissor para o turismo gaúcho. É uma afirmativa que se fundamenta nas medidas que foram tomadas e postas em prática no decorrer do ano de 1972.

O turismo é, indiscutivelmente, um dos fenômenos mais característicos nos tempos atuais. A crescente importância que está adquirindo reflete-se em quase todos os setores da atividade humana.

Cabe frisar que o turismo é uma indústria com implicações que transcendem o campo econômico, atingindo, também, o social, o cultural e até o político.

Face aos aspectos da problemática turística, a SETUR, através de pesquisas e estudos realizados, elaborou o seu plano de investimentos para o ano corrente, objetivando dar um equilíbrio no atendimento, de forma a acelerar a oferta turística em regiões ou pontos de maior frequência ou procura pelas correntes provindas dos centros promissores.

- Planos Para o Litoral

- Complexo Turístico de Torres
- Complexo Turístico de Tramandaí
- Complexo Turístico de Capão da Canoa - Atlântida
- Complexo Turístico Cassino - Molhes de Rio Grande
- Posto de informações de Torres
- Posto de informações de Chuí
- *Camping* Lagoa dos Patos

- Parques

- Parque Itapuê
- Parque da Serra
- Parque Nacional dos Aparados da Serra
- Parque Bento Gonçalves
- Parque *Camping* Caxias do Sul

- Estâncias Hidrominerais

- Balneário de Iraí - ampliação
- Vicente Dutra - prosseguimento de obras
- Catuípe - estudo de viabilidade
- Marcelino Ramos - estudos de viabilidade



- TESOURO DO ESTADO

O Tesouro do Estado, órgão que executa a política financeira do Governo, supervisionando os processos pelos quais a receita e a despesa se realizam, desenvolveu, durante o exercício de 1972, em síntese, as seguintes atividades:

- Administração Financeira

A centralização do pagamento de pessoal, na Capital do Estado, uma das metas programadas para o exercício, foi concluída em agosto, um mês antes do término previsto.

Essa centralização atingiu 22.639 funcionários, lotados em 150 municípios do interior do Estado.

Por outro lado, quanto aos métodos utilizados para o pagamento do pessoal lotado na Capital do Estado, os números evoluíram da seguinte forma:

SISTEMA DE PAGAMENTO	SITUAÇÃO EM 1971	SITUAÇÃO EM 1972
Mecanizado	30.841	4.726
Eletrônico	8.026	35.852

A conclusão do plano de centralização dos pagamentos do pessoal da administração direta, na Capital, permitiu a elaboração e implantação, a partir do exercício de 1973, do calendário anual de pagamentos do funcionalismo, através do qual, todos os servidores, tanto da Capital como do interior do Estado, tomam conhecimento, antecipadamente, do dia, em cada mês do ano, em que serão efetuados os depósitos correspondentes aos seus vencimentos.

Foi iniciado, também, em 1972, dentro de um paulatino processo de racionalização e modernização dos serviços do Tesouro do Estado, a centralização, na Capital do Estado, do pagamento de contas de fornecedores e de serviços prestados no interior do Estado.

Com essa medida, obteve-se, de imediato, um controle eficiente das despesas e dos pagamentos, a uniformidade de procedimento administrativo no encaminhamento de processos de contas e uma sensível redução do custo operacional, permitindo, ainda, que as 160 unidades exacionais do interior do Estado ficassem liberadas desse serviço, podendo, portanto, concentrar mais sua atenção na atividade exacional.

Por, outro lado, a partir da centralização desses pagamentos, a Contadoria Geral do Estado, as Unidades de Finanças das Secretarias de Estado e o Gabinete de Orçamento e Finanças passaram a exercer total controle sobre a disponibilidade das dotações orçamentárias, o que era extremamente difícil na vigência da prática de distribuição de créditos para o Interior.

Finalmente, através dessa nova modalidade administrativa, os fornecedores do Interior foram grandemente beneficiados, pois os pagamentos feitos por ordem



bancária independem de Portarias de Crédito, disponibilidade de saldo orçamentário nas exatorias e da remessa de numerário no caso das unidades exacionais que não possuíam encaixe suficiente para o atendimento dos pagamentos que o Estado efetuava em cada localidade.

Em consequência da centralização do controle dos pagamentos na Capital e da necessidade de saldar os mesmos no município domiciliar do credor, foi instituída a centralização dos depósitos no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o qual, através das suas agências ou correspondentes, atinge todo o interior do Estado, descentralizando a sua execução.

Essa medida, além de simplificar os processos até então adotados no pagamento das despesas do Estado, permite um perfeito e concomitante conhecimento das disponibilidades financeiras do Tesouro, eliminando a prática da retenção de numerário nas exatorias para enfrentar pagamentos futuros e ao mesmo tempo permitindo uma maior rotatividade do dinheiro.

Foram, ainda, em consequência dessa modernização dos serviços administrativos do Tesouro, sistematizados os pagamentos dos aluguéis, cujas requisições, a partir de 1973, serão confeccionadas para todo o exercício, permitindo que se tenha um controle perfeito dos compromissos e que os pagamentos a todos os locadores, em todo o Estado, sejam efetuados na mesma época.

Finalmente, dentro dessa nova sistemática administrativa, foi instituído, pelo Tesouro do Estado, o "Aviso de Crédito", destinado a informar, aos credores do Estado, dos depósitos que são efetuados para pagamento de seus respectivos créditos.

Merecem destaque, ainda, na área da administração financeira, as seguintes medidas inovadoras postas em execução em 1972:

- Reformulação da sistemática na concessão do abono familiar;
 - Implantação de calendário de pagamentos das contribuições destinadas ao custeio das Autarquias e Fundações Estaduais, disciplinando o montante e a periodicidade das entregas de numerário;
 - A consolidação, na Diretoria da Despesa, do Setor de Controle de Pagamentos, permitindo a emissão de relatório mensal, pormenorizado, dos pagamentos efetuados pelo Tesouro do Estado.
- Exação e Arrecadação

Na área de exação e arrecadação, merecem destaque especial a conclusão do desdobramento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias pela rede bancária e a instalação, em caráter experimental, das Coordenadorias Regionais da Fazenda.

A arrecadação do principal tributo do Estado, através da rede bancária, foi iniciada, em caráter experimental, no exercício de 1971, tendo sido encerrada a 19 de dezembro de 1972, estando, portanto, todo o Estado do Rio Grande do Sul com o êxito esperado, sob o império da arrecadação do ICM optativa entre a rede bancária e a do Estado.

A instalação das Coordenadorias Regionais da Fazenda teve início em janeiro de 1972, em caráter experimental, na cidade de Novo Hamburgo. Quatro meses após,



ainda em caráter experimental, estendeu-se a Pelotas. Diante dos resultados obtidos e da excelência do trabalho que apresentaram essas duas unidades, prosseguiu-se na instalação das Coordenadorias de Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Ijuí, Cachoeira do Sul, Bagé, Erechim e Santa Rosa e, finalmente, em 1º de dezembro, a de Porto Alegre, fechando o sistema.

As Coordenadorias Regionais representam pólos centralizadores de todos os serviços das exatorias componentes das respectivas regiões, uniformizando procedimentos tributário-administrativos e dando condições de auferimento de dados diários e completos à administração fazendária, tanto no que diz respeito à arrecadação como à despesa, permitindo que a Contadoria Geral do Estado receba, com uma defasagem de apenas 48 horas, todas as informações necessárias à contabilidade do Estado, o que anteriormente se verificava, às vezes, com um atraso superior a dois meses.

- Fiscalização

Na área da fiscalização de tributos, merecem destaque especial, dentre as atividades do ano passado, as seguintes:

- A promulgação, após longos estudos e gestões, da Lei nº 6.485, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias. A referida Lei, que substitui a de nº 5.373/66, incorpora todas as normas gerais de direito tributário da União sobre o ICM e as decorrentes de convênios celebrados entre os Estados;
- A elaboração, pela Coordenadoria Geral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, do novo Código de Penalidades Fiscais e do Processo Tributário Administrativo, aprovado pela Assembléia Legislativa, no período de reuniões extraordinárias;
- A criação da Comissão de Estudos Econômicos, encarregada de avaliar a repercussão da carga tributária no meio econômico e de proceder a estudos de macro e microeconomia. A mencionada Comissão realizou, em 1972, vários e profundos estudos acerca dos benefícios fiscais concedidos, depois do trabalho sobre feijão-soja, elaborado e publicado no ano anterior, sobre a economia da lã e da carne no Estado;
- Realização de operações especiais de fiscalização, tais como a de guias falsificadas, omissos da GIA e de fiscalização de profundidade;
- Intensificação do serviço de fiscalização no setor de produção primária, através dos postos fiscais semifixos;
- Incremento das atividades no setor de diligências.

- DEPARTAMENTO CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL (DECAM)

O DECAM, no exercício de 1972, no cumprimento de suas finalidades, realizou as seguintes atividades principais:

- Compras

- Para órgãos da administração direta	Cr\$ 61.699.278,32
- Para órgãos da administração indireta	Cr\$ 1.360.324,37
Total de compras	Cr\$ 63.059.602,60



Na realização das atribuições do DECAM, a política de pagamentos à vista aos fornecedores tem-se constituído em fator de grande importância na redução dos preços dos materiais adquiridos pelo Estado.

Em termos comparativos, pode-se assegurar que as compras feitas através de licitações, em que é consultado o maior número possível de firmas, apresentam, em relação ao preço normal de mercado, diferenças surpreendentes.

Essas diferenças, em média, atingem as seguintes proporções:

- Medicamentos - de 30% a 70%;
- Produtos para alimentação - de 10% a 30%;
- Material para conservação de bens - de 10% a 40%;
- Material para limpeza e higiene - até 50%;
- Material de expediente - até 40%.

Tais resultados são alcançados devido à modalidade de pagamento e ao agrupamento de compras, em volumes consideráveis, de determinados materiais.

- JUNTA DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA

A Junta de Coordenação Financeira, presidida pelo titular da SF é composta pelos seguintes membros:

- Secretário de Coordenação e Planejamento;
- Diretor-Presidente do BERGS;
- Diretor-Presidente da CEE;
- Diretor-Presidente da MOCASA;
- Um coordenador técnico,

dentro da sua atribuição de formular as diretrizes básicas da política financeira e creditícia dos organismos membros do Sistema Financeiro Estadual, entrosando a Junta com a política financeira global do Estado, desenvolveu, em 1972, em resumo, as seguintes atividades:

- Compatibilização da Política Financeira dos Organismos Membros do Sistema Financeiro do Estado

- Área de Serviços

- Transferência de serviços fazendários, tais como o pagamento de pessoal, pagamento de fornecedores e arrecadação do ICM, para órgãos do sistema financeiro;
- Início de estudos para o recolhimento de outros impostos e taxas através do sistema financeiro.

- Área creditícia

- Aumento considerável de financiamentos concedidos ao Governo pelo Banco do Es-



5/8

tado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Estadual;

- Análise e seleção de organismos para a obtenção de financiamentos externos, tanto para a administração direta como para empresas;
- Análise de empréstimos de US\$ 10.000.000,00 para a Administração Direta e de financiamento de US\$ 35.000.000,00 para o Plano de Investimentos da Companhia Riograndense de Telecomunicações;
- Elaboração de plano especial de financiamento aos Municípios, para antecipação de receita e para investimentos, através do BERGS, CEE, BRDE e da MOCASA;
- Elaboração de programa especial de financiamento para pagamento do ICM pelos contribuintes, através do BERGS;
- Institucionalização do Programa Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM), para financiamento de indústrias;
- Criação de nova linha de financiamentos - crédito rural - na CEE.

- Área de Mercado de Capitais

- Captação de recursos no mercado de capitais, através da Mobilizadora de Capitais S/A (MOCASA), da Única Distribuidora de Títulos e do BANRISUL S/A - Corretora de Valores, empresas vinculadas ao BERGS;
- Aumento da atuação do Governo no mercado de capitais, mediante a adequação dos títulos públicos às condições exigidas pelo mercado, como alteração dos prazos e rendimentos das Letras do Tesouro e o lançamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado, um título novo e com condições de tornar mais flexível a posição da administração pública na área.

- Consolidação dos Objetivos da Junta

Foi dado prosseguimento ao programa de entrosamento dos órgãos componentes do Sistema Financeiro do Estado, através da implantação de sistemas operacionais conjuntos, atuando como um bloco único, nos moldes dos grandes grupos financeiros.

Em 1972, vários convênios foram assinados entre os organismos do Sistema, destacando-se o celebrado entre o BRDE e a CEE, para operações especiais do FINANE, e o daquele com o BERGS, permitindo que o Banco Regional de Desenvolvimento utilize as agências do Banco do Estado para expandir suas atividades de crédito no interior do Estado.

- Resultados dos Organismos Membros da Junta de Coordenação Financeira

Em confronto com 1971, o quadro a seguir apresenta alguns dos principais indicadores do crescimento dos órgãos componentes do Sistema Financeiro Estadual.



SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO

COMPARATIVOS DE BALANÇOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS

DISCRIMINAÇÃO	BALANÇO ENCERRADO EM		AUMENTO (%)
	31/12/1971	31/12/1972	
Empréstimos:			
BERGS	741	1.154	55,7
CEE	278	542	94,9
BRDE	167	444	165,9
MOCASA	57	108	89,5
Depósitos:			
BERGS	525	924	76,0
CEE	224	460	105,4
BRDE	121	421	247,9
MOCASA	52	94	80,8
Resultados:			
BERGS	22	32	45,5
CEE	12	34	183,3
BRDE	8	17	112,5
MOCASA	5	10	100,0

- Relações com as Autoridades Monetárias

Durante o ano passado, a Junta desenvolveu intenso trabalho na esfera das autoridades monetárias nacionais, solicitando a abertura de novas agências, tanto para o BERGS como para a CEE. Apesar das limitações impostas pelo Banco Central, o BERGS conseguiu ampliar a sua rede, acrescentando as agências de Arvorezinha e Tucunduva. A CEE, quase ao final do ano, obteve autorização para o prosseguimento dos estudos visando à instalação de 33 postos de serviço no Interior, em localidades que não contam com nenhum tipo de serviço bancário.

Foi também obtido novo limite de circulação para as Letras do Tesouro, esquema que possibilitou o Lançamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado.

- Relacionamento com as Demais Instituições da Administração Pública Estadual

A Junta coordenou todas as operações de financiamento das empresas estatais com o mercado externo, propiciando um controle efetivo das condições contratuais e estabelecendo normas e diretrizes para a resolução de negociações desse nível, procedendo à necessária análise e seleção.

Objetivando o fortalecimento dos órgãos componentes do sistema financeiro estadual, os órgãos da administração direta e indireta passaram a efetuar seus depósitos nos estabelecimentos oficiais, dando possibilidades ao BERGS e à CEE de desenvolverem sua política dentro dos setores prioritários estabelecidos pelo Governo do Estado no seu plano de administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/10

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA FAZENDA

I - ÓRGÃO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BERGS)

II - Diretor-Presidente: Bacharel ROBERTO BIER DA SILVA

III - Sede: Rua Capitão Montanha, 177, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- CAPITAL E RESERVAS

Durante 1972 foi mantido o capital de Cr\$ 80.000.000,00, aumentado no ano anterior e que representou um crescimento de 100%.

As reservas que, em 31.12.1971 somavam Cr\$ 65.803.822,06, alcançaram Cr\$ 111.044.227,41 em dezembro de 1972, com um aumento de 68,7%. Dessa forma, passaram a representar 138,8% em relação ao capital, o que demonstra a excelente situação patrimonial do BERGS.

- DEPÓSITOS

O depósito, principal fonte supridora de recursos do BERGS, e que, por isso, vem merecendo atenção especial, apresentou evolução das mais expressivas em 1972.

Enquanto em 31.12.1971 o saldo era de Cr\$ 525.455.382,87, o último balanço registrava Cr\$ 923.858.912,23, ou seja, um acréscimo de 75,8%, colocando o BERGS entre os bancos brasileiros que apresentaram melhor desempenho.

Este resultado é ainda mais significativo quando se sabe que, em 1971, já se havia alcançado um crescimento de 51,8%. Assim, em apenas dois anos, os depósitos do BERGS quase triplicaram.

DATAS	SALDOS	% CRESCIMENTO SOBRE 1970
31.12.1970	346.131.868	-
31.12.1971	525.455.382	51,8
31.12.1972	923.858.911	166,9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/11

- REFINANCIAMENTOS E REPASSES

No intuito de atender à crescente demanda de crédito por parte dos diversos setores da atividade econômica gaúcha, notadamente para empréstimos de médio e longo prazos, o BERGS procurou elevar o volume de recursos provenientes de instituições nacionais e estrangeiras.

Como resultado, o saldo destes valores que, em 31.12.1971, era de Cr\$ 249.133.534,00 - excluídos os utilizados com base na Resolução 69 do Banco Central do Brasil - se elevaram para Cr\$ 390.876.062,00, correspondendo a um aumento de 56,9%, fato que permitiu ao BERGS contribuir ainda mais intensamente para o crescimento da economia regional.

- EMPRÉSTIMOS

Em decorrência do bom desempenho na captação de depósitos e da utilização de todas as fontes que pudessem canalizar recursos para o BERGS, as aplicações, em 1972, superaram em boa margem as do ano anterior.

O saldo de empréstimos em 31.12.1972 registrou Cr\$ 1.154.694.472,86, o que equivale a um aumento de 55,6% em relação a dezembro de 1971, quando era de Cr\$ 741.741.816,84.

Para uma avaliação mais real da evolução desta rubrica, basta atentar para o fato de que o total aplicado pelo BERGS, durante o exercício em análise, através da Carteira de Crédito Geral e Especializadas, atingiu Cr\$ 2.819.190.388,00, o que, comparando com o ano de 1971, quando foi de Cr\$ 1.719.733.000,00, significa um incremento de 63,9%.

Por ramos de atividades, o total das aplicações em 1971 e 1972, indicando o crescimento ocorrido, assim se apresentam:

(Em Cr\$ 1.000,00)

RAMOS	1971		1972		% DE CRESCIMENTO
	VALOR	% S/TOTAL	VALOR	% S/TOTAL	
Indústria	887.257	51,53	1.373.555	48,72	54,8
Comércio	364.186	21,10	594.507	21,10	63,2
Agropecuária	174.025	10,11	245.937	8,72	41,3
Poderes Públicos	19.676	1,23	104.700	3,71	423,1
Diversos	274.629	15,97	500.489	17,75	82,2
T O T A L	1.719.773	100,00	2.819.188	100,00	63,9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/12

- CÂMBIO

Operando nas praças de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, esta atividade visa principalmente a completar os serviços que o BERGS presta aos seus clientes, em virtude dos recursos financeiros limitados com que conta para atuar nesta área.

Mesmo assim, as operações desta espécie, em 1972, tiveram uma expansão considerável, possibilitando auferir um lucro de Cr\$ 2.468.598,52, equivalente a um acréscimo de 90% sobre o ano anterior.

- OPEB MARKET

Tendo por objetivo a aplicação dos recursos, eventualmente em disponibilidade; o serviço de *Open Market* manteve, durante o ano em análise, uma aplicação média mensal de Cr\$ 16.000.000,00, proporcionando um resultado de Cr\$ 3.106.804,73. Em 1971, o resultado foi de Cr\$ 1.058.759,64. Houve, portanto, um aumento de 193% no período.

- LUCRO

O bom desempenho de todos os setores do BERGS permitiu auferir um lucro líquido de Cr\$ 22.025.073,08 em 1972 (excluídos os volumes contabilizados diretamente em reservas) superior em 78,7% ao do ano de 1971, que fora de Cr\$ 12.325.024,00.

Comparando este resultado com o capital médio integralizado (Cr\$ 74.607.513,00), a rentabilidade atingida em 1972 foi de 29,5% contra 26,4% em 1971 e 15,6% em 1970.

- NOVAS AGÊNCIAS

A suspensão de novas liberações de Cartas-Patente, determinada pelo Banco Central, tem dificultado o aumento do número de agências.

Entretanto, após reiteradas solicitações junto àquele órgão, foi concedida permissão para instalar duas novas Casas, uma em Arvorezinha e outra em Tucunduva, municípios que até então não contavam com estabelecimentos de crédito e que têm demonstrado, apesar da recente presença do BERGS, condições para manter as Casas em funcionamento com êxito.

Por outro lado, foi instalado um Posto de Prestação de Serviços na Aços Finos Piratini S/A, em Charqueadas, elevando para três o número total de postos em operação.



- IMÓVEIS

No ano em relato, os investimentos realizados em obras possibilitaram que mais de seis agências passassem a atuar em prédios próprios. Assim, de um total de 161 agências, com a inauguração das Casas da Avenida dos Estados e Tristeza, nesta Capital, Gravataí, Santa Rosa, Giruá e Florianópolis (SC), sobem a 119 as agências instaladas em dependências de propriedade do BERGS. Ao término do exercício, estavam em andamento as construções em Arroio Grande, Machadinho, Agência Urbana São Pelegrino (Caxias do Sul), São Leopoldo e Tramandaí.

Por outro lado, procederam-se às reformas ou ampliações nas agências em Santa Cruz do Sul e Uruguaiana, tendo sido iniciados melhoramentos nas dependências da Agência Urbana Coliseu (Porto Alegre), Cachoeira do Sul, Pelotas, Tubarão (SC) e no prédio existente na praia Rainha do Mar.

- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Assessoria de Marketing

Criada no início do ano em análise, a Assessoria de Marketing vem desenvolvendo suas atividades no sentido de aperfeiçoar os serviços postos à disposição dos usuários, criar novos produtos e, desta forma, melhorar cada vez mais a imagem do BERGS junto ao público.

Das inovações introduzidas, cabe realçar o lançamento do Cheque Expresso Banrisul, que obteve ótima receptividade, ocasionando maior canalização de recursos.

- GERÊNCIAS REGIONAIS

Além das três gerências regionais já criadas em 1971, que supervisionam as Casas de Porto Alegre e fora do Estado, em 1972 começaram a operar mais quatro, abrangendo as agências do interior do Estado.

Tendo como finalidade básica promover a maior dinamização nos negócios das agências, os resultados com essa descentralização de decisões foram plenamente atingidos.

Por outro lado, a tarefa desempenhada pelos Gerentes Regionais permitiu um melhor cumprimento das metas programadas para as agências da rede.

- COMPUTADOR IBM/370 - MOD. 145

A instalação do novo equipamento, em uso na subsidiária, a Proceso-sul, incrementou a centralização e racionalização dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/14

Em etapas posteriores, novas tarefas serão desempenhadas pela Processul, objetivando maior eficácia e produtividade, com repercussão favorável para os custos operacionais do BERGS.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

A excelente posição alcançada pelo BERGS em 1972 estimula-o a redobrar os esforços para, em 1973, obter resultados ainda mais expressivos em todos os setores.

A recente redução das taxas de aplicação pelas Autoridades Monetárias implicará num ingresso de receitas proporcionalmente inferiores ao obtido anteriormente.

Diante desse fato, estão sendo aperfeiçoadas as técnicas operacionais e diversificados os serviços para compensar a diminuição proporcional da receita e aumento da despesa.

A obtenção de maior rotatividade e a reestruturação dos empréstimos, sem comprometer os setores básicos da economia, contribuirão, também, para incrementar a rentabilidade das aplicações.

Em relação à instalação de novas agências, segundo determinação do Banco Central, em 1973 poderá o BERGS contar com apenas uma nova Carta Patente e destinada a município sem representação bancária no Estado.

Como a intenção é de alargar a participação do BERGS dentro do Estado e, desta forma, ir ao encontro dos justos anseios daqueles municípios desassistidos de estabelecimento de crédito, continuar-se-á a dispensar a máxima atenção para o fato, procurando encontrar uma solução que permita equacionar, ao menos parcialmente, o assunto.

Por outro lado, estão sendo iniciados estudos para instalar um maior número de Postos de Prestação de Serviços em locais que comportam a presença do BERGS para esta modalidade de serviço.

Obedecendo ao plano de investimento em obras para o triênio 1973/1975, será promovida, em 1973, além das obras já em andamento, a construção de mais nove prédios para as Casas de Arroio do Meio, Caçapava do Sul, Campo Bom, Cruz Alta, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Rio Grande e Taquara.

Com estas realizações e as previstas para 1974 e 1975, aproximadamente mais 30 Casas passarão a atuar em prédio próprio, estando, então, praticamente toda a rede instalada em imóveis pertencentes ao BERGS.

Paralelamente a estas construções, serão efetuadas reformas e ampliações em diversas agências, dotando estas últimas de melhores condições para o atendimento da clientela e desempenho das atividades do BERGS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/15

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO (OLE)

II - Diretor-Presidente: Doutor PEDRO PROLO

III - Sede: Rua dos Andradas, 857, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O DLE, criado pelo Decreto-Lei nº 1.350, de 15 de janeiro de 1947, tem como atribuição específica a realização de sorteios, através de extrações semanais, visando à obtenção de recursos para amparar entidades de assistência social e de desporto amadorista.

No exercício de 1972, o lucro líquido proveniente da comercialização de bilhetes atingiu a soma de Cr\$ 6.153.138,85, com a seguinte destinação:

- Transferência ao Estado, nos termos da Lei nº 4.999/65	Cr\$ 4.119.161,31
- Transferência ao Estado, nos termos da Lei nº 4.631/63	Cr\$ 813.591,00
- Auxílios a Hospitais e Santas Casas - Lei nº 4.631/63	<u>Cr\$ 1.220.386,50</u>
T O T A L	Cr\$ 6.153.138,85

Apesar do limite estabelecido por legislação federal, que fixa o número máximo de bilhetes e o valor do prêmio maior, a renda líquida do DLE vem apresentando um crescimento de ano para ano.

No último quinquênio, a renda líquida apurada apresenta a seguinte evolução:

- 1968	Cr\$ 3.123.834,69
- 1969	Cr\$ 4.263.589,17
- 1970	Cr\$ 4.943.268,29
- 1971	Cr\$ 5.539.585,47
- 1972	Cr\$ 6.153.138,85

- PERSPECTIVAS PARA 1973

Para o exercício de 1973, estão programados 52 sorteios, sendo cinquenta com o prêmio maior de Cr\$ 100.000,00, um com o prêmio maior de Cr\$ 150.000,00 e um com o prêmio maior de Cr\$ 200.000,00, extrações essas que permitem estimar um lucro líquido de Cr\$ 5.587.744,00.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/16

I - ÓRGÃO: CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE)

II - Diretor-Presidente: Bacharel CARLOS ALBERTO CALLAGE CIDADE

III - Sede: Rua Uruguaí, 300, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO.

- SETOR OPERACIONAL

- Carteira de Depósitos

Apresentando um quadro de franca e crescente expansão, revelam os números que, desde 19 de março de 1971, vem se verificando uma linha ascensional ininterrupta nas operações da Carteira.

Aquela época, existia um saldo geral no montante de Cr\$ 152.947.000,00, o qual, ao final do exercício de 1971, se elevou para Cr\$ 223.728.000,00, para ostentar, presentemente, uma situação de inteira folga com a cifra de Cr\$ 460.306.000,00, ou seja, um crescimento de 105% em relação ao saldo existente no encerramento do exercício de 1971.

- Carteira de Crédito Geral

A assistência financeira prestada pela Carteira de Crédito Geral, que engloba as linhas de crédito pessoal, crédito a entidades públicas, crédito escolar e créditos hipotecário, imobiliário, agrícola e habitacional, através de operações que se caracterizam pela segurança do mútuo e pela seletividade da clientela, tornou-se ampla e dinâmica, com acentuado índice a maior, confrontada com a situação vigente em março de 1971.

De fato, no período em questão, o montante dos financiamentos evoluiu, em milhares de cruzeiros, dos 205.312, em saldos contábeis, para 542.450, com um acréscimo de 164%.

Por linha de crédito, comparado com o exercício de 1971, a Carteira de Crédito Geral, ao final do exercício de 1972, apresenta os seguintes números, em milhares de cruzeiros:

DENOMINAÇÃO	1 9 7 1	1 9 7 2	CRESCIMENTO PERCENTUAL
Particulares	166.736	285.456	71
Poder Público	11.345	102.263	801
Escolar	440	631	43
Hipotecário	-	11.769	-
Imobiliário	45	9.047	20.004
Agrícola	-	7	-
Habitacional	99.724	133.277	33
T O T A L	278.290	542.450	94



O movimento financeiro dos empréstimos, comparando com o de 1971, apresentou, em 1972, os seguintes números, em milhares de cruzeiros:

APLICAÇÕES/RETORNOS	EM 1971	EM 1972	VARIAÇÃO
Aplicado	261.304	662.717	+ 401.413 153%
Recolhido	179.408	364.411	+ 185.003 103%

- PROGRAMA ADMINISTRATIVO

- Edifício-Sede

Coube à atual Administração da CEE a responsabilidade de elaborar o plano que levantará, em privilegiado ponto da Capital, o seu edifício-sede.

Em 17.02.1972, foi criada a Comissão Coordenadora da Construção, a qual vem procurando desincumbir-se de suas múltiplas tarefas, obedecendo a um perfeito esquema de trabalho e com vistas à sua conclusão dentro do prazo prefixado.

Até o final do exercício, já se efetuaram obras no setor de engenharia-civil, na escavação de 6.014.667 m³ e nas sondagens, com um montante de gastos orçados em Cr\$ 1.397.770,85.

- Quadros de Carreira Para o Pessoal

Com o objetivo precípua de melhor congruar os servidores da CEE com as específicas atividades peculiares ao órgão financeiro, aprimorando-lhes a capacidade funcional e concedendo-lhes oportunidades para um equitativo aproveitamento individual, ao mesmo tempo que criando aos mesmos condições próprias para as promoções por mérito, a Superior Administração da CEE houve por bem cogitar a organização de quadros de carreira para o funcionalismo.

- Fundação dos Funcionários

Providência de alto e indiscutível alcance social, com imediatos e saudios reflexos nos negócios da CEE, foi a criação da "Fundação" de seus funcionários, ainda em desenvolvimento. Sentir-se-á o funcionário devidamente amparado pela Instituição a que presta seu concurso e, conseqüentemente, trabalhará com espírito mais tranqüilo, cooperando para o aumento da produtividade nos vários setores da Casa.

- Resultado Operacional

Amplamente satisfatórios foram os resultados apresentados pela CEE no exercício de 1972. A receita total que, em 1971, acenou uma soma de Cr\$ 64.931.000,00 atingiu, em 1972, o expressivo montante de Cr\$ 107.208.000,00, com um aumento de 65% em relação ao ano anterior, ao passo que a despesa, no mesmo período, evoluiu de Cr\$ 51.753.000,00 para Cr\$ 71.069.000,00, com um acréscimo de apenas 37%.

O resultado operacional apurado no Balanço Geral encerrado em 31



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/18

de dezembro de 1972 apresenta a expressiva soma de Cr\$ 33.900.000,00 contra um resultado de Cr\$ 11.864.000,00, revelado no ano anterior, com um crescimento de 186%.

I - ORGÃO: TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (TARF)

II - Presidente: *Doutor RUBENS SANT'ANNA*

III - Sede: Rua dos Andradas, 1270, 6º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ORGÃO:

O TARF, criado pela Lei nº 3.694, de 6 de janeiro de 1959, tem como atribuição específica o julgamento, em segunda e última instância administrativa, dos litígios entre a Fazenda Estadual e os contribuintes, sobre matéria fiscal.

No exercício de 1972, o TARF recebeu 900 recursos e realizou 176 sessões ordinárias, nas quais foram apreciados 537 recursos ex-offício, 216 voluntários, 79 ex-offício e voluntários e 15 pedidos de reconsideração, perfazendo um total de 847 processos examinados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria de turismo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)
- II - SECRETÁRIO: Economista EDISON BAPTISTA CHAVES
- III - Sede: Rua Uruguai, 317, 5º andar
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CR-TUR)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.

Considerando que o turismo é encarado pelo atual Governo como fator econômico de real e positivo valor, pôde a SETUR, graças à orientação imprimida, obter bons resultados no sentido de valorizar e dinamizar ao máximo os recursos disponíveis, obtendo, desta forma, resultados que não ficaram restritos ao Estado do Rio Grande do Sul.

Visando ao equacionamento objetivo dos diversos setores ligados ao desenvolvimento do turismo, foi criada, em 17 de março de 1972, pelo Decreto nº 21.658, a Comissão Intersetorial de Turismo (CITUR), módulo que completou a implantação da estrutura institucional.

- PROMOÇÃO E ORDENAÇÃO

Durante o ano de 1972, grande parte dos esforços dispensados pela equipe da SETUR concentrou-se na política promocional e de divulgação, visando atingir os grandes centros emissores de turistas. Para isso foi confeccionado, entre roteiros turísticos, cartazes promocionais, mapas rodoviários e outros materiais de divulgação, um total de 784.000 impressos.

A SETUR esteve presente, no decorrer do ano de 1972, como co-participante em 77 eventos e promoções, tais como: recepções, palestras, conferências e projeções de slides.

A par disto, divulgando nacionalmente o que está sendo feito pelo turismo gaúcho, órgãos da imprensa de outros Estados publicaram reportagens acerca dos planos e realizações da SETUR, dando especial relevo à I EXPOINTER (Exposição Internacional de Animais).

Destaca-se como bom investimento para o Rio Grande do Sul a participação no I Congresso da Confederação das Organizações de Turismo da América Latina (COTAL) e o filme documentário realizado na I EXPOINTER.



- UNIDADE DE PLANEJAMENTO E OBRAS

A Unidade de Planejamento, seguindo a orientação traçada, levou a termo várias obras em cidades que estavam a merecer atenção especial e imediata, para que a demanda turística não sofresse solução de continuidade.

Para tanto, a SETUR comprometeu, durante o exercício de 1972, em projetos e obras, recursos no valor de Cr\$ 2.199.805,61.

Dos investimentos acima referidos, merecem citação:

- Projeto e construção do Posto de Informações de Torres;
- Projeto e desapropriação do Parque de Torres;
- Projeto e construção do *Camping* junto ao Parque General Osório;
- Projeto e construção do *Camping* junto à Lagoa dos Patos;
- Projeto e construção da ampliação do Balneário de Iraí;
- Projeto e construção da ampliação do *Camping* de São Francisco de Paula;
- Construção do Paradoiro de São Miguel;
- Projeto do Posto de Informações de Vacaria; e
- Diversas obras de melhoramentos nos Parques do Caracol e do Taimbezinho.

Além desses trabalhos específicos da SETUR, foi prestado assessoramento a várias Prefeituras tendo em vista obras em projeto ou em execução.

- COMISSÃO INTERSETORIAL DE TURISMO (CITUR)

A CITUR é órgão consultivo e de assessoramento e tem por finalidade criar uma sistemática de entrosamento de interesses no desenvolvimento do setor turístico.

Nesse órgão figuram representantes das demais Secretarias de Estado, órgãos municipais de turismo, entidades privadas, vinculadas ou com atuação neste campo.

São destacados como trabalhos de interesses múltiplos, coordenados e desenvolvidos pela CITUR, no decorrer de 1972:

- Erradicação do mosquito borrachudo nas zonas serranas do Estado;
- Organização do Currículo do Curso Superior de Turismo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC);
- Estudo para uma classificação hoteleira no Rio Grande do Sul;
- Equacionamento dos horários do comércio nos municípios e zonas turísticas;
- Arborização do litoral gaúcho (com participação técnica da Secretaria da Agricultura);
- Inspeção e Fiscalização de bares, restaurantes, parados e rodoviárias, ao longo das estradas do Rio Grande do Sul, nas rotas prioritárias do turismo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/3

- PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1973

O ano em curso se apresenta promissor para o turismo gaúcho. É uma afirmativa que se fundamenta nas medidas que foram tomadas e postas em prática no decorrer do ano de 1972.

O turismo é, indiscutivelmente, um dos fenômenos mais característicos nos tempos atuais. A crescente importância que está adquirindo reflete-se em quase todos os setores da atividade humana.

Cabe frisar que o turismo é uma indústria com implicações que transcendem o campo econômico, atingindo, também, o social, o cultural e até o político.

Face aos aspectos da problemática turística, a SETUR, através de pesquisas e estudos realizados, elaborou o seu plano de investimentos para o ano corrente, objetivando dar um equilíbrio no atendimento, de forma a acelerar a oferta turística em regiões ou pontos de maior frequência ou procura pelas correntes provindas dos centros promissores.

- Planos Para o Litoral

- Complexo Turístico de Torres
- Complexo Turístico de Tramandaí
- Complexo Turístico de Capão da Canoa - Atlântida
- Complexo Turístico Cassino - Molhes de Rio Grande
- Posto de Informações de Torres
- Posto de Informações de Chuf
- *Camping* Lagoa dos Patos

- Parques

- Parque Itapuã
- Parque da Serra
- Parque Nacional dos Aparados da Serra
- Parque Bento Gonçalves
- Parque *Camping* Caxias do Sul

- Estâncias Hidrominerais

- Balneário de Iraí - ampliação
- Vicente Dutra - prosseguimento de obras
- Catuípe - estudo de viabilidade
- Marcelino Ramos - estudos de viabilidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/4

- Áreas de Patrimônio Histórico

- Ruínas de São Miguel - várias obras
- Rio Pardo, Piratini, Viamão e Taquari - restaurações diversas

- Serra

- Integração turística - Canela-Gramado

- Fronteira

- Bagé e Caçapava do Sul - estudo das áreas

- Cultura

- Centro Folclórico em Porto Alegre - projeto

ÓRGÃO VINCULADO A SECRETARIA DE TURISMO

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CR-TUR)

II - Diretor-Presidente: *Bacharel LUIZ EMÍLIO CORRÊA MEYER*

III - Sede: Rua dos Andradas, 1137, 6º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A CR-TUR, como órgão executor dos planos elaborados pela SETUR, é uma prova cabal de que o Governo encara o turismo como atividade industrial e de alto valor econômico.

A CR-TUR está estruturada de maneira adequada, dentro de uma dinâmica moderna, objetivando o bom aproveitamento dos recursos naturais de que dispõe o Estado no setor turístico.

Participou, ainda, de outras atividades visando ao desenvolvimento e ao incremento do turismo no Rio Grande do Sul, quer assessorando, quer participando de encontros regionais e nacionais, tais como:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/5

- Congresso da COTAL - realizado em São Paulo;
- Congresso da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Guanabara;
- Reunião de Brasília, que congregou todos os órgãos brasileiros de turismo, promovida pela EMBRATUR.

No decorrer de 1972, a CR-TUR teve suas atividades vinculadas a:

- Complexo Turístico de Torres

- I - Projeto paisagístico da Guarita de Torres;
- II - Projeto paisagístico do Parque de Torres (em elaboração);
- III - Levantamento topográfico da área de 1.230 ha do Parque de Torres; e mais 350 ha de área complementar;
- IV - Projeto arquitetônico e urbanístico para o posto de informações de Torres.

- Parque do Caracol

Este parque é de propriedade da CR-TUR e nele foram realizadas várias obras para melhor atender à demanda de turistas. Entre as providências tomadas, são destacadas a ampliação do restaurante, o levantamento topográfico da área a ser desapropriada numa primeira etapa e a pesquisa com objetivo de fornecer o perfil do turista frequentador do parque.

- Feiras e Congressos

Organizou e supervisionou o I Congresso Brasileiro de Cibernética e Sistemas Gerais, nesta Capital, com 745 participantes.

Foi firmado contrato com a Federação das Associações dos Técnicos em Radiologia dos Estados do Brasil para organizar e supervisionar o III Congresso Brasileiro e I Jornada Sul-Americana de Técnicos em Radiologia, que serão levados a efeito em julho próximo vindouro, em Porto Alegre.

Com experiências adquiridas no I Congresso de Cibernética, elaborou o seu Manual de Atividades para Congressos e Feiras.

- FEARTE - I Feira do Artesanato

Esta promoção foi coordenada e planejada com o fim específico de dinamizar e valorizar o setor artesanal, não só de Gramado, como das demais zonas do Estado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**secretaria
de energia, minas e comunicações**





- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)
- II - SECRETÁRIO: *Engenheiro HENRIQUE ANAWATE*
- III - Sede: Rua Uruguai, 54, 15º andar
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

Responsável por setores de infra-estrutura de vital importância ao desenvolvimento do Estado, quais sejam os de energia e comunicações, a SEMC atua, basicamente, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica e Companhia Riograndense de Telecomunicações. Desenvolve, ainda, a exploração dos recursos carboníferos do Estado, pela Companhia Riograndense de Mineração, em fase de expansão de atividades.

Para todas elas, o objetivo primeiro é a consolidação estrutural e financeira que as capacite a garantir seus programas de investimentos, destinados a acompanhar e acelerar a evolução econômico-social do Estado.

A área da eletrificação rural teve excepcional impulso, no ano de 1972, face à destinação, pelo Governo, de vultosos recursos ao setor.

Aproximadamente Cr\$ 10.000.000,00 foram distribuídos a projetos de extensão ao homem do campo dos benefícios da energia e produção, a curto prazo, resultados econômicos dos mais significativos. Em 1972, foram ligados 4.450 consumidores rurais, com investimentos de Cr\$ 7.303.500,00, originários do Estado, dos municípios, da CEEE, do INCRA, das Cooperativas e dos interessados, com extensão de 700 km de rede, além dos projetos em implantação anteriormente referidos.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)
- II - Presidente: *General JOSÉ MARIA BASTIDE SCHNEIDER*
- III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 261, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O significativo crescimento da produção industrial do Estado encontrou apoio na regularidade da potência instalada e na eficiência da CEEE, que continua



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/2

aprimorando seus serviços. O índice de crescimento do consumo global de energia no Estado atingiu a 14%, sendo que o consumo industrial alcançou 19%.

O potencial instalado foi acrescido da Usina do Porto de Pelotas, com 12.500 kW, e com grupos Diesel colocados em várias cidades do Interior, como garantia temporária de abastecimento, atingindo 628.300 kW no total do Estado.

Mais 127 localidades, incluídas três sedes municipais, passaram a ser supridas pela CEEE, que abastece agora 213 sedes municipais e mais pequenas localidades, num total de 1.290, atendendo a uma população (estimativa) de 6.752.600 pessoas.

Quatro usinas de importância estão em construção:

- Passo Real - Prosseguiu a montagem dos equipamentos da Usina Hidroelétrica, tendo sido energizados em dezembro, para testes, os transformadores e equipamentos. Está previsto para o primeiro trimestre de 1973 o início de sua operação, culminando assim um trabalho que teve um investimento total de cerca de Cr\$ 600.000.000,00. Deve ser salientado, também, o efeito secundário regularizador das águas da Barragem para a Usina de Jacuí a jusante, que duplicou sua produção.
- Candiota II - Prosseguiu, com bom desempenho, a construção da Usina em Bagé, estando as obras civis em mais de 50% concluídas. Foi iniciada a montagem dos equipamentos na obra.
- Itaúba - Em junho, a CEEE assinou contrato com a Eletrobrás, no montante de Cr\$ 86.125.000,00, para as obras civis da maior usina do Estado. Em dezembro, após concorrência, ocorreu a assinatura de contrato para execução das obras civis, já iniciadas.
- Passo Fundo - Em construção pela Eletrosul, da qual o Estado e a CEEE são acionistas, a usina teve sua montagem acelerada e está prevista para março sua entrada em operação.

A par de vultosos investimentos que vêm sendo realizados em geração, não descuida o Estado da obra necessária à boa e confiável distribuição de energia. Assim, são realizadas obras em todo o Estado, das quais são destacadas as seguintes:

- Rede subterrânea de Porto Alegre - "sistema network": que substituirá a existente, totalmente superada, com mais de 40 anos de uso;
- Subestação "Cidade Industrial" - Canoas: está sendo construída à margem da BR-116, para atender à região metropolitana da Grande Porto Alegre. Será a maior subestação do Estado e receberá a energia de Jacuí, Passo Real, Candiota II e Itaúba, com uma capacidade total de 400.000 kVA, ocupando uma área de 8,5 ha. Acha-se em fase final de montagem;
- Subestação Porto Alegre IV (SEPA IV): será uma das maiores subestações urbanas no País e já está funcionando, em caráter de emergência, junto à Avenida Ipiranga, na Capital. Esta medida permitiu a mudança de tensão primária no centro de Porto Alegre de 6.600 para 13.800 volts;
- Em fase adiantada de obras civis e montagem, encontra-se também a Subestação Porto Alegre VI, obra conjunta CEEE-Eletrosul.

Para melhor atender a seus usuários na Capital do Estado, foram



tomadas várias medidas de caráter técnico, como a duplicação da Subestação VIII; antecipação da entrada da Subestação XIII; instalação de subestação junto à Usina Tcheca; reescalonamento dos dispositivos de proteção do Sistema de transmissão para torná-los menos sensíveis a perturbações atmosféricas e utilização de técnicas novas para manutenção de linhas energizadas.

No decorrer de 1972, o capital da CEEE cresceu de Cr\$ 623.000.000,00 para Cr\$ 884.000.000,00, colocando a empresa em 27º lugar entre as 500 maiores sociedades anônimas do Brasil e a 7ª entre as 34 principais organizações do gênero, segundo levantamento recente da Fundação Getúlio Vargas.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

O ano de 1973 será o Ano da Energia para o Estado, pois deverão entrar em funcionamento três novas fontes geradoras: Passo Real, Passo Fundo e Candiota II. Pode-se esperar uma produção próxima aos 3 bilhões de kWh, considerando-se o ritmo de expansão industrial e a crescente penetração da eletricidade no meio rural.

No setor da distribuição, obras de vulto serão concluídas: subestações IV e VI, em Porto Alegre, Cidade Industrial, em Canoas, parte da rede subterrânea e inúmeras outras que virão, cada vez mais, tornar eficientes e confiáveis os serviços de energia, tão necessários ao desenvolvimento do Estado.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

II - Presidente: *Bacharel JORGE RAFAEL CESAR MOREIRA*

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 512, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O início da execução do novo plano de telecomunicações no Estado, denominado "Projeto Integração", no princípio de 1972, e a obtenção de financiamento externo para a complementação de recursos necessários à sua execução, no valor de US\$ 35.000.000,00, foram os fatos marcantes no setor.

Foram estendidas linhas físicas ligando municípios ou distritos ainda não integrados no sistema estadual, tendo inclusive sido atingida, no extremo-sul do Brasil, a localidade de Chuí, e realizadas obras de menor porte, em todo o Estado.

O crescimento das chamadas interurbanas manuais foi de 11,91 e o das DDD, 80,20%.

Em Porto Alegre e em algumas cidades do Interior, foram iniciadas as vendas de terminais do Projeto Integração, com utilização de moderno sistema de proces-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/4

samento de dados para o controle e avaliação, tendo já sido atingido um total de 19.992 terminais vendidos.

O capital da Empresa cresceu 33,23% em relação a 1971.

Na área de pessoal, foi efetivado um sistema de avaliação de desempenho dos servidores da Empresa e, para fazer frente às necessidades de aprimoramento do pessoal, foram realizados 39 cursos de especialização ou reciclagem. Foi concluído, ainda, o estudo e projeto para a implantação de controle de estoques por computação eletrônica, que dará maior eficiência operacional à Empresa.

Nos projetos em andamento, foram investidos Cr\$ 100.700.000,00, sendo Cr\$ 45.000.000,00 em obras concluídas e Cr\$ 55.000.000,00 em obras em andamento.

Foram inauguradas centrais automáticas em Bagé, Santa Maria, São Marcos e Torres; centrais de trânsito em Pelotas e Santa Maria e sistema DDD com Pelotas.

Encontram-se em fase final de montagem as centrais de Uruguaiana, Santana do Livramento, Alegrete, Campo Real, São Leopoldo e Nonoai, que entrarão em funcionamento em princípios de 1973, bem como a extensão de microondas à região missioneira, Cruz Alta e Ijuí.

- PERSPECTIVAS PARA O TRIÊNIO 1973-1975

Pelo "Projeto Integração", serão beneficiadas com serviços automáticos, além de 8 cidades da área metropolitana, 24 cidades do Interior, com implantação de 18 estações e ampliação de outras 17 já existentes. Terá a Empresa, ao final, 115.000 linhas instaladas, com capacidade de ampliação, sem obras civis, para outras 239.000 e mais 243.000, com aumento dos prédios.

Os serviços interurbanos prevêem a implantação de 44 novas estações de microondas e 16 de UHF, passando a canalização de 117.112 canais/quilômetro, hoje, para 488.361. Essa capacidade, com simples complementação de equipamento de multiplexação, poderá ser elevada para 1.423.654.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

II - Presidente: Engenheiro ARTHUR WENTZ SCHNEIDER

III - Sede: Rua Botafogo, 610, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A produção de carvão nas duas minas exploradas pela Empresa atingiu 280.000 toneladas, registrando um aumento de 11% em Leão e 7% em Candiota, com o maior poder médio já obtido. Os custos continuaram a mostrar crescente produtividade. Em Candiota-



ta, tomando-se como índice 100 para custo de vida e de produção, em 1966, ver-se-á que os preços por atacado (Fundação Getúlio Vargas) atingiram a 318, enquanto os preços do carvão alcançaram apenas 180 no mesmo período.

Na área social, a par da assistência médica aos mineiros e seus familiares, foram realizados cursos, mediante colaboração com diversos órgãos, visando a elevar o nível social e cultural da comunidade.

Investimentos vários foram realizados no setor técnico, tais como depósitos de explosivos, construção de canos de minas, sondagens e pesquisas geológicas, em Leão e Candiota. Nesta última mina, foram tomadas providências de envergadura, visando à lavra em grande volume, que será realizada quando do funcionamento da Usina Candiota II, em fins de 1973.

Em julho, mês em que o Departamento Autônomo do Carvão Mineral - hoje, CRM -, completaria 25 anos, houve a mudança da Administração Central em Porto Alegre, para a rua Botafogo, em prédio próprio, construído especialmente, com 750 m², em 3 pavimentos.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

Com a quadruplicação de sua produção em Candiota, pelo funcionamento da Usina, em fins de 1973, pretende a CRM também realizar:

- Pesquisas visando ao aumento da reserva medida em Candiota;
- Pesquisas de minério de cobre, no Cerro dos Andradas;
- Mediante contrato, pesquisa de mercado visando à implantação de novas indústrias no setor mineral;
- Melhorias generalizadas nas instalações; e
- Progressivos aumentos de produtividade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria dos transportes



I - ÓRGÃO: SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

II - SECRETÁRIO: Coronel Engenheiro PAULO NUNES LEAL

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 1555, 18º andar

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)
- DEPARTAMENTO AEROMARÍTIMO DO ESTADO (DAE)
- COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)
- COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A ST, no exercício de 1972, deu continuidade à sua atividade conforme o estabelecido pelo Planejamento Geral do Estado, coordenando e integrando as operações dos órgãos a ela vinculados, em consonância com os planos federais.

Realçam dois programas principais:

- a - Corredores de Transportes, onde os investimentos objetivam diminuir os custos globais do transporte das safras aos portos de exportação;
- b - Ligações internacionais com a República Argentina, onde se busca a integração viária indispensável para o aumento do intercâmbio.

Um projeto que merece realce é o Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário do Rio Taquari, cuja operação, prevista para o ano vindouro, representa um decisivo passo no aproveitamento da rede interna de navegação.

Em síntese, as realizações da ST são as seguintes, conforme os órgãos executantes:

1. DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

As principais metas alcançadas pelo DAER, em 1972, de modo global, correspondem a:

Implantação de rodovias	-	238 km
- Pavimentação de rodovias	-	126 km
- Obras de arte	-	1.615 km
- Rede de conservação	-	9.639 km

2. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

O DEPRC, com recursos próprios e/ou oriundos de convênios com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, tem melhorado as instalações dos principais portos gaúchos, como, por exemplo, instalando novos elevadores no Frigorífico João



Mascarenhas, adquirindo máquinas e veículos, construindo e ampliando armazéns e pavimentando áreas portuárias.

A dragagem dos canais e bacias de evolução, apesar de prejudicada pelo excepcional período de chuvas, beirou os 1.200.000 m³.

O movimento geral dos portos organizados teve um acréscimo global de 12,8% sobre o de 1971.

3. DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

Nas atividades de manutenção e melhoria de aeroportos, foram realizados os seguintes serviços principais:

- Terraplenagem	- 360.000 m ²
- Ensaibramento	- 8.600 m ³
- Reforço do pavimento com pedrisco	- 8.000 m ³
- Prédios recuperados	- 9
- Construções novas	- 400 m ²
- Mobiliário para estações	- 5 estações
- Urbanização	- 3 aeroportos
- Imprimação para asfaltamento	- 48.000 m ²

4. COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

O Plano de Expansão 71/74 do Governo previa um aumento de aproximadamente, 121% da capacidade de estocagem da rede.

Circunstâncias favoráveis permitiram ampliar em mais 149.000 toneladas essa programação, elevando para 191% (432.000) a previsão de acréscimo de capacidade da rede.

Em 1972, foram iniciadas várias obras e aumentada para 235.000 toneladas a capacidade de estocagem. Paralelamente, diversas unidades existentes foram reaparelhadas.

5. COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A CINTEA, globalmente, obteve os seguintes resultados:

- Quilometragem concluída	- 146,2 km
- Obras de arte especiais	- 283,0 ml (11 unidades)
- Total dos investimentos	- Cr\$ 6.485.291,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/3

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DOS TRANSPORTES

- I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)
- II - Diretor Geral: *Engenheiro JORGE CLÁUDIO XAVIER DA COSTA*
- III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 1555, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- POLÍTICA DO ÓRGÃO

O DAER, nas suas programações, segue a seguinte orientação:

- a - Dar prioridade às estradas que tenham, direta ou indiretamente, relação com o escoamento da produção agrícola, em especial ao transporte do trigo e soja; Dar acesso de 1ª classe, em consonância com o programa federal, aos portos principais; Implantar e manter conexões de boa qualidade das regiões produtoras aos pólos regionais caracterizados por centros de embarque ferroviário, unidades de estocagem e portos fluviais;
- b - Completar a malha de estradas do Rio Grande do Sul de modo a:
- Construir ligações integrando a rede estadual com a federal,
 - Complementar a rede federal, implantando rodovias em áreas não servidas por aquela.

- REALIZAÇÕES

O DAER obteve, em 1972, o seguinte resultado:

- Implantação de 238 km de estradas, com um volume aproximado de 12.400.000 m³ de terraplenagem;
- Pavimentação asfáltica de 126 km;
- Construção de 23 pontes e viadutos, numa extensão total de 1.615 m;
- Conservação permanente de 9.639 km de estradas.

- Principais Obras de Implantação Concluídas, com Início em Anos Anteriores

RS/25	- Tamandaré - Farroupilha	18,10 km
RS/46	- Maçambará - Itaqui	39,10 km
RS/22	- Acesso ao Caracol	8,00 km



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/4

- Principais Obras de Pavimentação Concluídas, com Início em Anos Anteriores

RS/3	- Montenegro - Mariante	(2º estágio de pavimentação)	
RS/3	- Camobi - Cerro Chato		5,30 km
RS/4	- São Sebastião do Caí - Farroupilha		44,30 km
RS/7	- Contorno de Santa Cruz do Sul		4,85 km
RS/84	- Tapes - BR/116		15,30 km
RS/94	- Contorno de Passo Fundo		6,40 km

- Principais Trechos que Continuam em Obras em 1973

1º - Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores a 1972

- Implantação

RS/1	- Palmares - São José do Norte		275,00 km
RS/2	- Rio das Antas - Boca da Serra		11,10 km
RS/10	- Três de Maio - Ijuí		76,10 km
RS/18	- Sapucaia do Sul - Gravataí		20,00 km
RS/42	- Ibirubá - Tapera - BR/386		50,00 km
RS/76	- Cachoeira do Sul - Rincão dos Cabrais		33,00 km
RS/86	- Piratini - BR/293		30,00 km
RS/105	- São Jerônimo - Charqueadas - BR/290		23,84 km

- Implantação e Pavimentação

RS/1	- Estiva - Capivari		25,00 km
RS/3	- Mariante - Santa Cruz do Sul		50,00 km
RS/7	- Passo Fundo - Getúlio Vargas		43,00 km
RS/10	- Cruz Alta - Ijuí		45,20 km
RS/11/38	- Muçuna - Cruzeiro do Sul		48,00 km
RS/15	- Santa Rosa - Santo Ângelo		58,70 km
RS/62	- Santa Maria - São Sepé		56,00 km

2º - Obras Iniciadas em 1972

- Implantação

RS/19	- Sapiranga - BR/116		11,32 km
RS/23	- Canela - São Francisco de Paula		33,00 km
RS/56	- Rosário do Sul - Cacequi		44,00 km
RS/103	- Rincão dos Kroeff - Barra do Ouro		11,80 km
RS/SN	- São Jerônimo - Arroio dos Ratos - BR/290		19,20 km

- Implantação e Pavimentação

RS/3/8/97	- Santa Maria-São Vicente-Jaguari-Santiago		151,30 km
RS/8	- Contorno de Pelotas		7,16 km
RS/8/62	- Canguçu - São Sepé		177,80 km
RS/10	- Independência - Horizontina (Pavimentação econômica)		28,00 km
RS/16	- Capivari - Entroncamento RS/110		21,40 km



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/5

RS/45/99 - Veranópolis - Nova Araçá 38,30 km

- Pavimentação

RS/19 - Sapiranga - Tequara 23,20 km

RS/26/99 - São Vendelino - Adolorata 43,50 km

- Pontes Principais Prontas em 1972

- Rio das Antas - 340 m

- Arroio Forqueta - 150 m

- Rio Itu - 182 m

- Obras de Arte Especiais que Continuam em Execução

Estão em execução 20 obras de arte especiais que somam uma extensão total de 2.432 m. Ressaltam as seguintes:

- Rio Jacuí - 330 m

- Arroio Chuí - 103 m

- Arroio dos Ratos - 381 m

- Rio Camaquã - 273 m

- Rio Uruguai - 574 m (Goio-En)

- Estudos Realizados

Foi concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica do trecho RS/25 - Tamandaré - Tainhas - BR/101.

- PERSPECTIVAS PARA OS ANOS SEGUINTE

Além da continuação das obras em execução, estão programadas as seguintes principais:

- Implantação

RS/27/95 - Muçum - Guaporé - Casca 91,00 km

RS/28 - Flores da Cunha - Antônio Prado 35,00 km

- Pavimentação

RS/3 - Santa Cruz do Sul - Cerro Chato (Programa BIRD) 80,00 km

RS/4 - Rincão do Cascalho - São Sebastião do Caí (Recapeamento) 16,00 km

RS/5 - Rincão do Cascalho - Montenegro (Recapeamento) 21,00 km

RS/11 - Cruzeiro do Sul - Venâncio Aires 30,00 km

RS/12 - Santa Rosa - Sarandi (Programa BIRD) 188,00 km

RS/15 - Santa Rosa - Porto Mauã 54,00 km

RS/18 - Sapucaia do Sul - Gravataí 21,00 km

RS/19 - Tequara - Rolante - BR/101 (Programa BIRD) 100,00 km



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/6

RS/20	- Taquara - Gramado	41,00 km
RS/25	- Tamandaré - Caxias do Sul - Tainhas - BR/101 (Rota do Sol)	184,00 km
	Inclui-se neste eixo o recapeamento do tre- cho Caxias do Sul - Farroupilha e a constru- ção do contorno de Caxias do Sul.	
RS/28	- Caxias do Sul - Flores da Cunha	16,41 km
RS/42	- Cruz Alta - Ibirubã - BR/386	100,00 km
RS/46/49/55	- Santiago - São Borja	145,00 km
RS/50	- Ijuí - Três Passos (Programa BIRD)	125,00 km
RS/80	- Chuí - Barra do Chuí	10,00 km
RS/105	- São Jerônimo - Charqueadas - BR/290	23,84 km
Acesso ao Porto Novo de Rio Grande		

- Estudos e Projetos

Terão início, em 1973, os seguintes estudos e projetos:

- Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica

- RS/3 - Cerro Chato - Santa Cruz do Sul
- RS/19 - Taquara - Rolante - BR/101
- RS/25/39 - Lageado - Corvo - Garibaldi

- Projetos de Engenharia Final

- RS/12 - Santa Rosa - Sarandi
- RS/50 - Ijuí - Três Passos

- SÍNTESE DAS ATIVIDADES - 1972

- Implantação	-	238 km
- Pavimentação	-	126 km
- Obras de Arte	-	1.615 m
- Conservação de Estradas	-	9.639 km

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

II - Diretor Geral: Engenheiro SÉRGIO DA COSTA MATTE

III - Sede: Avenida Mauá, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- POLÍTICA DO DEPRC

Integrado na política de transportes dos governos estadual e fe-



deral, o DEPRC deu continuidade, no ano de 1972, ao plano de ação desencadeado em 1971, visando ao desenvolvimento acelerado do sistema hidro-portuário gaúcho, de forma a adequá-lo ao nível reclamado pelo atual estágio de desenvolvimento do Estado e do País e, particularmente, de maneira a torná-lo apto para atender às necessidades mais urgentes geradas pelos programas dos "Corredores de Transporte" e dos "Corredores de Exportação".

Em decorrência, foram mantidas e incrementadas as metas prioritárias da atual administração, consubstanciadas na melhoria das vias navegáveis e das instalações portuárias do Estado, na racionalização e planejamento técnico-econômico das atividades da Autarquia, na elevação da taxa de produtividade dos seus serviços e na participação da empresa privada nas operações portuárias, através da implantação de instalações próprias.

- REALIZAÇÕES

- Administrativas e Diversas

- Assinatura de Convênios com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) para dragagens dos canais de acesso e bacias de evolução dos portos organizados do Estado e dos rios Jacuí e Taquari, num total de Cr\$ 18.500.000,00;
- Participação das atividades relacionadas com os Corredores de Exportação do Estado, com as obras de emergência contratadas pelo DNPVN com empresários japoneses (Rio Grande) e com o Plano de Expansão desse porto, em execução pelo consórcio LASA-SGTE;
- Participação das atividades relacionadas com a futura construção do Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário do Rio Taquari.

- Obras

- Em Rio Grande, com recursos próprios, foram concluídas as obras de instalação de dois novos elevadores e de recuperação das câmaras térreas, no Frigorífico "João Mascarenhas", dispendendo-se Cr\$ 450.000,00; foi iniciada a recuperação das duas câmaras de 500 t do Frigorífico "B-1" (Cr\$ 136.000,00) e construída uma nova subestação de energia elétrica (Cr\$ 39.000,00) no Porto Novo; continuaram as obras da ponte rodo-ferroviária sobre o Saco da Mangueira, investindo-se, no exercício, Cr\$ 3.000.000,00.
Com recursos federais - Fundo de Melhoramento dos Portos (FMP) - foram executados 10.320 m² de pavimentações, 1.042 m de linhas férreas para trens e 558 para guindastes, com investimento de Cr\$ 533.000,00; foram iniciadas as obras de ampliação do armazém C-1 (Cr\$ 225.000,00) e das instalações para granéis sólidos do A-2 (Cr\$ 257.000,00);
- Em Porto Alegre, com recursos próprios, foi construída a nova entrada de energia elétrica para o Edifício-Sede do DEPRC (Cr\$ 139.000,00) e remodeladas as instalações da Administração de Vias Fluviais (AVF) - Cr\$ 50.000,00.
Com recursos do FMP, foram concluídas as obras do armazém E-1 (Cr\$ 700.000,00) e de recuperação das câmaras do 4º andar do frigorífico (Cr\$ 150.000,00); continuaram em execução as obras da nova Garage e Oficinas (Cr\$ 1.000.000,00) e de pavimentação de áreas portuárias (14.000 m²), com renovação parcial de linhas férreas (Cr\$ 760.000,00).



Em Pelotas, com recursos próprios, foi iniciada a remodelação integral dos escritórios do Serviço de Dragagem e da Administração do Porto (Cr\$ 250.000,00).

- Aquisições

Com recursos próprios, foi concluído o processo de aquisição de duas dragas de sucção e recalque GIANT-2.300, da IHC - Holanda, com financiamento externo avalizado pelo Banco do Estado, num total de Cr\$ 10.000.000,00.

Efetuuou-se a compra da gleba de terra de 1.461,4 ha para expansão do porto de Rio Grande e implantação do complexo portuário-industrial, pelo valor de Cr\$ 2.234.500,00. Foi adquirida, também, uma nova central telefônica para Porto Alegre (Cr\$ 351.000,00), treze veículos (Cr\$ 305.000,00) para os diversos setores da Autarquia, dispendendo-se, ainda, cerca de Cr\$ 3.150.000,00, na aquisição de máquinas, instrumentos e equipamentos diversos.

- Dragagem e Balizamento

Em 1972, foram dragados 1.026.862 m³ pela Administração de Serviços Delegados (ASD), nos canais de acesso aos portos e bacia do porto de Rio Grande, e 162.262 m³, mais 16.018 m³ de derrocamento, pela AVF, nos rios Jacuí, Taquari e Guaíba. O investimento, num total de Cr\$ 4.800.000,00, contou com a participação de verba federal (Convênios DNPVN-DEPRC), num montante de Cr\$ 2.700.000,00.

Cumpré ressaltar, neste tópico, que os serviços de dragagem foram altamente prejudicados, de modo particular nos rios Taquari e Jacuí, pela excepcional precipitação pluviométrica registrada em 1972.

Os serviços de balizamento consumiram Cr\$ 250.000,00 de investimentos próprios, na ampliação e manutenção da rede de sinalização.

- Movimento Portuário

Os portos organizados do Estado movimentaram, em 1972, 9.054.437 t, cabendo 4.651.746 ao de Porto Alegre, 3.946.876 ao de Rio Grande e 455.815 t ao de Pelotas.

Tais valores correspondem a novos recordes absolutos e representam um acréscimo global de 12,8% sobre o movimento geral de 1971.

Em consequência, a taxa de produtividade subiu de 2.159, em 1971, para 2.563 toneladas/ano por servidor, em 1972, e isto sempre sem computar as outras atividades do DEPRC (dragagem, balizamento etc.).

- PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

De acordo com as metas e programas do Governo, pode ser prevista para os anos de 1973 e 1974 a conclusão das obras e serviços ora em execução nos rios Jacuí e Taquari (barragens de Bom Retiro e Amarópolis - a cargo do DNPVN, dragagem e derrocamento, balizamento etc.) e que possibilitarão uma ampliação da rede navegável do Estado em cerca de 500 km, bem como uma considerável melhoria das instalações portuárias de forma a su-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/9

portarem, técnica e economicamente, um movimento portuário da ordem de 12.000.000 de toneladas, para o qual será decisiva a conclusão do Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário do Rio Taquari (1974/1975) e a implantação de similar no Rio Jacuí (1975/1976).

Nessa época (1975/1976), estará sendo concluída a primeira fase da expansão do porto de Rio Grande.

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AEROMARÍTIMO DO ESTADO (DAE)

II - Diretor-Geral: Coronel Aviador CARLOS DUARTE NETO

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1184, 6º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- REALIZAÇÕES

O número de aeroportos atendidos pelo DAE, em 1972, alcançou a 22, num total investido de Cr\$ 1.800.000,00.

Pelo montante dos recursos aplicados, destacam-se os seguintes aeroportos:

- Bagé - Ampliação do hangar (30 m²), ligação telefônica e ligação elétrica da nova estação de passageiros.
- Recursos aplicados - Cr\$ 34.000,00.
- Caxias do Sul - Pavimentação asfáltica do primeiro trecho da pista (4.500 m²).
- Recursos aplicados - Cr\$ 155.000,00.
- Nonoai - Conclusão da terraplenagem da pista de pouso (250.000 m³) e ensaibramento (65.000 m³).
- Recursos aplicados - Cr\$ 235.000,00.
- Novo Hamburgo - Terraplenagem da faixa de pouso (60.000 m³).
- Recursos aplicados - Cr\$ 245.000,00.
- Passo Fundo - Mobiliário da nova estação de passageiros e urbanização.
- Recursos aplicados - Cr\$ 220.000,00.
- Rio Pardo - Melhoramentos na pista de pouso, hangar e sala de tráfego; ensaibramento num total de 10.000 m³.
- Recursos aplicados - Cr\$ 50.000,00.
- Salgado Filho - Melhoramentos na sala de autoridades, do hangar, construção do depósito de combustíveis e banco de provas. Recuperação da via de acesso aos hangares com pavimentação asfáltica da mesma (6.000 m²).
- Recursos aplicados - Cr\$ 171.000,00.



8/10

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- Santa Cruz do Sul - Ensaibramento da pista de pouso, pátio de estacionamento e acesso ao pátio (3.000 m³); terraplenagem (4.000 m³).
 - Recursos aplicados - Cr\$ 93.900,00.
- Santa Vitória do Palmar - Cercamento da área, limpeza dos drenos, ensaibramento e compactação da pista (2.000 m³).
 - Recursos aplicados - Cr\$ 27.000,00.
- Santo Ângelo - Conservação da estrada de acesso, construção de um hangar, conclusão da urbanização.
 - Recursos aplicados - Cr\$ 218.000,00.

Além destas obras, realizaram-se outros serviços de menor expressão que totalizaram Cr\$ 362.000,00.

- PERSPECTIVAS PARA OS ANOS SEGUINTE

O DAE tem como metas prioritárias serviços de pavimentação, terraplenagem e urbanização em diversos aeroportos, tais como:

- Terraplenagem

- Frederico Westphalen - conclusão da pista de pouso e pátio de estacionamento;
- Rio Grande - pista de pouso e pátio de estacionamento;
- Estrela - terraplenagem para construção do novo aeroporto;
- Canela - terraplenagem para aumento da pista de pouso.

- Pavimentação

- Santo Ângelo - estrada de acesso;
- Passo Fundo - estrada de acesso;
- Caxias do Sul - pista de pouso.

Paralelamente, serão executadas obras de urbanização, conservação e construção em toda a rede aeroportuária do Estado.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

II - Diretor-Presidente: *Engenheiro Agrônomo FERNANDO NUNES SOARES*

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1184, 6º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- POLÍTICA DA CESA

A ampliação da capacidade estática da rede de silos e armazéns de forma a atender, em condições técnicas recomendáveis, uma parcela significativa da produ-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/11

ção, está apoiada nas seguintes diretrizes:

- a - Aumento da capacidade das unidades estrategicamente situadas no interior do Estado, em função dos fatores sócio-econômicos, convergência da produção e transporte rodo-ferroviário ou mesmo hidroviário. Nestes pólos estão sendo implantadas grandes unidades, com alta velocidade de movimentação, visando aos fluxos de escoamento;
- b - Aumento da operacionalidade nos portos, através de unidades terminais que possibilitam grande capacidade de estocagem e alta cadência operacional, tendente a regular o fluxo de transporte quer interno como externo;
- c - Construção de graneleiros conjugados a silos elevadores, capazes de aumentar, sensivelmente, a capacidade de armazenamento nas zonas de produção. Adequação e instalações complementares;
- d - Diversificação das atividades da Companhia, visando à conservação de outros produtos perecíveis (frutas, bulbos e tubérculos), através de construção de unidades frigoríficas-piloto. Estudos encontram-se em fase adiantada.

- REALIZAÇÕES

A CESA apresentou o seguinte elenco de obras e melhorias:

- Obras Concluídas

- Graneleiro de Nova Prata (5.000 t estáticas).
Custo Cr\$ 1.670.000,00;
- Granelização do armazém de Júlio de Castilhos, instalação de conjunto secagem e limpeza de grãos e obras diversas (aumento de utilização em 80%). Instalação conjunto secagem e limpeza nos silos de Carazinho, São Gabriel e armazém de Ibaré.
Custo Cr\$ 450.000,00;
- Substituição de balança pesa-veículos por balança pesa-jamanta p/60 t, no silo de Santa Bárbara. Construção de escritório para administração e diversas melhorias na mesma unidade.
Custo Cr\$ 700.000,00;
- Conservação geral da rede, pinturas, impermeabilização, manutenção do equipamento etc.
Custo Cr\$ 500.000,00.

- Obras em Andamento Final

- Ampliação do silo de Cruz Alta (conclusão maio/1973) - 35.000 t.
Custo previsto Cr\$ 10.880.000,00;
- Ampliação do silo de Rio Grande (conclusão maio/1973) - 35.000 t.
Custo previsto Cr\$ 11.900.000,00;
- Graneleiro conjugado ao silo Santa Rosa (conclusão fevereiro/1973) - 30.000 t.
Custo previsto Cr\$ 2.800.000,00;
- Graneleiro conjugado ao silo de Bagé (conclusão abril/1973) - 15.000 t.
Custo previsto Cr\$ 2.000.000,00;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/12

- Graneleiro conjugado no silo de Cachoeira do Sul (conclusão abril/1973) -
- 20.000 t.
Custo previsto Cr\$ 2.700.000,00;
- Edifício-Sede (Praia de Belas - Porto Alegre) (conclusão maio/1973).
Custo previsto Cr\$ 3.560.000,00.

- Obras e Projetos Iniciados

- Construção silo de São Luiz Gonzaga (conclusão março/1974) - 40.000 t.
Custo previsto Cr\$ 9.500.000,00;
- Fechamento da Doca nº 6 (Cais de Porto Alegre), onde será construído novo si-
lo - Conclusão junho/1973.
Custo previsto Cr\$ 1.950.000,00;
- Construção de dois pontões flutuantes para sustentação de torres pneumáticas
para transbordo de navios (porto de Rio Grande).
Custo previsto Cr\$ 9.000.000,00;
- Construção graneleiro de São Gabriel (conclusão julho/1973) - 10.000 t.
Custo previsto Cr\$ 1.400.000,00;
- Construção 1ª etapa Conjunto Operacional de Estrela - 20.000 t.
Custo previsto Cr\$ 10.000.000,00;
- Projeto do silo portuário de Porto Alegre (ao lado do atual) - 60.000 t;
- Ampliação e granelização do armazém de Bom Pedrito (conclusão outubro/1973)
- 5.000 t;
Custo Previsto Cr\$ 1.000,00

- PERSPECTIVAS PARA OS ANOS SEGUINTES (Início de Obras)

Complementando o programa de empreendimentos:

- Construção novo silo de Porto Alegre 60.000 t
Custo previsto - Cr\$ 22.500.000,00;
- Construção armazém graneleiro de Camaquã 20.000 t
Custo previsto - Cr\$ 3.000.000,00;
- Ampliação silo de Santo Ângelo 10.000 t
Custo previsto - Cr\$ 2.700.000,00;
- Ampliação silo de Ibirubá 10.000 t
Custo previsto - Cr\$ 2.700.000,00;
- Ampliação silo de Palmeira das Missões 10.000 t
Custo previsto - Cr\$ 2.700.000,00;
- Ampliação silo de Carazinho 30.000 t
Custo previsto - Cr\$ 13.700.000,00;
- Construção 2ª etapa Conjunto Operacional de Estrela 40.000 t
Custo previsto - Cr\$ 20.000.000,00;
- Projeto do novo silo portuário de Rio Grande 100.000 t
4ª Seção da Barra (Superporto)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/13

I - ÓRGÃO: COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

II - Diretor-Presidente: Contador GLOVIS TARTAROTTI

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 1555, 17º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O Estado, através da CINTEA, com participação dos municípios, desenvolve um projeto de estradas alimentadoras.

Os recursos provêm:

a - Governo do Estado - 40%;

b - BNDE - 60% (pago pelos municípios num prazo de 10 anos).

- RESULTADOS ATÉ 31/12/1972

		(acumulado)
- Implantação Concluída	146,2 Km	333,0 km
- Revestimento Concluído	146,2 Km	318,0 km
- Obras de Arte Concluídas	11 c/283,0 m)	43 c/720 ml
- Total dos Investimentos	Cr\$ 6.485.291	Cr\$16.305.405,-

Estão ainda em execução 7 km de implantação e 95 m de pontes.

Em 1972, como estradas prontas, são relacionadas as que se seguem: Pinheirinho-B. Zeferino, (EN-469); Jacarezinho Divisa Encantado/Nova Brésia, (EN-484); Divisa Erechim/Severiano de Almeida-Divisa Severiano de Almeida/Mariano Moro, (SA-25); Divisa Guaíba/Barra do Ribeiro-Barra do Ribeiro (BA-10); Cerro Grande Arroio da Toca, (TP-560); MN-175-Divisa Montenegro/Triunfo, (MN-115); Barão Velho-SS-450, (SS-430); Divisa Cândido Godói/Campina das Missões-Campina das Missões, (CM-20); Rio Comandã-Campina das Missões, (CM-750); Cândido Godói-Divisa Cândido Godói/Campina das Missões, (CG-20); São Paulo das Missões-Rio Comandã, (SP-750); BR-116-Raia do Ipê, (TP-580); Tapes-Divisa Camaquã/Tapes, (TP-101).

- PERSPECTIVAS

1973 - 300 km de estradas
500 m de pontes
Valor do investimento: Cr\$ 22.350.000,00

1974 - 277 km de estradas
450 m de pontes
Valor do investimento: Cr\$ 23.610.000,00

1975 - 227 km de estradas
379 m de pontes
Valor do investimento: Cr\$ 24.610.000,00

Triênio - 804 km de estradas
1329 m de pontes
Valor total do investimento: Cr\$ 70.570.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria
do trabalho e ação social





I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)

II - SECRETÁRIO: Deputado NELSON MARCHEZAN

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1184, 5ª andar

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS: - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)
- FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)
- FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA (FSRA)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

- PROGRAMAS DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

- Registro de 2.360 entidades nos termos da Lei nº 6.331/71;
- Elaboração dos projetos de estruturação e início de implantação das Unidades de Planejamento, Equipe de Documentação e Informação e Equipe de Organização e Métodos;
- Elaboração do Manual de Instruções para o trabalhador;
- Coordenação de providências, visando a evitar o desemprego em Butiã, conseguindo-se protelação, por um ano, do fechamento das atividades das minas de carvão dessa localidade, com incentivo à industrialização da área;
- Levantamento e estudo de uma área em Butiã para oferecimento às indústrias, de aproximadamente 150 ha, já considerada de utilidade pública para fins de desapropriação.

- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR

- Assessoria na elaboração de processos para criação de 36 Associações Profissionais de Trabalhadores;
- Participação em 5 Congressos Nacionais de Trabalhadores - Brasília, Salvador, Recife (2), São Paulo;
- Participação no Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, em Curitiba;
- Assessoria e orientação técnica a Associações Profissionais, a Sindicatos e a sindicalizados;
- Colaboração no lançamento do Programa Nacional de Valorização do Trabalhador, no RS;
- Promoção e participação no IIº Torneio Esportivo Intersindical;
- Através do Núcleo de Colocação e Reemprego, foram visitadas 4.762 empresas da Capital e a elas encaminhados 3.097 candidatos a emprego.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/2

- PROGRAMA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

- Apoio a Entidades Assistenciais do Estado, mediante:
 - a - Celebração de 02 contratos de cooperação técnico-financeira a entidades que prestam amparo à velhice, garantindo 520 vagas à STAS, em um total de Cr\$ 297.300,00 de contribuições e auxílios.
 - b - Planejamento, organização, realização e avaliação de 3 Encontros Regionais de Entidades Assistenciais à Velhice (pólos em Porto Alegre, Santa Maria e Caxias do Sul) e do I Curso de dirigentes dessas Entidades.
- Incentivo a Movimentos Comunitários e programas de desenvolvimento de Comunidade, pelo:
 - a - Acompanhamento da implantação de Coordenadoria de Programas de Desenvolvimento Comunitário (CPDC) em Pelotas e Alegrete, como interveniente nos convênios da SUDESUL e Prefeituras;
 - b - Assessoria técnica às Associações de Municípios do Vale do Jaguari, da Grande Santa Rosa, da Zona da Produção e Encosta Superior do Nordeste, realizando entrevistas, reuniões, seminários municipais e um regional, abrangendo 68 municípios;
 - c - Desenvolvimento de programas de ação social e comunitária, através de Agências de Promoção Social do Bairro Cavalhada e adjacências e Vila Farrapos e adjacências.
- A Unidade de Serviço Social manteve entrosamento para realização de seu programa com a SUDESUL, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHU), Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO), Secretaria da Saúde (SS), Secretaria da Educação e Cultura (SEC), Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), Secretaria da Segurança Pública (SSP), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Conselho Estadual de Entidades Femininas, Cruz Vermelha Brasileira, FEBEM, Fundação Gaúcha de Trabalho (FGT), Universidade de Passo Fundo, Prefeituras Municipais, dentre outros, além das entidades sociais que formam o equipamento social e comunitário dos vários municípios.

- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO MENOR

As atividades desse programa foram executadas por cerca de 200 servidores da STAS, cedidos à FEBEM, com dotações dispendidas no total de Cr\$ 1.059.847,00.

- PERSPECTIVAS PARA 1973

São destacadas:

- A elaboração do projeto do Centro de Recreação e Oportunidades do Trabalhador, bem como o início das obras deste Centro, em área de 75 ha, situada em São Leopoldo (ao lado do Parque Zoológico);
- Fortalecimento das entidades que prestam assistência à velhice, através da ce-



lebração de contratos de cooperação técnico-financeira:

- Incentivos a movimentos e a entidades que executam planos de desenvolvimento comunitário;
- Desenvolvimento de ação social e comunitária, através de 2 agências na Capital;
- Planejamento e implantação da Central de Informação e Encaminhamento, na Capital.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR (FEBEM)

II - Presidente: Professor OLINDO ANJÔNIO TOALDO

III - Sede: Avenida Padre Cacique, 1.372, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A FEBEM desenvolveu, em 1972, suas atividades segundo o seu 1º Plano Anual de Trabalho (PAT/72), aprovado pelo seu Conselho Deliberativo e especificado no Orçamento-Programa. Como órgão responsável pela execução da política de bem-estar do menor, procurou incrementar suas ações na área preventiva, numa tentativa de, paulatinamente, reduzir a sobrecarga da assistência ao menor na área terapêutica, que exige internação e atendimento muito mais especializado e oneroso.

As atividades mais significativas da FEBEM, segundo os objetivos traçados e prioridades para 1972, foram:

- 1 - Elaboração do 1º Plano Anual de Trabalho e sua execução, quanto a um estudo diagnóstico da problemática do menor no Estado e da própria atuação da FEBEM; revisão do manual de orçamento-programa; análise da funcionabilidade do PAT/72 e do sistema de avaliação trimestral;
- 2 - Fortalecimento do equipamento social preventivo, existente nas comunidades, através de:
 - Celebração de 115 contratos de cooperação técnico-financeira com 91 instituições cadastradas da Capital e Interior visando, indiretamente, ao atendimento adequado de 2.363 menores, além de auxiliar obras de assistência generalizada (creches, centros de cuidados diversos), que atendem cerca de 20.000 menores;
 - Execução da fase preliminar do Plano de Prevenção da Marginalização, em Santa Maria, com a participação da Comunidade FEBEM-FUNABEM-UNICEF;
 - Implantação de 2 Centros de Recreação para 45 menores;
- 3 - Início da tipificação dos institutos próprios da FEBEM:
 - Elaboração de anteprojetos de regimentos internos dos 8 Institutos e do Manual de Atendimento Técnico;
 - Assistência direta a 1.996 menores, na sua rede de Institutos, com 800 va-



- gas para internação,
- Execução de reformas no Instituto Central de Menores,
 - Realização de 10 cursos de iniciação profissional a 236 menores internados e cursos de relações humanas para 102 servidores lotados na rede própria.
- 4 - Prosseguimento das obras do Centro de Recepção e Triagem e outras, em convênio com a FUNABEM, que participa com 2/3 dos recursos para investimentos, compreendendo:
- Conclusão das obras do bloco de observação masculino (para onde foram transferidos, temporariamente, as menores internadas no Instituto Santa Marta, fechado por determinação governamental),
 - Continuação das obras do bloco de contenção masculino, com término previsto para abril/1973,
 - Reelaboração dos projetos dos blocos de estudos e observação feminina (1.345 m²), para 65 menores,
 - Elaboração do projeto do Centro Educacional Feminino Ana Jobim, para 72 menores, obra de 2.491 m² (que substituirá o Instituto Santa Marta), a ser construído em Viamão, em áreas da Fundação Ana Jobim, cujo patrimônio foi doado, em 04/01/73, ao Estado para uso da FEBEM;
- 5 - Assistência psico-social e alimentar diária a 60 menores vendedores ambulantes (7 a 14 anos) em duas casas abertas durante o dia (OPTA - Organização do Pequeno Trabalhador Ambulante);
- 6 - Elaboração do anteprojeto do Centro de Juventude, para atendimento e encaminhamento de menores de 14 a 18 anos em trabalho integrado - STAS/FEBEM e entidades e órgãos da Capital.

- PERSPECTIVAS DA FEBEM PARA 1973

Para o ano de 1973, a FEBEM desenvolverá, além de suas atividades tradicionais, segundo seu Plano Anual de Trabalho e Orçamento-Programa, os seguintes principais projetos:

- Programa de Ação Educacional Preventiva

- Fortalecimento intensificado do equipamento social existente, pela celebração de 65 contratos com Instituições particulares;
- Implantação de 2 projetos de prevenção de marginalização do menor;
- Projeto e implantação de um Centro de Atendimento à Juventude, para orientar e encaminhar a ocupações, menores de 14 a 18 anos, na Capital.

- Programa de Ação Educacional Terapêutica

- Aumento da capacidade da rede própria da FEBEM, implantação progressiva do sistema de recepção e triagem e fortalecimento da rede particular, através de:
 - a - Conclusão e estruturação da 1.^a parte do Centro de Recepção e Triagem (CRT);
 - b - Início das obras da 2.^a parte do CRT (blocos femininos);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/5

- c - Construção do Centro Educacional Feminino Ana Jobim;
- d - Restauração dos Institutos Próprios da FEBEM.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)

II - Presidente: Bacharel JOSÉ ALEXANDRE ZACHIA

III - Sede: Rua dos Andradas, 1.234, 13º andar Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- Administração Imobiliária

Além das atividades relativas à edificação de novos conjuntos, a COHAB/RS administrou as 9.435 unidades já concluídas, atingindo 176 conjuntos em 144 municípios, sendo também a administradora de mais 541 unidades construídas pela antiga Secretaria de Obras Públicas (SOP).

- Administração Securitária

A obrigatoriedade do Seguro Habitacional faz com que a COHAB/RS administre a cobrança de prêmios de todos seus mutuários, orientando e encaminhando os processos relacionados com o seguro à Seguradora Líder da 8ª Região.

- Banco Nacional de Habitação

Cumpriu, rigorosamente em dia, os retornos relativos às amortizações dos financiamentos concedidos pelo BNH, que atingiram o montante de Cr\$ 4.222.548,75, incluindo juros e correções.

- Restauração

Elaborou os projetos de restauração e remodelações de obras de infra-estrutura dos Conjuntos Residenciais da Vila Farrapos (Capital), Gravataí e Sapucaia do Sul, encaminhados às respectivas Prefeituras para aprovação.

- 1970 Casas Para Porto Alegre

Elaboração dos projetos de infra-estrutura e edificações dos Conjuntos Residenciais Arthur da Costa e Silva (Av. Baltazar de Oliveira Garcia).

- Novos Conjuntos

Conclusão das obras de infra-estrutura e repasse de financiamentos às Prefeituras Municipais, dos Conjuntos Residenciais de Pelotas, Camaquã, Caçapava do Sul. Iniciadas, também, as obras dos Projetos Cachoeirinha e Erexim.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/6

- Início de Construção

Início da construção de Unidades habitacionais, sob a fiscalização da COHAB, dos Conjuntos Residenciais de Pelotas - 1ª fase (400 unidades habitacionais), Caçapava do Sul (56), Camaquã - 1ª fase (40).

- Casas em Terreno Próprio

Lançamento do plano da construção de casas em terrenos próprios.

- Fiscalização da COHAB

Supervisão e fiscalização das licitações e execução das obras de infra-estrutura, construções de novas unidades habitacionais confiadas a firmas empreiteiras.

- PERSPECTIVAS DE OBRAS DA COHAB/RS PARA 1973

Em 1973, a COHAB/RS prevê a conclusão de 922 unidades residenciais e início da construção de 3.230 casas e 500 apartamentos, cujo investimento total atingirá a 910.074 UPC (cerca de Cr\$ 65.000.000,00), além do início de construções de casas em terrenos próprios, em número a ser ainda determinado. O Estado deverá participar com 10,5% do total a ser investido, tendo destinado recursos de Cr\$ 3.562.000,00 para 1973.

Ainda em 1973, a COHAB/RS elaborará o seu 1º projeto integrado de habitações/equipamento comunitário, segundo o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAB), em estudos.

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

II - Presidente: *Professor JORGE ALBERTO FURTADO*

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 340 - 19 andar

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Em 1972, a FGT realizou 1.932 cursos de formação cultural e qualificação de mão-de-obra a 24.639 trabalhadores, de 100 municípios.

As despesas com coordenadores e instrutores dos cursos, bolsas de Cr\$ 0,60 a hora/aula para os trabalhadores, materiais e serviços diversos para o treinamento de mão-de-obra foram cobertas com recursos oriundos dos 5 convênios celebrados com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) - cerca de Cr\$ 4.000.000,00 - e os demais cursos de formação cultural e domésticos, bem como a manutenção da FGT, com os recursos do Estado (cerca de Cr\$ 550.000,00 da STAS).



Cursos executados pela FGT:

- Em convênio com a STAS - 111 cursos,
- Em convênio com o MTPS - 1.821 cursos.

- PERSPECTIVAS DAS ATIVIDADES DA FGT

Em 1973, a FGT, além de realizar os saldos de cursos dos Convênios vigentes, programou celebrar um novo convênio com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, convênios com a Secretaria do Trabalho e Ação Social e CEPI, através dos quais prevê a realização de cerca de 2.700 cursos de qualificação de mão-de-obra e formação cultural de trabalhadores, que poderão beneficiar, aproximadamente, 40.000 pessoas de 150 municípios.

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA (FSRA)

II - Presidente: Professor Doutor *IRNANI COELHO*

III - Sede: Rua dos Andradas, 1.234, 11º andar, conjunto 1.104, Porto Alegre

IV SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A FSRA deixou de auferir rendas em 1972 pela distribuição de bilhetes de loteria do Estado, não só pela retração nas vendas, mas por ter o Departamento de loteria assumido a comercialização das emissões semanais, a partir de julho/72.

Contudo, através da dotação de Cr\$ 1.827.037,00, concedida pelo Estado, foi possível a distribuição de auxílios de Cr\$ 1.500.000,00 a 77 instituições.

Para 1973, está prevista a transferência de Cr\$ 1.600.000,00 da STAS, para que o referido órgão continue a auxiliar as instituições de assistência social.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**secretaria do desenvolvimento
regional e obras públicas**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/1

I - ORGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

II - SECRETÁRIO: Engenheiro JORGE ENGLERT

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1044, 5º andar

IV - ÓRGÃO VINCULADO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

Através dos órgãos técnicos, tiveram continuidade os programas de desenvolvimento e de projetos e execução de obras.

- PROGRAMAÇÃO DE OBRAS

No tocante a obras novas, merecem destaque especial os projetos e início de implantação das obras do Centro Administrativo do Estado. Pelos técnicos da SDO foram realizados os projetos arquitetônicos dos blocos das Secretarias, com 32 pavimentos, da Plataforma Central e do Palácio de Despachos, totalizando área de 122.000 m². Com firmas especializadas do Rio Grande do Sul foram contratados os projetos: estrutural, de instalações complementares e de ar condicionado, dos blocos das Secretarias e Plataforma, no valor global de Cr\$ 1.200.000,00.

Em 26 de dezembro de 1972, tiveram início as obras das fundações, cujo contrato ascende a um total de Cr\$ 3.500.000,00, com prazo de conclusão de 180 dias.

Os prédios escolares e Delegacias de Ensino, somados aos de outros setores da administração, propiciaram a abertura de um total de 175 licitações no correr do ano. Assume significativa importância a conservação e manutenção de prédios públicos. No geral - obras novas, ampliações, conservação e manutenção - foi atingido um total de 1.030 prédios, em todo o Estado. Desse total, são os seguintes os números, apenas em obras novas:

- Projetos

- Arquitetônicos	53
- Instalações complementares	104
- Estruturais	40
T o t a l	197

Custo Total Apropriado Cr\$ 4.270.000,00

- Obras Novas

- Concluídas	85
- Em andamento	26
T o t a l	111



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/2

Foi realizado, igualmente, completo levantamento da situação dos imóveis do Estado, visando a implantar um programa de manutenção, de forma sistemática e contínua. Esse levantamento ensejou a transferência dos recursos específicos de diversas Secretarias para a SDO, com todas as vantagens decorrentes e proporcionadas por sua concentração em um órgão especializado. Colaboraram para o êxito dessas atividades as diversas comissões mistas formadas por técnicos da SDO e de outras Secretarias.

RECURSOS TRANSFERIDOS - ESTADO

S E C R E T A R I A S	VALOR - Cr\$	PERCENTUAL COMPROMETIMENTO
Administração	2.300.000,00	92,7
Educação e Cultura	4.966.030,00	97,6
Fazenda	23.750,00	100,0
Interior e Justiça	2.254.193,52	92,8
Saúde	1.548.510,00	95,9
Segurança Pública	1.070.000,00	99,7

Foram fiscalizadas 396 obras, em execução através de convênios com Prefeituras e Entidades Particulares.

- DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A programação regional e urbana compreende três áreas de atuação: pesquisa, elaboração ou promoção de planos e projetos e assistência técnica no que concerne ao planejamento regional e local.

Merecem ser destacadas as seguintes realizações em 1972:

- 1 - Organização de participação técnica no II Seminário sobre Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Rio Grande do Sul, realizado sob os auspícios da SDO, SUDESUL, UFRGS e SERFHAU, com o assessoramento especial da Organização dos Estados Americanos. Trabalhos apresentados pela SDO:
 - O Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul: descrição da experiência e avaliação dos resultados;
 - Proposta para uma Política de Desenvolvimento Regional do Estado.
- 2 - Organização do Sistema de Desenvolvimento Regional do Estado: os trabalhos, já iniciados, visam à elaboração de um esquema de organização e método de planejamento do desenvolvimento regional, de acordo com contrato firmado para assessoria técnica especializada.
- 3 - Projeto de Regionalização do Estado: trabalho de apoio técnico para a organização do Sistema de Desenvolvimento Regional. O projeto, em fase de conclusão, já realizou as etapas de análise das atuais estruturas territoriais e es-



pacial do sistema administrativo do Estado.

- 4 - Programa de Treinamento em Planejamento Urbano, realizado através de convênio com o Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal, destina-se a capacitar funcionários municipais no processo de análise e implantação de planos de desenvolvimento urbano. Foram atingidos 18 municípios do Estado e 5 de Santa Catarina e Paraná.
- 5 - Programa de Assistência Técnica Sistemática aos Municípios do Estado: em caráter permanente, cobriu a quase totalidade do território estadual. As Prefeituras e Associações de Municípios foram orientadas para obtenção e/ou elaboração de planos de desenvolvimento, bem como de documentação técnica para planejamento (cartas plani-altimétricas e cadastrais) e assessoradas na implantação física dos planos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ESPECIFICAÇÃO DO PROJETO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ETAPAS REALIZADAS
1. Organização do Sistema de Desenvolvimento Regional do Estado	Estado	Contratação de assessoria técnica para montagem do projeto
2. Regionalização.	Estado	Análise das estruturas territorial e espacial do sistema administrativo
3. Avaliação do processo de Planejamento Urbano	Estado	Montagem do Projeto
4. Planos de Diretrizes Urbanas	5	Concluídos
5. Projetos paisagísticos e de engenharia urbana	11	Concluídos
6. Elaboração de cartas topográficas	12	
7. Assistência técnica para planejamento	27	
8. Treinamento para servidores municipais	18	
9. Licenciamento e fiscalização de projetos de açudes	43	

- Parques Estaduais

Através da análise do comportamento das atividades desenvolvidas nos Parques Estaduais, tornou-se imperiosa sua transformação na Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 6.497, de 20 de dezembro de 1972. Isso permitirá alcançar os objetivos propostos, tanto nos setores de preservação florofaunística, de pesquisa, de intercâmbio cultural, bem como no setor de recreação e instrução pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/4

- Obras - Foram realizadas melhorias no valor total de Cr\$ 121.300,00.

- Visitação - Total de visitantes no ano:

- Adultos	191.961
- Escolares	279.345
T o t a l	471.306
- Veículos	42.511

Destaca-se a "Feira da Criança", que levou ao Parque, nos dias 29 e 30 de abril, cerca de 135.000 pessoas e 2.300 veículos.

- Animais - Foram registrados vários nascimentos, num total de 13 espécies e 46 animais, de difícil reprodução em cativeiro.

- Serviço de Atendimento Veterinário - No hospital do Zoo, lançado inicialmente em caráter experimental, hoje em plena expansão.

- Programação - Executado projeto de aproveitamento integral de toda área do parque, num total de 1.200 ha. Em fase de estudos encontram-se os projetos de infra-estrutura, compreendendo rede elétrica, hidráulica e de esgotos.

- Parque Safari - Ultimado anteprojeto do Safari, cujo parque se situará no Zoo. Terá tratamento paisagístico especial, dando aos animais selvagens *habitat* natural e condições adequadas aos visitantes.

- PLANEJAMENTO

Está voltada a área de planejamento da SDO para as atividades-fins e meios, abrangendo o todo. Destacando: reorganizou-se a SDO através do Decreto nº 22.174, de 20 de novembro de 1972, adequando-a aos princípios da modernização administrativa, e foram concluídos os estudos para a elaboração do regimento interno. Foram ultimados os projetos de criação da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, já aprovados pelo Poder Legislativo. Iniciados os trabalhos conjuntos com a Secretaria de Coordenação e Planejamento, relativos à montagem do Sistema de Desenvolvimento Regional, ocorrendo também a participação nos trabalhos de montagem do Sistema de Planejamento do Estado. São dignos de destaque, ainda, os seguintes projetos em andamento: Montagem da Central de Informações; Esquematização dos Recursos Financeiros de Contra-Partida (O.P.I. 73/75); Programação de Utilização de Censores Remotos no Rio Grande do Sul; Implantação de Programas de Assistência em Planejamento na área das Prefeituras Municipais do Estado; Projeto de aplicação de Energia Nuclear, em programas de desenvolvimento; Projeto visando a atualizar a regulamentação existente para licitações no Estado.

- PERSPECTIVAS PARA 1973 - 1974

Será dada continuidade e implementação à maioria dos projetos atualmente em andamento. A constituição da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), desta última principalmen-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/6

te, dimensionará de maneira inteiramente nova as atividades próprias ao desenvolvimento regional e à execução de obras e edificações no Estado. E a implantação do Sistema de Desenvolvimento Regional há de oferecer à SDO os instrumentos necessários à formulação adequada de uma política para o setor. A área de planejamento estará voltada para o estudo dos problemas supervenientes à constituição dos dois órgãos de administração indireta, alguns de repercussão significativa, como a reorganização do quadro de pessoal.

- OUTRAS ATIVIDADES

Os órgãos administrativos, além das atividades de rotina, trabalharam na elaboração de convênios, contratos e na coordenação das atividades administrativas no Interior e Capital do Estado, onde se situam 27 Escritórios Locais.

Foram também realizados 58 Concorrências Públicas, 39 Tomadas de Preços e 78 Convites, totalizando 175 Licitações, com média de participantes superior a quatro.

Acresce dizer que foi intensa a participação da SDO em Congressos, Seminários, Simpósios, Estágios e Cursos, destacando-se o VIII Congresso Nacional de Municípios (Guarapari-ES), o IX Congresso Interamericano de Planificación (Bogotá-Colômbia) e XIV Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária (Assunção-Paraguai).

EXECUÇÃO FINANCEIRA.

G E R A L - (Capital + Custeio - Pessoal = Execução)

DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS - 72 Cr\$	COMPROMETIDO - 72 Cr\$	PERCENTUAL EXECUÇÃO
SDO - Orçamentários, Exceto Pessoal	18.193.075,73	14.431.398,73	79,3
Outras Secretarias (transferidos)	12.162.483,52	11.962.463,68	98,3
Federais	2.985.368,91	2.985.368,91	100,0
T O T A L	33.340.928,16	29.379.231,32	92,5



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/6

GASTOS/72 - PESSOAL

Pessoal em Atividade na SDO	Servidores 1.017
Recursos Orçamentários	Cr\$ 10.531.000,00
Despesa com Pessoal em Atividade	Cr\$ 7.148.637,23
Percentual Sobre Recurso Orçamentário	67,8

GERAL/72 - EXECUÇÃO E PESSOAL

Execução de Atividades	Cr\$ 29.379.231,32
Custo Proj.Execut./SDO	Cr\$ 4.270.000,00
Pessoal em Ativ./SDO	Cr\$ 7.148.637,23
Total Realizado	Cr\$ 40.797.868,55
% Pessoal s/Total	16,5

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 1972 (COM ALTERAÇÕES)

PROGRAMA	PROJETO	PROGRAMAÇÃO Cr\$	REALIZADOS/COM PROMETIDOS Cr\$	PERCENTUAL
I	Aquisição/equipamentos e materiais	100.000,00	100.000,00	100,0
II	Construções civis, subdividido em 22 subprojetos para diversos municípios	1.225.000,00	820.688,29	66,9
	Centro Administrativo do Estado	4.675.000,00	4.661.532,00	99,7
III	1. Desenvolvimento Regional: Subproj. 1: Lajeado-Estrela, entroncamento rodo-hidro-ferroviário	1.000.000,00	932.191,00	93,2
	Subproj. 2: Assist.téc./municípios	250.000,00	250.000,00	100,0
	2. Convênio GERM	200.000,00	200.000,00	100,0
IV	Recreação Pública	210.000,00	210.000,00	100,0
	TOTAL DAS DOTAÇÕES	7.660.000,00	7.174.411,29	94,2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/7

- PLANOS DE OBRAS PARA 1973

Os recursos programados são da ordem de Cr\$ 92.000.000,00, distribuídos em 194 localidades, com sistemas em operação ou a implantar, conforme segue:

- 128 sistemas com ampliações e melhorias;
- 66 sistemas a serem implantados.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAM)
- II - Diretor-Presidente: *Engenheiro TELMO JOSÉ BINS*
- III - Sede: Rua Caldas Júnior, 120, 17º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- Meta 1971/1974

Abastecer com água potável 80% da população urbana de todas as comunidades com mais de 1.000 habitantes, para o que deverão ser construídos 100 novos sistemas e ampliados os sistemas em operação. O valor do investimento no quadriênio será da ordem de Cr\$ 300.000.000,00.

- Realizações

- Administrativas - Contratos Novos: de concessão de exploração dos serviços de água e execução de obras, foram firmados com 27 Prefeituras.

- Financeiras - Ramais Domiciliares: utilizando o sistema de "Financiamento de Ramais", num total de Cr\$ 1.300.000,00, foram abastecidos de água potável 70 municípios, beneficiando mais de 27.000 pessoas.

- Recursos Recebidos: Cr\$ 25.600.000,00, assim discriminados:

- B.N.H.	Cr\$ 7.161.383,00
- Estado do RS	Cr\$ 12.828.800,00
- Prefeituras	Cr\$ 1.096.857,00
- Exterior	Cr\$ 4.526.624,00

- Recursos Investidos: Cr\$ 42.500.000,00, distribuídos como segue:

- Obras de Abastecimento:	
- De água	Cr\$ 34.520.019,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/8

- Obras de esgoto	Cr\$	743,174,00
- Estudos e projetos	Cr\$	4.921.077,00
- Diversos	Cr\$	2.281.481,00

- Recursos Captados: foram celebrados 4 novos contratos de financiamento com o B.N.H., a serem aplicados em obras de custo superior a Cr\$ 10.000.000,00, com benefícios a 66.000 habitantes em 22 municípios.

- Técnicas

- Obras: executadas no decurso do ano, alcançaram os seguintes números:
 - 18.066 m de linhas adutoras;
 - 10.900.000 l de reservação, distribuídos em 16 reservatórios já em utilização;
 - 9.200.000 l de reservação, distribuídos em 13 reservatórios em fase de acabamento;
 - 457.918 m de rede de distribuição de água;
 - 3.303 m de rede coletora de esgoto;
 - 38 poços perfurados;
 - 35 estudos hidrogeológicos.

- Industriais

- Localidades Abastecidas: cinco novas localidades receberam abastecimento público de água: Charqueadas, Horizontina, São Pedro do Sul, Serafina Correa e Vila Chuí.
- Novos Consumidores: 135.000 habitantes, representando aproximadamente 30.000 economias.
- Incremento da Produção: em diversas "Estações de Tratamento de Água" a produção foi aumentada em volume aproximado de 2.500 m³ por hora.



SINOPSE GERAL DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS
CORSAN 1970/1972

E S P E C I F I C A Ç Õ E S	1970			1971			1972		
	V A R I A Ç Õ E S			V A R I A Ç Õ E S			V A R I A Ç Õ E S		
	ABSOLUTO	REL.	ABSOLUTO	REL.	ABSOLUTO	REL.	ABSOLUTO	REL.	CÓDIGO
POPULAÇÃO ATENDIDA	1.055.497	100	1.166.994	110	* 1.307.450	124	AC		
LOCALIDADES ATENDIDAS	117	100	123	105	128	109	AC		
UNIDADES DE SANEAMENTO	114	100	120	105	125	109	AC		
- COM POÇOS E FONTES	40	100	43	107	45	112	AC		
- COM E.T.A.	59	100	61	103	63	107	AC		
- COM ÁGUA E.T.A. E ESGOTO	15	100	16	107	17	113	AC		
ADUTORA (m)	199.358	100	223.726	112	241.792	121	AC		
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (m)	2.855.168	100	3.254.081	114	3.711.999	130	AC		
ECONOMIAS ATENDIDAS	234.555	100	259.332	110	* 290.100	124	AC		
HIDRÔMETROS INSTALADOS	131.593	100	166.898	127	* 175.920	134	AC		
RESERVAÇÃO (m ³)	100.132	100	118.332	118	129.232	129	AC		
POPULAÇÃO SERVIDA COM REDE DE ESGOTO	114.399	100	121.045	106	125.663	110	AC		
ECONOMIAS SERVIDAS COM REDE DE ESGOTO	30.820	100	33.328	108	* 34.240	111	AC		
REDE DE ESGOTO (m)	292.694	100	296.069	101	299.392	102	AC		
INVESTIMENTOS (CR\$)	24.100.809	100	37.781.536	156	** 42.465.751	176	NC		
- OBRAS ÁGUA (CR\$)	16.140.674	100	21.660.642	134	34.580.019	213	NC		
- OBRAS ESGOTO (CR\$)	616.119	100	790.930	128	743.174	121	NC		
- OUTROS (CR\$)	3.301.820	100	5.424.957	164	2.281.481	69	NC		
- ESTUDOS E PROJETOS (CR\$)	4.042.196	100	9.905.007	245	4.921.077	122	NC		
VARIACÃO RETOQUE (CR\$)	3.960.507	100	(-) 1.324.932	-	* 2.612.236	-	-		
CAPITAL SOCIAL (CR\$)	150.000.000	100	180.000.000	120	220.000.000	147	AC		

CÓDIGO: - AC - VALORES ACUMULADOS
- NC - VALORES NÃO ACUMULADOS

* PROJEÇÃO: DEZEMBRO - FONTE BOLETIM ESTATÍSTICO

** PROJEÇÃO: NOV/DEZ + FONTE BALANÇETE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da saúde





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE (SS)

II - SECRETÁRIO: *Doutor JAIR DE OLIVEIRA SOARES*

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 308, 15º andar

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA

Possui a SS 278 unidades sanitárias em funcionamento. Estas unidades estão distribuídas em 15 Centros Executivos de Saúde e dão cobertura de assistência médica, odontológica e sanitária em geral a praticamente todo o Estado.

O volume de serviço pode ser aquilatado pelo número de doses de vacina aplicadas - 2.343.124, consultas odontológicas - 306.325 e consultas médicas - 1.430.130.

Os esforços dirigidos no sentido de dotar as unidades sanitárias de melhores condições de trabalho são avaliados ao observar-se que 56 postos de saúde receberam gabinetes odontológicos completos; e que mais de 40 unidades sanitárias foram equipadas com mobiliário de escritório e de consultório.

Está prevista, para o ano de 1973, a conclusão das obras de reforma e construção de vários prédios da SS, bem como o reequipamento das demais Unidades Sanitárias. Incrementar-se-á o atendimento médico-odontológico à população, através da utilização racional das horas de trabalho dos profissionais da área médica.

- INSTITUTO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS (IPB)

Os serviços de laboratório constituem-se nos elementos básicos dos serviços de saúde pública de uma região. É fácil compreender como o IPB está desempenhando um papel saliente no programa de atualização e melhoramento das diversas Unidades da SS.

Além dos seus serviços de rotina, merece que sejam destacados os seguintes eventos, que colocaram em evidência o IPB:

- A remessa de 4 milhões de doses de vacina antivariólica à Organização Mundial de Saúde, em Genebra, para atendimento de países da Europa e Ásia;
- A instalação de um laboratório para análises de amostras de ar;
- A instalação do novo laboratório para análises de alimentos;
- Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo o qual são reunidos, no prédio do IPB, os laboratórios de Virologia, do Instituto de Biociências da Universidade Federal e o próprio, do Instituto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/2

- Fornecimento de 20.000 doses mensais de vacina para outros Estados da Federação;
- Conclusão de pesquisa sobre a eficácia de um derivado Furânico na fase crônica da Doença de Chagas;
- O IPB continua recebendo jovens recém-egressos das Faculdades para estágio em seus serviços;
- A produção de vacinas alcançou a cifra de 17.625.688 doses.

- EQUIPE DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

A Equipe de Educação para a Saúde, orientada pelas linhas mestras dos programas prioritários da Secretaria, aplicou técnicas educativas através de processos tendentes a produzir mudanças de conduta, com respeito à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

As atividades foram desenvolvidas em três frentes de atuação:

- Programa de Saúde no Currículo Escolar

A Secretaria de Educação e Cultura e a SS firmaram um acordo para a elaboração definitiva dos conteúdos dos Programas.

Fruto deste acordo foram as reuniões periódicas e o 1º Encontro Estadual de Educação para a Saúde.

- Suporte aos Programas da Secretaria

A Equipe atua através dos meios de divulgação junto a, pelo menos, seis Programas da SS.

- Meios de Comunicação

Foram elaborados inúmeros trabalhos de comunicação em Saúde: Singularidade do Leite Humano, A Luta Antituberculose no Estado, Poluição, Sinopses dos Programas de Saúde posteriores a 1964 e outros.

A Equipe organizou uma Exposição de Painéis Fotográficos Expo-Saúde 72 - na Praça Montevideu e apresentou vários painéis na Festa da Uva, em Caxias do Sul.

- ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

A Escola de Saúde Pública desenvolveu suas atividades no treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar da SS, realizando cursos como o de Controle de Alimentos, de Racionalização de Atendimento Odontológico, Introdução à Administração e ao Planejamento, além de outros.



Foram realizados vários seminários e, ao mesmo tempo, a Escola procurou aperfeiçoar seu corpo docente.

Já está prevista, para o decorrer de 1973, a realização de vários cursos, estágios e seminários, bem como a realização de melhorias na área física da Escola.

- NÚCLEO DE TUBERCULOSE

A implantação do Programa de Controle da Tuberculose em mais três regiões sanitárias; a execução do Programa de Vacinação com o BCG intradérmico nas 1.^a e 4.^a regiões, onde foram vacinados 189.017 pessoas, atingindo um percentual de 84,7% da população alvo; o treinamento de pessoal na técnica padronizada do teste tuberculínico e de aplicação no BCG intradérmico permitem uma visualização do presente estágio da luta antituberculosa no Estado.

Para 1973, está prevista uma cobertura maior do Estado com BCG intradérmico e a extensão a mais quatro regiões do Programa de Controle da Tuberculose.

- SAÚDE MENTAL

Visando a fortalecer o sistema de atendimento às áreas preventivas e curativas de saúde e doença mental, foram instalados quatro ambulatórios em Porto Alegre, um na cidade de Novo Hamburgo e outro em Caxias do Sul. Os técnicos contratados em regime de CLT, entre os quais médicos, assistentes sociais, psicólogos e enfermeiras, foram em número de 14, formando 6 equipes psiquiátricas treinadas dentro dos princípios de psiquiatria comunitária. Na área da recuperação de pacientes, é citada a criação do Centro de Reabilitação de Doentes Mentais Crônicos, funcionando junto ao Hospital Colônia Itapóia.

Na área preventiva, os ambulatórios desenvolveram trabalho junto a escolas da comunidade, num alcance aproximado de 500 pessoas, direta e indiretamente.

Prevê-se a criação - como resultado do estudo da viabilidade de regionalização da assistência psiquiátrica - de Centros Comunitários de Saúde Mental nos municípios de Bagé, Santa Rosa, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, no ano de 1973.

No Hospital Psiquiátrico São Pedro, as ações desenvolvidas objetivaram fundamentalmente:

- Estabelecer um plano de recuperação e reestruturação do Hospital;
- Instalar uma unidade hospitalar e serviços gerais construídos no exercício anterior, bem como novos serviços. Saliente-se a criação de três hospitais-dia. Um deles com moderno prédio construído especialmente para esse fim;
- Prosseguir as obras de reformas e construções em andamento e iniciar outras prescritas pelo plano geral elaborado ou por necessidades inadiáveis;
- No ano de 1972, a SS aplicou no hospital a importância de Cr\$ 2.389.790,00, em obras novas, restauração em geral de áreas físicas e aquisição de material permanente e equipamentos.



- UNIDADE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (UVE)

A UVE foi responsável pelo estudo das características epidemiológicas das doenças e pelo conjunto de ações que visem à prevenção das moléstias.

O volume e qualidade de seu trabalho podem ser avaliados através dos seguintes dados:

- Notificação semanal de Varíola e Poliomielite
 - Total de Postos de Notificação existentes: 236
 - Regularidade da Notificação: 89%
- Investigações Epidemiológicas
 - Varíola
 - Notificações recebidas:
39 casos suspeitos de varíola foram notificados até 31.12.1972, em vinte municípios.
 - Resultados das Investigações:
Todos os casos notificados foram investigados. Nenhum caso de varíola foi confirmado clínica, epidemiológica ou laboratorialmente.
 - Poliomielite
 - Notificações recebidas:
77 casos suspeitos de poliomielite foram notificados até 31.12.1972 em 45 municípios.
 - Resultados das investigações:
Todos os casos foram investigados; 43 casos foram considerados, por evidência clínica, epidemiológica ou laboratorial, como poliomielite, distribuídos em 26 municípios. Houve 8 óbitos.
- Outras doenças

Foram realizadas, em caráter excepcional, investigações de surtos de meningite meningocócica, febre tifóide, rubéola e outras doenças, devido a circunstâncias especiais em que ocorreram.
- Difteria

Como parte do convênio com a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, foi estabelecido um programa de investigações epidemiológicas de casos de difteria na Capital do Estado.
- Vacinação contra a Poliomielite

Em 1972, foi realizada a vacinação em massa contra a poliomielite em todo o Estado. Os dados disponíveis até o momento estimam que a cobertura alcançada atingiu 75,7% em todo o Estado, sendo 83% no Interior.
- Vacinação controlada contra Sarampo

Com o objetivo de familiarizar o pessoal técnico auxiliar das Unidades Sanitárias com o emprego e com eventuais reações clínicas, foi realizado um programa limitado de vacinações contra o sarampo em Porto Alegre.
- Outras Atividades
 - Busca de casos de varíola;



- Vacinação de manutenção contra varíola;
- Estágio de doutorandos.

Basicamente, se prevê a expansão das atividades da Unidade, salientando-se:

- Formulação e execução de programas de:
 - Vacinação contra o sarampo em todo Estado,
 - Vacinação tríplice;
- Estudo das características epidemiológicas na Grande Porto Alegre.

- LABORATÓRIO FARMACÊUTICO - (LAFERGS)

LAFERGS, inaugurado em 7 de março de 1972, representa um marco importante à Saúde Pública de nosso Estado.

Tendo por finalidade precípua fornecer aos diversos setores da SS maior quantidade de medicamentos, sem descuidar da qualidade, tem trazido igualmente substancial economia à SS, justificando plenamente sua criação.

Implantado em caráter experimental, em local provisório, parte-se, em 1973, para a construção de um Laboratório definitivo, cujas instalações permitirão a fabricação das mais variadas formas farmacêuticas, tais como: soros, injetáveis, cápsulas, acondicionamento de antibióticos etc.

Terá seu controle de qualidade próprio e continuará buscando seus técnicos dentro dos quadros da própria SS.

- EQUIPE DE PREVENÇÃO DO CÂNCER GINECOLÓGICO

A SS determinou o combate ao câncer ginecológico como uma de suas metas prioritárias, em face da verificação, através de estudos sobre patologia geográfica das neoplasias malignas no Brasil, que a incidência do câncer do colo-uterino é de 43,63% de todas as neoplasias malignas que atingem o sexo feminino.

Constatações científicas e técnicas levaram a SS a incluir na sua estrutura orgânica uma Equipe de Prevenção do Câncer Ginecológico, com uma metodologia de trabalho composta de três fases:

- 1ª - A curto prazo, destinada ao estudo do planejamento e estrutura da Equipe;
- 2ª - A médio prazo, visando:
 - À implantação de ambulatórios, tipo padrão, nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Passo Fundo,
 - À realização de cursos de capacitação profissional para aumentar o número de técnicos especializados, permitindo a interiorização gradativa da Campanha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/6

- À constituição de um Grupo de Trabalho integrado por representantes das Secretarias da Saúde e da Educação, das entidades de ensino médico, com as quais a SS mantém convênios ou acordos, da Associação Médica do Rio Grande do Sul e da Liga Feminina de Combate ao Câncer;

3ª - A longo prazo:

- Voltada para a realização da seleção citológica em grupos populacionais pré-determinados.

Dentro da etapa de execução do programa, encontra-se realizado o trabalho previsto para a 1ª fase, recentemente relatado e levado a debate em encontro que reuniu representantes das Faculdades de Medicina da UFRGS e Católica, da AMRIGS, da Liga de Combate ao Câncer e da Secretaria de Educação e Cultura.

Dentro da 2ª etapa, prevista para médio prazo, já foram instalados ambulatórios, do tipo padrão, em número de três em Porto Alegre; um, em Caxias do Sul e um, em Pelotas.

Seja acrescido que se encontra em desenvolvimento o programa de capacitação profissional e educação para a saúde, devendo atingir estágio de maior intensificação nos próximos meses, já estando elaborado o currículo do curso para a formação de citotécnico e colposcopista.

- INSTITUTO DE CARDIOLOGIA

O Instituto de Cardiologia, hospital especializado da SS, em convênio com a Fundação Universitária de Cardiologia, prestou atendimento médico, através de hospital ou de seus ambulatórios, a 22.769 pessoas distribuídas por diversas categorias.

Entre os pacientes atendidos, encontram-se indivíduos de todas as faixas etárias e das mais variadas procedências, sendo que apenas 9,7% dos pacientes vieram a falecer.

O bom trabalho desempenhado pelo hospital pode ser comprovado pela queda constante da média de permanência em dias dos pacientes, ao longo dos quatro anos de trabalho.

MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM DIAS

<u>A N O S</u>	<u>M É D I A</u>
1969	12,3
1970	11,6
1971	10,4
1972	9,5

Em virtude da crescente demanda de pacientes a este Instituto, está previsto, para o ano de 1973, um aumento em sua área física.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da administração



- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SA)
- II - SECRETÁRIO: Bacharel DOLMV ANTÔNIO TARASCONI
- III - Sede: Rua Riachuelo, 1031
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)
 - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- COMPLEXO DE PESSOAL

Uma das atividades de maior realce do Complexo de Pessoal foi a implantação do Sistema de Pessoal, no ano de 1972, feita por etapas, sendo plenamente atingidas as seguintes: Simplificação, Descentralização e Padronização de Rotinas.

Para atingir tal objetivo, foi realizado, através do CEDRHAÉ, um Curso de Treinamento para a Implantação do Sistema de Pessoal, abrangendo 80 servidores de todos os órgãos do Estado, com exercício nas áreas de pessoal.

A forma de comunicação entre a Central do Sistema e seus órgãos setoriais, adotada experimentalmente é denominada Normas de Serviço, sendo editadas as seguintes em 1972:

- Padronização do fluxograma relativo a processos de convocação para regime especial de trabalho, contendo modelos impressos de requerimento, declaração de função e atos;
- Rotina relativa à Admissão de Professores Contratados;
- Padronização dos expedientes relativos ao exercício de extranumerários em 44 horas semanais de trabalho;
- Instruções sobre a concessão de Licença de Saúde aos contratados pela CLT;
- Instruções sobre a documentação necessária ao processo de ingresso no serviço público estadual;
- Instruções relativas à apresentação para obtenção de Laudo Médico;
- Fluxograma relativo ao processo de Exoneração a Pedido;
- Instruções sobre a designação e dispensa para funções gratificadas;
- Instituição do Fichário de Controle de Cargos em cada órgão setorial;
- Instruções sobre a designação de servidores regidos pela CLT para exercer função de confiança, em comissão;
- Instruções para a admissão de professores não titulados no ano de 1972;
- Instruções sobre a concessão de Licença para Concorrer a Cargo Eletivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

12/2

- Expediente Padronizado de Exoneração a Pedido;
- Expediente Padronizado de Remoção a Pedido.

Foram, ainda, reformuladas as áreas de seleção, atendimento ao público e a estrutura do Complexo de Pessoal.

Além disso, foi instalado um Grupo de Trabalho para a elaboração do Cadastro Geral dos Servidores Públicos, que possibilite informações rápidas e precisas, bem como a concessão automática de vantagens, tudo a ser processado eletronicamente.

Na área de registro funcional, foram adquiridas três unidades de fichário eletromecânico Remington, destinadas à modernização do serviço. Isso possibilitará à SA manter registro atualizado dos servidores do Estado, eliminando-se o mobiliário em uso, totalmente obsoleto e inadequado.

No exercício relatado, foram realizados 31 concursos, provas de habilitação ou provas de seleção, estando mais 10 em andamento.

Entre outras atividades, a Unidade de Registro Funcional emitiu e publicou 2.900 Boletins, com base em 25.000 processos em tramitação.

- COMPLEXO ADMINISTRATIVO

Agrupando os órgãos compreendidos nas atividades-meio da SA, através dos Sistemas de Serviços Gerais, Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, integram o Complexo Administrativo a Unidade de Administração, a Unidade de Finanças e a Unidade de Assessoramento Especial.

Dentro do Sistema de Serviços Gerais acham-se o Departamento de Imprensa Oficial e a Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do assessoramento direto ao titular da SA, acha-se a cargo da Supervisão do Complexo Administrativo a organização e publicação de vários livros técnicos, todos de grande receptividade nas esferas públicas e privadas em geral.

A Unidade de Administração exerceu intensa atividade em 1972, destacando-se o fornecimento de mobiliário para todo o andar térreo, aquisição de máquinas elétricas para o Núcleo de Boletins, além de mobiliário novo para o 1º andar, bem como a compra de três unidades de arquivos eletromecânicos para a Unidade de Registro Funcional, com capacidade para 210.000 fichas.

- ASSESSORIA JURÍDICA

Atendendo a sua finalidade de prestar assessoramento jurídico ao titular da SA, a Assessoria Jurídica despachou 350 processos e emitiu 355 pareceres ou informações, além dos demais serviços pertinentes.



- Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul (SUTERGS)

Como fatores positivos no exercício, a SUTERGS instalou seus serviços administrativos no Edifício Coliseu, 4º andar, onde há melhores condições para os serviços de planejamento e controle; fez o levantamento da frota e dos acidentes de veículos oficiais e lançou as bases para aquisição de uma oficina-garagem, localizada próxima ao futuro Centro Administrativo.

Além disso, atendeu, dentro de suas possibilidades, ao abastecimento e à conservação de grande parte da frota de veículos oficiais.

- Departamento de Imprensa Oficial (DIO)

Aproximadamente, em meados de 1973, o DIO deverá mudar-se para o novo prédio da Avenida Aparício Borges, onde já estão instaladas três máquinas impressoras *off-set*, adquiridas em 1971. Dentro de um programa de reaparelhamento de seu parque gráfico, outras modernas unidades estão sendo adquiridas, para substituir a obsoleta maquinaria existente.

Financeiramente, o Departamento tem elevado constantemente sua Receita, que passou de Cr\$ 9.929.727,00, em 1971, para Cr\$ 13.175.700,00, em 1972. Entre salários, contribuições para a Previdência Social, material de consumo etc., houve uma despesa de Cr\$ 4.703.675,96 no exercício.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:

I - ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

II - Presidente: Doutor MARCELO MOREIRA TOSTES

III - Sede: Avenida Borges de Medeiros, 1945, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Órgão vinculado à SA, o IPERGS desenvolveu intensa atividade em 1972. Elaborou sua reformulação básica, visando a dar-lhe uma feição mais dinâmica e preparando-se para a ampliação de seus benefícios e serviços, notadamente o da assistência médico-social, que projetou o IPERGS com um plano inusitado no País, rigorosamente técnico e de resultados altamente significativos, colhidos em um ano de implantação.

Com o novo Plano de Assistência Médico-Hospitalar, vão perdendo o sentido e tendendo à natural extinção, pela decadente demanda, uma série de benefícios e serviços ainda prestados pelo IPERGS, como é o caso do Auxílio-Natalidade, dos Financiamentos Assistenciais e das Fianças: tornam-se obsoletos diante de um projeto mais atual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

12/4

Consiste o Plano, previsto nos artigos 33 e 34 da Lei nº 5.255, de 30 de julho de 1966, regedora do IPERGS, e desenvolvido na atual administração, na cobertura integral dos atendimentos realizados por profissionais e entidades credenciados nos casos de internamento clínico e cirúrgico, além da cobertura parcial de consultas médicas, exames complementares em laboratório e serviços de ambulatório, dando também atenção a emergências, tudo em obediência a regulamento próprio e recursos especialmente destinados.

Foi desenvolvida a atividade em todo o Estado, Capital e Interior, pelas antiga e nova modalidades. Aquela, baseada em financiamentos, tende a desaparecer, como os outros benefícios e serviços antes citados, por ser desinteressante face aos novos critérios adotados.

O movimento global do IPERGS, no exercício de 1972, pode ser assim resumido:

D I S C R I M I N A Ç Ã O	QUANTIDADE	VALOR EM Cr\$
Benefícios:		
- Pecúlio <i>Post Mortem</i>	781	1.980.000,00
- Auxílio-Natalidade	3.640	460.000,00
Assistência Médico-Hospitalar		
- Hospitalizações	20.814	17.940.413,22
- Consultas Médicas	54.840	529.585,00
Empréstimo	9.010	15.099.000,00
Financiamentos Assistenciais	10.440	3.200.000,00
Fianças	1.642	353.633,00
Pensões	9.162	25.350.000,00

Entre outras realizações do IPERGS, no ano de 1972, salientam-se:

- Política Habitacional

Foi modificada a política habitacional do IPERGS, não construindo mais novos prédios e sim alienando os já concluídos ou em fase de conclusão.

Ingressa agora o IPERGS no chamado Plano "A" do Banco Nacional de Habitação, intermediando junto a este, através da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), a construção em terreno próprio, ou a reforma e melhoria, ou aquisição da casa ou apartamento próprio para seus associados.

- Nova Sede

Ocorreu em 1972 a mudança para a nova sede do IPERGS, ampla e moderna, que permite a perfeita circulação de pessoal e dos interessados que a procuram, afluxo imenso e constante que, agora, possibilita trâmites mais rápidos, facilita a eficiência e impõe a consecução da Reforma Administrativa proposta pelo Estado, onde o IPERGS se aprofunda, racionalizando serviços, preparando-se para o futuro de renovadas realizações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

12/5

I - ÓRGÃO: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

II - Diretor-Presidente: *Economista FLÁVIO SEHN (em exercício)*

III - Sede: Rua Caldas Júnior, 120, 12º andar, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Em dezembro de 1972, o antigo Centro de Processamento Eletrônico de Dados foi transformado em sociedade de economia mista. A nova empresa acha-se atualmente adaptando suas instalações e treinando seu pessoal para receber um poderoso sistema de computação, que será instalado em março próximo.

No setor de recursos humanos, desenvolve a PROCERGS intensa atividade, visando à adaptação do pessoal aos novos equipamentos.

Atualmente, estão sendo confeccionadas ali as folhas de pagamento de toda a administração direta e de alguns órgãos da administração indireta, num total de 150.000 servidores.

Durante o exercício de 1972, foram realizados vários cursos de treinamento de pessoal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria
do interior e justiça





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA (SIJ)
- II - SECRETÁRIO: *Deputado OCTAVIO GERMANO*
- III - Sede: Rua Caldas Júnior, 120, 16º andar
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: CONSELHO PENITENCIÁRIO

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

No terreno das relações entre os Poderes, os Partidos Políticos e o Corpo Consular - cujo elenco de atribuições caracteriza a SIJ como a "Pasta Política" do Governo - o ano de 1972 registrou intensa movimentação, quer em assuntos emanados do rotineiro relacionamento do Executivo com os Poderes Legislativo e Judiciário, quer em virtude da realização das eleições municipais de 15 de novembro, que elegeram os novos titulares das Prefeituras e das Câmaras de Vereadores dos municípios gaúchos para o quadriênio 1973-1977.

O episódio eleitoral confirmou mais uma vez os elevados padrões de comportamento político dos rio-grandenses, pelo clima de tranquilidade e ordem que imperou durante o desenvolvimento das várias etapas do seu processo.

O bom desempenho do setor político, registrado em 1972, constituiu-se em mais um incentivo para o desenvolvimento social e econômico do Estado, cujos reflexos se encontraram também no inusitado interesse suscitado em personalidades oficiais estrangeiras que desejaram contato com a sua realidade.

Assim, a SIJ recepcionou e acompanhou, como parte de suas atribuições, integrantes de quarenta e dois programas de visitas oficiais, sendo um presidido por Ministro de Estado, dezessete por Embaixadores e vinte e quatro, por outros dignitários estrangeiros, especialmente Cônsules e pessoal diplomático.

O relacionamento com o Corpo Consular transcorreu em moldes normais, tendo a SIJ realizado, além dos eventos comuns de aproximação com os seus membros, várias promoções comemorativas e culturais. A assistência rotineira aos representantes dos países amigos, acreditados no Estado, transcorreu a contento, registrando-se, por outro lado, várias alterações entre os titulares do Corpo Consular, inclusive no seu Decanato.

- REGISTRO PÚBLICO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O ano de 1972 foi especialmente profícuo na formulação da reforma administrativa da SIJ, cuja implantação será efetivada a partir de 1973. Foram, igualmente, adotadas as providências iniciais relativas à transferência das instalações da Junta para o andar térreo do Edifício do Palácio do Comércio, o que otimizará o acesso das partes que necessitam os seus serviços.



Por outro lado, a Junta Comercial - que oferece um manancial de dados informativos sobre a pujança econômica do setor privado rio-grandense - constatou em 1972 o registro de capital de novas firmas e sociedades anônimas, em todo o Estado, no montante global de Cr\$ 396.741.603,42, representadas por perto de 15.000 novas empresas instaladas no Rio Grande do Sul no decorrer do exercício.

- GUARDA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS

O Arquivo Público, em 1972, sofreu, sob nova direção, um amplo processo de revitalização dos seus serviços, iniciado pela remodelação das suas instalações e equipamentos e pelo remanejamento do pessoal.

Foram igualmente iniciados os estudos de implantação da reforma administrativa da sua estrutura básica, que possibilitará uma maior dinamização no cumprimento das suas atribuições, inclusive oferecendo condições à expedição de certidões no ato de sua solicitação.

Lamentavelmente, em virtude da falta de solução ao problema de espaço nas suas instalações físicas, tornou-se impossível o início de atividades do processo de microfilmagem já preconizado por gestões anteriores e pela atual. A matéria, cuja efetivação revolucionará os procedimentos arquivológicos do órgão, está sendo cuidadosamente reestudada, a fim de que a sua implantação atenda da melhor maneira aos seus objetivos.

- POLÍTICA PENITENCIÁRIA

A execução da política penitenciária do Estado apresentou aspectos altamente positivos durante o exercício de 1972, dentre os quais os resultantes de um corajoso procedimento adotado pela SIJ e pela SUSEPE no que tange à orientação da comunidade estadual com vistas ao problema do apenado.

Assim, por ocasião da Semana do Presidiário (14 a 19 de julho de 1972), deu-se início a uma campanha de sensibilização da opinião pública, sob a temática geral de "O FUTURO DO APENADO TAMBÉM DEPENDE DE VOCÊ", na qual foram abordados, das maneiras as mais diversas, os aspectos concernentes à responsabilidade social na recuperação de delinquentes. Com isso, foram também destacados os esforços que, nesse sentido, realiza o Governo, especialmente no âmbito da programação educacional e assistencial intensificada e nas experiências modernas que foram implantadas a partir de 1971, tais como o Instituto Penal de Marante e o regime de "prisões-albergues". Iniciado em 1972, esse programa de comunicação social - para o qual colaboraram magnificamente os órgãos de divulgação do Estado - não deverá ser interrompido, passando-se paulatinamente a abordar outras facetas sensibilizadoras do problema do sentenciado.

Não desconhecendo, entretanto, que, mesmo com uma esmagadora maioria de apenados reeducáveis, o contingente carcerário porta um número reduzido, mas atuante de delinquentes de difícil recuperação, o Sistema Penitenciário não descurou nas medidas de reforço material e humano destinado à guarda dos estabelecimentos penais. Com isso, foi reduzido sensivelmente o número de evasões registradas na Rede Prisional, alcançando padrões comparativos considerados normais.



No campo da educação proporcionada pelo Sistema Penitenciário, destaca-se o fato de terem cursado os vários currículos ministrados - MOBREAL, Educação Integrada, Profissionalização, Artesanato e Supletivos de 1º e 2º graus - 2.828 detentos, alcançando e superando amplamente a meta de fazer com que, em 1972, mais de 50% da população carcerária se beneficiasse com alguma forma de aprendizado.

O aparelho de recursos humanos do Sistema mereceu, em 1972, importante incentivo, com a proposição, e aprovação, por parte da Assembléia Legislativa do Estado, do Quadro dos Funcionários Penitenciários do Estado, que organiza os cargos de orientação técnica do Sistema em forma de carreira (Lei nº 6.502, de 22 de dezembro de 1972). No que diz respeito ainda aos recursos humanos, é de ressaltar-se a formação, através da Escola do Serviço Penitenciário, de 47 novos Agentes de Segurança, além do aprimoramento de dezenas de funcionários em cursos especiais promovidos pela mesma instituição.

Quanto à ampliação da rede penitenciária, destacam-se o prosseguimento de obras iniciadas em anos anteriores e as medidas necessárias ao início de obras para construção de presídios municipais em Passo Fundo, Santiago, Rio Grande, Bagé, Santa Maria, Frederico Westphalen, Santo Ângelo e São Sepé. É de mencionar-se, finalmente, as providências adotadas pela Secretaria de Segurança Pública na transferência de dependências do seu uso situadas no Presídio Central de Porto Alegre, o que virá a desafogar sensivelmente as instalações daquele superlotado estabelecimento, bem como a dinamização do sistema do Fundo Penitenciário.

- ASSISTÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA AO MUNICÍPIO

No campo da assistência Técnico-Administrativa às municipalidades interioranas, foi observado, em 1972, o cronograma de implantação das atividades da novel COATAM a que estão afetas essas atribuições, instalada em meados de 1971.

Além da coordenação técnica de vários eventos relacionados com o municipalismo - dentre os quais a participação do Rio Grande do Sul no VIII Congresso Nacional dos Municípios (Guarapari - ES, agosto) e a realização do VI Congresso de Técnicos em Administração Municipal (Porto Alegre, julho) - a COATAM atendeu a mais de 200 consultas; assistiu diretamente a 22 municípios através de programas de assistência *in loco*; e encaminhou a solução de problemas de municipalidades junto a órgãos estaduais e federais, emanados de 195 contatos com titulares de prefeituras, câmaras de vereadores e outros órgãos deste nível.

O pleno desenvolvimento da ação de assistência ao município está sendo objetivado através do entrosamento já iniciado com os novos mandatários municipais eleitos a 15 de novembro, com os quais a COATAM já procedeu contatos, e que merecerão atenções especiais a partir da realização do Seminário a eles destinado, em março de 1973, em que se estabelecerá um elo de profundo vínculo entre as administrações estadual e municipais.

- PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1973 E SUBSEQUENTES

No decorrer de 1973, deverá ser colocada em vigor a implantação de reformas estruturais no Arquivo Público e Junta Comercial, bem como regulamentada a re-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/4

modelação a nível de órgãos executórios da Repartição Central e instituído o sistema de planejamento da SIJ.

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul deverá dinamizar suas atividades, institucionalizando os serviços de estatística, proporcionando assim ao Estado uma medida atualizada sobre a evolução do setor privado.

No campo da política penitenciária, serão concluídas as obras do Hospital Penitenciário (Porto Alegre), de reforma da Colônia Penal Agrícola "Gen. Daltro Filho" (Charqueadas), dos presídios municipais de Torres e Cerro Largo e a ampliação do Instituto Psiquiátrico Forense "Maurício Cardoso" (Porto Alegre).

Além disso, no triênio 1973-1975 deverão ser provida a sua construção o Instituto de Biotipologia Criminal e a Casa do Egresso (Porto Alegre), os presídios municipais de Santa Cruz do Sul, Canoas, São José do Ouro, Bom Jesus, Itaqui, Tupanciretã, Guaíba, Viamão, São Leopoldo e Sobradinho e a reforma de outros presídios já existentes.

Ainda no campo de ampliação e melhoria da rede prisional, o ano de 1973 marcará a possibilidade de carreamento de recursos federais para a construção de uma penitenciária de segurança máxima na área próxima à Grande Porto Alegre, para o que se ultimam estudos a serem apresentados ao Ministério da Justiça.

Finalizando, será dada prioridade ao prosseguimento dos programas de capacitação profissional dos apenados e de ampliação e aperfeiçoamento do pessoal da Superintendência dos Serviços Penitenciários, a partir da fixação de padrões dos cargos do quadro criado em 1972.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

I - ÓRGÃO: CONSELHO PENITENCIÁRIO

II - Presidente: *Bacharel* OCTÁVIO ABREU DA SILVA LIMA

III - Sede: Rua Siqueira Campos, 1193, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O Conselho Penitenciário, com as atribuições de informar e opinar sobre pedidos de livramento condicional, indulto e comutação de penas de sentenciados pela Justiça Estadual, realizou 52 reuniões ordinárias e 12 extraordinárias no decorrer de 1972.

Foram apreciados 1.297 processos de livramento condicional, indulto e comutação de penas.



I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

II - SECRETÁRIO: *Coronel NEY PINTO DE ALENCAR* (27.03.1972)

III - Sede: Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

No decorrer do exercício de 1972, houve a implantação da política administrativa da SSP, dando base a uma posterior fixação e difusão de diretrizes, disciplinando o acionamento operacional em toda a sua área de competência, na Capital e Interior, efetivado através de supervisão direta nas diversas unidades policiais.

Das múltiplas atividades da SSP, mencionando-se apenas aquelas de maior relevância, são destacadas as seguintes:

- Proposição no sentido de unificar o registro geral do Instituto de Identificação, de forma a resultar em melhor racionalização do serviço, o que foi atingido com pleno êxito;
- Estabelecimento de diretrizes para o plano de barreiras policiais no Estado;
- Fixação de controle nas instalações de alarme para vigilância bancária dos estabelecimentos sediados na Capital + Interior;
- Inauguração de seis novas estações fixas e oito móveis no setor de telecomunicações da Capital, e de três fixas e duas móveis, no Interior; em materiais de rádio para reposição e ferramentas foi gasto o montante de Cr\$ 155.078,47;
- Aprimoramento na mecânica de arrecadação do Departamento de Diversões Públicas, resultando na arrecadação de Cr\$ 6.176.944,60;
- Reformas e ampliação das 5ª e 13ª Delegacias de Polícia, bem como na Delegacia de Menores, atingindo a soma de Cr\$ 81.134,40
- Aquisição de diversas máquinas e de um aparelho Telex, para o DETEL, no valor de Cr\$ 25.000,00.

I - ÓRGÃO: BRIGADA MILITAR DO ESTADO (BN)

II - Comendante: *Coronel P.M. CLÓVIS ANTONIO SOARES*

III - Sede: Rua dos Andradas, 522, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Entre as atividades pertinentes à Brigada Militar, dentro de sua missão de manutenção da ordem e segurança pública, podem ser citadas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/2

- Policiamento ostensivo normal, urbano e rural;
- Policiamento de trânsito;
- Policiamento florestal;
- Policiamento ferroviário;
- Policiamento rodoviário nas estradas estaduais;
- Policiamento portuário;
- Policiamento da radiopatrulha terrestre;
- Policiamento de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- Serviço de prevenção e extinção de incêndios;
- Outros, fixados na legislação da Unidade Federativa.

As atividades não especificadas da corporação são revestidas de caráter temporário; sempre, no entanto, dirigidas no sentido de manutenção da segurança interna e defesa territorial.

O aquartelamento, durante o exercício de 1972, foi uma das preocupações maiores do comando, tendo sido concluídas as seguintes obras:

- Porto Alegre - Enfermaria regimental da R.P.M. e recuperação do Q.G.;
- Santa Cruz - Destacamento Integrado e dois ap. para oficiais;
- Vacaria - Pavilhão p/Adm. - 10º BPM;
- Pelotas - Cozinha, refeitório e alojamento 4º BPM;
- São Leopoldo - Destacamento integrado;
- Santo Augusto - Prédio para Pelotão;
- Novo Hamburgo - Residência p/Comandante BTL;
- Santana do Livramento - Garagem e baias;
- Santa Maria - Cozinha e pavilhões;
- Tramandaí - Reformas e cozinha;
- Jaguarão - Destacamento;
- Palmeira das Missões - Destacamento integrado;
- Passo Fundo - Asfaltamento do pátio do 3º RPR Mont.

Para 1973 está prevista a conclusão de mais sete obras nos municípios de Cacequi, Rosário do Sul, Bagé, Santo Antônio da Patrulha, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos e Quaraí.

De acordo com a disponibilidade financeira do Estado, foi adquirido, no decorrer de 1972, parte do equipamento necessário para o melhor desempenho da corporação e que irá, gradativamente, substituir o material obsoleto e desgastado pelo uso.

Cabe salientar que a ação da Brigada Militar não se limitou, apenas, ao cumprimento das atividades do órgão, fazendo-se presente em todos os setores quando solicitada.



I - ÓRGÃO: SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS POLICIAIS

II - Superintendente: *Bacharel LEONIDAS DA SILVA REIS*

III - Sede: Avenida João Pessoa, 2050, Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- DAS ATRIBUIÇÕES

À Polícia Civil da SSP, dirigida, coordenada e fiscalizada pela Superintendência dos Serviços Policiais, cabe, nos termos da legislação em vigor:

- Assegurar as garantias individuais, a ordem e a tranquilidade públicas, nos termos constitucionais;
- Prestar a mais ampla colaboração à justiça;
- Executar as atribuições previstas pela legislação;
- Executar outros encargos pertinentes ao melhor desempenho da ação policial.

A ação da Polícia Civil sintetiza-se, basicamente, na consecução de dois grandes objetivos:

- Combate à criminalidade;
- Garantia da ordem e segurança pública.

- DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1972

- Foram atendidas 216.631 ocorrências na área metropolitana e no Interior do Estado;
- Feitas 21.445 investigações, a partir das ocorrências atendidas, e realizadas 13.935 diligências;
- Foi registrado no setor técnico-científico um movimento global de 74.960 trabalhos, sendo 44.990 correspondentes a exames clínicos do DETRAN;
- Foram instaurados 50.404 inquéritos, sendo 34.407 no Interior e 15.997 na Capital;
- Foram identificadas 143.079 pessoas no Instituto de Identificação;
- Houve registro de 33.788 veículos, pelo DETRAN, além dos 122.950 já registrados no ano anterior, tendo sido habilitados 22.635 motoristas nas categorias amador e profissional;
- Os registros de armas somam 4.628, sendo 4.343 na Capital e 285 no Interior;
- Durante o exercício de 1972, a Escola de Polícia matriculou, em seus diversos cursos, 837 alunos.

No mesmo período, foram inauguradas as novas instalações, em sedes próprias, das Delegacias de Polícia de Tenente Portela, Crissiumal, Redentora, Campo Novo, Coronel Bicaco, Miraguaí, Humaitá, São Martinho, Santo Augusto, Braga e Vacaria, bem como o posto policial do 4º distrito de Viamão. Foram instaladas as Circunscrições de Trâ-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/4

sito e postos de identificação de Novo Hamburgo e Ijuí.

Merecem, também, destaque especial, a realização do 2º Congresso Estadual da Polícia Civil, em Pelotas, e a constituição de uma comissão de alto nível, com participantes da SSP, da Secretaria de Coordenação e Planejamento e do Serviço Estadual de Processamento de Dados, que propiciou o início de um trabalho de largo alcance, visando a dotar a Polícia Civil dos recursos da moderna tecnologia.

CONSELHOS E COORDENADORIAS

I - COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)

II - Sede: Avenida João Pessoa, 2050, 39 andar, Porto Alegre

Criada pelo Decreto nº 20.537, de 9 de julho de 1970, sua estrutura, prevista no referido diploma legal, tinha tido sua implantação iniciada na gestão anterior, mediante a designação dos representantes das diversas Secretarias de Estado e de outras entidades junto ao Coordenador Geral, que é o Secretário de Segurança Pública.

No primeiro mês da investidura do Coordenador da CEDEC no Estado, abateu-se sobre quase todo o Rio Grande do Sul uma chuva intermitente, que praticamente teve fim em novembro p.p. Este evento enormes transtornos causou à população de grande parte dos municípios, ocasionando, inclusive, a interrupção nos trabalhos de organização da Coordenadoria que recebeu, na ocasião, relatórios de 97 municípios cujas solicitações atingiram um montante de Cr\$ 12.910.536,23.

Os danos verificados, na sua maior parte, dizem respeito a estradas, pontes, pontilhões, bueiros e lavouras, particularmente as do trigo.

No setor privado também houve prejuízos, porém de menor monta.

Para atender a esta situação, foram acionados vários órgãos estaduais e municipais, através da CEDEC, os quais, pelo espírito de colaboração apresentado, corresponderam plenamente no atendimento aos primeiros socorros que se fizeram necessários.

Além dessas primeiras medidas de caráter urgente, através do Governo e SUDESUL foi providenciada a obtenção de recursos para ressarcir as despesas especificadas em relatórios pelos Senhores Prefeitos. Foi conseguida com mensagem do Governo e aprovação pela Assembléia Legislativa, a importância de Cr\$ 1.000.000,00, dinheiro este destinado, tão somente, a pequenas despesas com gêneros alimentícios, agasalhos e transportes fornecidos por algumas Prefeituras aos flagelados, verbas que foram desviadas de outras rubricas a fim de contornar uma situação de emergência.

Parte da importância de Cr\$ 1.000.000,00 acima citada também foi destinada para construção de poucas casas nos municípios mais duramente atingidos.

Quanto ao atendimento de primeira urgência dado aos municípios assolados, pode-se citar o fornecimento pela CEDEC, na fase aguda, de gêneros alimentícios,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/5

medicamentos, agasalhos, vacinas; atendimento médico, transporte, sementes, como também abrigo àqueles que tiveram suas casas levadas pelas águas ou por estas unidades.

Para solução destes problemas foi estabelecida, levando em conta de que a CEDEC não estava estruturada, estreita ligação com a SUDESUL, Secretarias de Estado, LBA, Cruz Vermelha Brasileira, governos municipais e entidades não governamentais.

Posteriormente, sobreveio a catástrofe da Nicarágua, com a mais ampla repercussão em todos os setores. Mobilizou-se a Cruz Vermelha Brasileira na obtenção de donativos e recursos para envio à nação irmã. Por solicitação do Senhor Presidente executivo da CVB/RS, a CEDEC, cumprindo determinações, diligenciou providências junto a algumas entidades governamentais no sentido da obtenção dos recursos a serem enviados; também foram coordenadas medidas visando à obtenção de transporte para o material acumulado em dependências do Aeroporto Salgado Filho.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados ligados à SSP - Conselho Superior de Segurança Pública, Conselho Superior de Polícia e Conselho Estadual de Trânsito - desempenharam a contento suas atribuições, no decorrer de 1972.

A atuação destes órgãos tem sido feita de forma organizada e planejada, de acordo com uma política que visa, fundamentalmente, ao aperfeiçoamento do sistema de segurança e, em consequência, ao bem-estar da comunidade.

I - ÓRGÃO: CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

II - Sede: Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar, Porto Alegre

- Organização

O Conselho Superior de Segurança Pública, órgão colegiado, diretamente ligado ao titular da SSP, é composto pelos seguintes membros:

- Secretário de Segurança Pública, presidente;
- Chefe do Gabinete da SSP;
- Diretor do Departamento Central de Informações;
- Superintendente dos Serviços Policiais;
- Diretor do Departamento de Ordem Política e Social;
- Diretor da Divisão de Planejamento e Coordenação;
- Comandante Geral da Brigada Militar;
- Chefe do Estado Maior da Brigada Militar;
- Chefe da 2ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/6

- Síntese das Atribuições

- Estudar os problemas de alta relevância relacionados com as atividades da SSP, bem como de Segurança Interna;
- Deliberar sobre critérios a serem adotados em política de Segurança e examinar e sugerir medidas para melhorar o entrosamento dos órgãos policiais.

I - ÓRGÃO: CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA

II - Sede: Rua Riachuelo, 579, Porto Alegre

- Organização

O Conselho Superior de Polícia, órgão colegiado diretamente ligado ao titular da SSP, é composto pelos seguintes membros:

- Superintendente Policial, presidente nato;
- Corregedor Policial;
- Representante dos órgãos técnicos;
- Diretor Geral de Administração;
- Bacharel em Direito estranho aos quadros da SSP;
- Delegado de Polícia de 4ª Classe, Bacharel em Direito;
- Delegado de Polícia de 3ª ou 4ª Classe, Bacharel em Direito;
- Delegado de Polícia de 4ª Classe;
- Comissário de Polícia.

- Síntese das Atribuições

- Arquivar Inquéritos e sindicâncias que versem sobre faltas cometidas por servidores civis da SSP, de conformidade com a legislação vigente;
- Aplicar as penas disciplinares de Advertência, Repreensão, Detenção Disciplinar, Suspensão, Remoção por Conveniência da Disciplina a todos os servidores civis da SSP;
- Mandar instaurar Processo Administrativo, cujo preparo caberá a um de seus Membros ou a Autoridade especialmente designada por seu Presidente, com a finalidade de apurar responsabilidade de servidor civil da SSP, sempre que a imputação, verificada por meio de Sindicância ou inquérito regular, possa importar nas penas de Aposentadoria Compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço, Demissão, Demissão "a bem do serviço público" e a Cassação de Aposentadoria ou Disponibilidade;
- Elaborar as listas de promoções dos servidores civis da SSP, de conformidade com o respectivo Regulamento;
- Deliberar sobre os pedidos de inscrição a concursos da Escola de Polícia;
- Controle de estágio probatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/7

I - ÓRGÃO: CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO

II - Sede: Avenida João Pessoa, 623, Porto Alegre

- Organização

O Conselho Estadual de Trânsito, órgão colegiado, diretamente subordinado ao titular da Pasta da Segurança Pública, e que é presidido pelo Bacharel Max Macedo Koslowski, é composto pelos seguintes membros, além do Presidente:

- Um oficial do Exército;
- Um representante do Departamento de Trânsito;
- Um representante do órgão rodoviário Estadual;
- Um representante dos órgãos rodoviários dos Municípios;
- Um representante do órgão máximo do Transporte Rodoviário de Carga;
- Um representante do órgão máximo do Transporte Rodoviário de Passageiros.

- Síntese das Atribuições

Como integrante do Sistema Nacional de Trânsito, o Conselho Estadual de Trânsito é um órgão normativo e coordenador. Segundo o art. 15º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, são atribuições suas:

- Zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito;
- Resolver ou encaminhar ao Conselho Nacional de Trânsito consulta de autoridades e particulares relativas à aplicação da legislação de trânsito;
- Colaborar na articulação das atividades das repartições públicas e empresas particulares relacionadas com trânsito;
- Propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação de trânsito;
- Promover e coordenar campanhas educativas de trânsito;
- Opinar sobre questões de trânsito submetidas à sua apreciação;
- Regulamentar a expedição da autorização para conduzir veículos de propulsão humana ou de tração animal;
- Propor ao Conselho Nacional de Trânsito a cassação de delegação conferida à Circunscrição Regional de Trânsito;
- Designar um de seus membros para compor a junta examinadora de candidatos a condutor, portador de defeito físico;
- Propor ao Conselho Nacional de Trânsito a fixação do valor das multas a serem aplicadas no Estado;
- Indicar os presidentes das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações;
- Elaborar projeto de seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Governo Federal.